



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS,
GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR –
MESTRADO PROFISSIONAL

EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL: análise a partir da percepção dos discentes assistidos na UFPB

Autora: Amanda de Aquino Sousa

ORIENTADOR(a): Maria da Salete Barboza de Farias

JOÃO PESSOA

2021

Amanda de Aquino Sousa

EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL: análise a partir da percepção dos discentes assistidos na UFPB

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior - Mestrado Profissional do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba. Linha de Pesquisa Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior, como requisito parcial para o título de mestre.

Orientador(a): Maria da Salete Barboza de Farias

JOÃO PESSOA, PB

2021

Catálogo de Publicação na Fonte. UFPB - Biblioteca Central

S725e Sousa, Amanda de Aquino.

Expansão do ensino superior e a política de assistência estudantil : análise a partir da percepção dos discentes assistidos na UFPB / Amanda de Aquino Sousa. - João Pessoa, 2021.
106 f. : il.

Orientação: Maria da Salete Barboza de Farias.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. Ensino superior - Expansão. 2. PNAES. 3. Assistência estudantil. I. Farias, Maria da Salete Barboza de. II. Título.

UFPB/BC

CDU 378(043)

Amanda de Aquino Sousa

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior - Mestrado Profissional do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba. Linha de Pesquisa Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior, como requisito parcial para o título de mestre.

Aprovada.

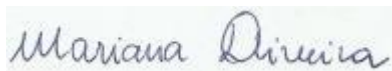
Em 16 de dezembro de 2021.

BANCA EXAMINADORA



Prof^ª. Dr^ª. Maria da Salete Barboza de Farias

(Presidente/Orientadora/PPGAES/CE/UFPB)



Prof^ª. Dr^ª. Mariana Lins de Oliveira

(Membro Interno/PPGAES/CE/UFPB)



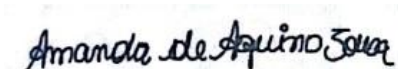
Prof. Dr. Mariano Castro Neto

(Membro Interno/PPGAES/CE/UFPB)



Prof^ª. Dr^ª. Geysa Flavia Câmara de Lima Nascimento

(Membro Interno/PPGAES/CE/UFPB)



Amanda de Aquino Sousa

(Mestranda do PPGAES/CE/UFPB)

AGRADECIMENTOS

Meu agradecimento inicial não poderia ser diferente, agradeço à Deus primeiramente por estar viva e com saúde durante uma pandemia, como também por não ter perdido nenhum familiar próximo.

Agradeço à Ele também pela oportunidade de cursar esse mestrado tão importante para minha vida profissional e pessoal, mesmo diante de tantos obstáculos.

Agradeço à Ele pela vida de Lucas, meu filho, que gestei durante todo o mestrado e que me enchia de motivação para não desistir diante das dificuldades.

Agradeço ao meu filho mais velho, Joaquim, 4 anos, que apesar do isolamento social que o impedia de ir para escola e de ver os amiguinhos, teve amor e paciência comigo nos momentos em que não podia brincar com ele por conta das aulas, do trabalho ou dos cuidados com o bebê e sempre me enchia de amor e de motivação para seguir.

Agradeço ao meu esposo que foi meu porto seguro em todos os momentos, me dando segurança, amor e carinho para não desistir e focar nos meus objetivos.

Agradeço a meus pais que fizeram de tudo para que eu pudesse ter tempo para estudar, cuidando de mim e dos netos com todo amor, carinho e dedicação. Sem eles, não teria chegado até aqui.

Agradeço ao meu irmão, Juca, pois mesmo distante, está sempre presente nos momentos em que mais necessitei, me dando apoio, ensinamentos, dicas valiosas e acima de tudo por sempre estar a minha disposição com toda paciência do mundo e amor fraternal.

Agradeço a minha amiga, colega de trabalho e de mestrado Gabrielly Belmont que não soltou a minha mão durante essa jornada desafiadora que foi cursar o mestrado. Sem o apoio dela teria desistido do curso.

Agradeço aos colegas de trabalho, em especial Geórgia Macedo que me apresentou o MPPGAV, me instigou a participar da seleção e me inspirou com

sua pesquisa. E agradeço imensamente a Cintia que me deu todo apoio e incentivo para cursar um mestrado, me mostrando que tudo com Deus é possível.

Agradeço aos colegas da turma 6 do MPPGAV, que tornaram as aulas mais leves apesar da distância física, sempre nos prestando apoio mútuo para a superação das barreiras impostas pelo ensino remoto.

Agradeço a todos os professores do MPPGAV, que passaram seu conhecimento de maneira inusitada fazendo com que as aulas remotas fossem fluidas e ricas em conhecimento.

Agradeço à prof^a Geysa Flávia e ao prof. Mariano por terem aceitado participar da banca de qualificação e de defesa, pelas ricas e pertinentes observações que enriqueceram e contribuíram para o aprimoramento deste trabalho.

Agradeço à minha orientadora, professora Maria da Salete Barboza de Farias, por todo carinho, atenção, ensinamentos e paciência comigo, me conduzindo para a concretização desta pesquisa.

E por fim, agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para minha jornada até aqui.

Meu muito obrigada!

“A educação é um elemento importante na luta pelos direitos humanos. É o meio para ajudar os nossos filhos e as pessoas a redescobrirem a sua identidade e, assim, aumentar o seu autorrespeito. Educação é o nosso passaporte para o futuro, pois o amanhã só pertence ao povo que prepara o hoje.”

(MALCOLM X)

*“Educação não transforma o mundo.
Educação muda as pessoas.
Pessoas transformam o mundo.”*

(PAULO FREIRE)

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

Assistência Estudantil (AE)

Banco Mundial (BM)

Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET)

Comitê de Ética e Pesquisa (CEP)

Coordenação de Assistência e Promoção ao Estudante (COAPE)

Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)

Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)

Fernando Henrique Cardoso (FHC)

Instituições de Ensino Superior (IES)

Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)

Instituto Federal (IF)

Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)

Ministério da Educação (MEC)

Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco)

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)

Parcerias Público-Privada (PPP)

Plano Nacional de Educação (PNE)

Pró - Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante (PRAPE)

Pró - Reitoria de Assuntos Comunitários (PRAC)

Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)

Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)

Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)

Programa Universidade para Todos (PROUNI)

Residência Universitária Masculina e Feminina (RUMF)

Residência Universitária Elizabeth Teixeira (RUFET)

Restaurante Universitário (RU)

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP)

Sistema de Seleção Unificada (SISU)

Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA)

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

RESUMO

A expansão do ensino superior no Brasil, nas últimas duas décadas, tem gerado diversas políticas educacionais a exemplo o programa Expandir e o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. A necessidade da consolidação de uma política voltada à assistência estudantil tornou-se mais evidente a partir dessa expansão, pois é preciso garantir a permanência e viabilizar a formação dos alunos com qualidade. No sentido de suprir as demandas da assistência estudantil, em 2007, foi criado o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). A presente pesquisa teve por objetivo geral analisar a política da assistência estudantil na UFPB, no contexto da expansão do ensino superior, a partir da percepção dos discentes assistidos. Este estudo está embasado em Mancebo (2015) e Ristoff (2016) que contextualizaram a expansão do ensino superior e as políticas de democratização do acesso; Chauí (1999) e Santos (2010) nos auxiliaram no entendimento da influência do neoliberalismo na educação; Imperatori (2017), Kowaski (2012), nos subsidiaram na discussão da política de assistência estudantil no Brasil. Barbosa (2009), Macedo (2017) e Silveira (2019) trouxeram dados sobre a realidade da assistência estudantil na UFPB. A pesquisa está inserida na abordagem qualitativa de natureza bibliográfica e documental, com o intuito elucidar o contexto no qual estão inseridas as políticas públicas de expansão do ensino superior, conhecer as ações de assistência estudantil no Brasil e como ela é desenvolvida na UFPB. Para coleta de dados recorreremos a uma pesquisa de campo, por meio de questionário e observação participante, a fim de conhecer a assistência estudantil prestada pela PRAPE/UFPB na ótica dos discentes e a partir dela, propor ações para seu aprimoramento. A análise dos dados foi realizada a partir dos estudos de Bardin (2016) sobre análise de conteúdo. Os resultados obtidos apontam que os programas de assistência estudantil desenvolvidos pela PRAPE/UFPB têm grande relevância para a permanência dos estudantes em condição de vulnerabilidade social. Os sujeitos da pesquisa afirmam que as ações desenvolvidas pelos programas de assistência estudantil colaboram fortemente com a sua permanência acadêmica, porém, eles apontam também para a necessidade de ampliação das vagas existentes, processos seletivos mais céleres, criação de novos auxílios, melhoria nos meios de comunicação e divulgação das informações, como também reajuste nos valores dos auxílios.

Palavras-Chave: Expansão do Ensino Superior. PNAES. Assistência Estudantil.

ABSTRACT

The expansion of higher education in Brazil, in the last two decades, has generated several educational policies, such as the Expand program and the Federal Universities Restructuring and Expansion Program - REUNI. The need to consolidate a policy aimed at student assistance became more evident from this expansion, as it is necessary to guarantee the permanence and enable the training of students with quality. In order to meet the demands of student assistance, in 2007, the National Student Assistance Program (PNAES) was created. The present research had as general objective to analyze the policy of student assistance at UFPB, in the context of the expansion of higher education, from the perception of the assisted students. This study is based on Mancebo (2015) and Ristoff (2016) who contextualized the expansion of higher education and access democratization policies; Chauí (1999) and Santos (2010) helped us to understand the influence of neoliberalism on education; Imperatori (2017), Kowaski (2012), supported us in the discussion of student assistance policy in Brazil. Barbosa (2009), Macedo (2017) and Silveira (2019) brought data about the reality of student assistance at UFPB. The research is inserted in a qualitative approach of bibliographic and documentary nature, in order to elucidate the context in which public policies for the expansion of higher education are inserted, to know the actions of student assistance in Brazil and how it is developed at UFPB. For data collection, we resorted to a field research through a questionnaire and participant observation, to know the student assistance provided by PRAPE/UFPB from the perspective of students and, based on it, to propose actions for its improvement. Data analysis was performed from Bardin's (2016) studies on content analysis. The results obtained show that the student assistance programs developed by PRAPE/UFPB have great relevance for the permanence of students in a condition of social vulnerability. The research subjects claim that the actions developed by student assistance programs strongly collaborate with their academic permanence, but they also point to the need to expand existing vacancies, faster selection processes, creation of new grants, improvement in the means of communication and disclosure of information, as well as readjustment in the amounts of aid.

Keywords: Expansion of Higher Education. PNAES. Student Assistance.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantitativo de auxílios ofertados pela PRAPE	210
Tabela 2 - Orçamento para assistência ao estudante de graduação	49
Tabela 3 - Ações estudantis da PRAPE/UFPB de acordo com as áreas do PNAES.....	598
Tabela 4 - Motivos que levaram os estudantes à busca de assistência estudantil.	798
Tabela 5 - Pontos positivos e negativos da Assistência Estudantil da PRAPE/UFPB.....	810
Tabela 6 – Sugestões dos discentes para a criação de novos serviços ou auxílios	854
Tabela 7 – Como o estudante enxerga a assistência estudantil da UFPB.	876

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição dos auxílios-moradia, transporte e RU.....	221
Gráfico 2 - Evolução das formas de ingresso (2005-2018)	498
Gráfico 3 - Nº de alunos matriculados na graduação X Estudantes Assistidos	510
Gráfico 4 – Local de origem dos discentes assistidos.....	710
Gráfico 5 – Onde reside o discente assistido durante o período de graduação.	710
Gráfico 6 – Como o(a) discente teve acesso à informação acerca da A.E	732
Gráfico 7 – O auxílio que o(a) discente é assistido (a).....	743
Gráfico 8 – Fatores que impactam no desempenho acadêmico	754
Gráfico 9 – Assistência Estudantil da PRAPE/UFPB está colaborando para permanência.....	765
Gráfico 10 – Serviços da PRAPE que os discentes conhecem.....	776
Gráfico 11 – Dificuldades para permanecer na graduação durante a pandemia de Covid-19.....	787

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
1.1 Origem do trabalho.....	17
1.2 Questão de Pesquisa.....	18
1.3 Objetivos	19
1.4 Procedimentos metodológicos.....	19
1.5 Aderência ao Programa.....	24
1.6 Estrutura da Dissertação.....	26
2. EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	28
2.1 O cenário da Expansão do Ensino Superior no Brasil e a influência da ideologia neoliberal.....	28
2.2 Políticas Inclusivas de Democratização do Acesso e o Desafio da Permanência: a importância da Política de Assistência Estudantil	39
3. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES) NO BRASIL E NA UFPB	47
3.1 Contextualização da Assistência Estudantil no Brasil.....	47
3.2 Implementação da Política de Assistência estudantil na UFPB	56
3.3 A política de assistência estudantil desenvolvida pela PRAPE/UFPB.....	57
4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	67
4.1 Caracterização dos dados sociodemográficos dos estudantes assistidos pela PRAPE	68
4.2 Caracterização dos dados sobre a percepção dos discentes acerca da Assistência Estudantil da UFPB	73
5. PROPOSTAS PARA O APRIMORAMENTO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFPB.....	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
REFERÊNCIAS	101
APÊNDICE	105

1. INTRODUÇÃO

A expansão do ensino superior no Brasil, nas últimas duas décadas, suscitou numa série de políticas de democratização a este nível de ensino, cuja proposta inicial seria oportunizar o acesso da população historicamente excluída, ampliar o número de alunos na graduação e assegurar a permanência. Tais políticas em sua maioria deram ênfase na quantidade e não na qualidade do ensino, visando sobretudo o atendimento aos interesses do sistema capitalista, a partir de sua lógica neoliberal, na qual a educação é vista como um bem público que precisa responder as demandas do mercado. O Estado tem papel fundamental neste sentido, pois ele tem a função primordial de criar as políticas para atender o processo de produção de conhecimento.

O movimento de expansão do ensino superior fica mais evidente após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1996, que implementou novas políticas educacionais para todos os níveis de ensino e em especial ao ensino superior, dando destaque e relevância para a garantia do seu *status* de direito social, pois até então, a Constituição Federal só elencava as diretrizes apenas a educação básica, conforme ressalta Mocelin (2019):

[...] a CF/1988 colocou a educação também como um direito social. No entanto, especifica o dever do Estado principalmente no referente ao seguinte: à educação básica [...] dessa forma, o ensino superior no Brasil não figura como um dever do Estado, portanto não é tido como um direito do cidadão. (MOCELIN, 2019, p.240)

A LDB/1996 é uma lei que possui 92 artigos, que visa organizar e regulamentar a estrutura da educação brasileira em todos os seus níveis, ou seja, da educação básica até a educação superior, possibilitando diversas configurações, tanto no âmbito da educação pública como na privada (BRASIL, 1996).

Na década de 1990, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, foi percebido que houve um sucateamento das universidades públicas com a implementação de políticas de cunho neoliberal e, em contrapartida, observamos o aumento do investimento do dinheiro público no financiamento da expansão do ensino privado e das matrículas nessas instituições. Como exemplo de tais políticas, temos o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), criado em 1999, que possibilitou a inserção da população subalternizada ao ensino superior por meio de empréstimos estudantis, políticas

essas consideradas como justiça social ao democratizar o acesso ao ensino superior. E no governo Lula, em 2005, foi criado o Programa Universidade para Todos (PROUNI), que concedia bolsa de estudos em faculdades privadas para alunos com baixo poder aquisitivo.

Quanto ao ensino superior público, em 2003, no governo Lula, tivemos a materialização do Programa Expandir e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), cujo objetivo era proporcionar a reestruturação e a expansão das universidades federais, principalmente no que se refere à interiorização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), procurando criar condições para a democratização e ampliação do acesso e permanência a este nível de ensino.

No entanto, estudos tem mostrado que oportunizar somente o acesso ao ensino superior seria insuficiente para garantir a formação dos alunos em situação de vulnerabilidade social. Era necessário a implementação de um programa de assistência estudantil que viabilizasse a permanência na graduação e garantisse a formação dos discentes. Neste sentido, foi criado o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), por meio da Portaria Interministerial nº39/2007 cujo objetivo primordial é atender alunos oriundos da escola pública e com renda familiar *per capita* de até um salário-mínimo e meio, com ações que irão contribuir para ampliação de possibilidades de permanência nas áreas de moradia, alimentação, transporte, cultura, assistência à saúde, entre outras elencadas no decreto que o regulamenta (PNAES, 2010).

Enquanto política pública o PNAES foi um grande passo para medidas de permanência, mas ainda fora dos padrões de uma política que enseja como direito do estudante o suporte aos seus estudos. Tal proposta engaja-se na construção de direito social, propondo o abastecimento de recursos suficientes para transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico, favorecendo ao estudante desenvolver-se durante a graduação e manter-se com bom desempenho curricular, embotando assim a taxa de abandono e de trancamento de matrícula (VASCONCELOS, 2010).

Podemos assim afirmar que o PNAES é um programa que visa ter uma rede de proteção social ampla e diversificada, com ações direcionadas a garantia da permanência dos discentes na graduação. Ele delimita as áreas de atendimento da política e as instituições federais determinam as ações que serão

desenvolvidas de acordo com as demandas de cada uma. Corroborando com esta afirmação, Imperatori (2010) nos diz que:

A assistência estudantil é composta por uma variedade de eixos de atuação. Percebe-se, então, que a proposta do PNAES é articular diferentes áreas e, conseqüentemente, diferentes políticas sociais, visando garantir um padrão de proteção social amplo. É interessante observar que são definidas as ações e não as formas de se executar as ações, o que resulta na diversidade de projetos e serviços implementados em cada Ifes (IMPERATORI, 2017, p. 295).

Na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), desde 2010 o PNAES é gerenciado pela Pró - Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante – PRAPE. Foi verificado que, de modo geral, a pró-reitoria prioriza os recursos da assistência estudantil para suprir as necessidades básicas de discentes que vem de outras localidades, cuja vulnerabilidade socioeconômica é comprovada, sendo que, além destas demandas, eles precisam de um suporte psicopedagógico e social, de direcionamento para além da graduação, seja para o mercado de trabalho ou seja para o âmbito acadêmico da pós-graduação. Existem também outras áreas para serem contempladas com os recursos do PNAES, como veremos no decorrer deste estudo.

1.1 Origem do trabalho

A escolha desse tema decorreu da minha experiência enquanto aluna assistida da graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas como também da minha atual experiência profissional como assistente social da Pró - Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante - PRAPE/UFPB.

Egressa da escola pública, ingressei no curso de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) em 2005, mas não tinha condições objetivas de arcar com as despesas inerentes ao curso (transporte, alimentação etc.). Diante disso, ao ingressar na universidade, busquei a Pró - Reitoria estudantil para verificar se existia algum tipo de bolsa auxílio para contribuir com a minha permanência na universidade.

Dentre as categorias de bolsas existentes, fui contemplada com uma bolsa-trabalho, que consistia em dar uma contrapartida em forma de trabalho, por 20h semanais, em algum departamento administrativo ou unidade acadêmica na universidade, em troca do valor da bolsa. Além disso, também tive acesso ao Restaurante Universitário, que à época não tinha acesso universal.

Durante todos os anos da graduação fui bolsista no Gabinete da Reitoria, desenvolvendo apenas atividades administrativas.

O cumprimento da contrapartida desta bolsa representou uma barreira para o desenvolvimento de atividades relacionadas à pesquisa, ensino e extensão no curso de Serviço Social, pois não havia tempo hábil para se envolver em tais atividades, somadas às disciplinas do curso e a carga horária exigida da bolsa-trabalho.

Em 2009, após a formatura fui contratada para continuar trabalhando no gabinete da reitoria, de forma terceirizada, exercendo trabalhos de assessoria e secretariado. Em 2015, devido a mudança de gestão, fui demitida e passei a me dedicar a estudos para concurso público. Em 2016, fiz o concurso da UFPB para assistente social e em 2017 concretizei o sonho de atuar na minha área de formação e ser servidora pública federal.

Ao exercer a profissão de assistente social da PRAPE/UFPB tive a oportunidade de conhecer mais a fundo o universo da assistência estudantil, entendendo o seu funcionamento a partir de legislações do Ministério da Educação e de resoluções internas da pró-reitoria, compreendendo as demandas que interferem diretamente na permanência dos discentes, assim como os desafios institucionais impostos para concretização de uma assistência estudantil de excelência.

Os desafios institucionais me instigaram a aprofundar os estudos sobre a expansão da educação superior e sobre as ações assistência estudantil, que estão inseridos num cenário de mudanças das políticas públicas da educação superior, marcadas pela ideologia neoliberal que vê a educação como mercadoria. Por isso, esta pesquisa pretende realizar uma reflexão crítica sobre como é realizada a assistência estudantil na UFPB, a partir da percepção do discente assistido e com base nesta reflexão apresentar novas estratégias que visem contribuir para o aprimoramento da política de assistência estudantil desenvolvida aos alunos em vulnerabilidade social da graduação.

1.2 Questão de Pesquisa

A partir das considerações acima acerca da assistência estudantil no Brasil e na UFPB, assim como minha vivência na linha de frente da execução da política de assistência estudantil na universidade, surgiu o seguinte

questionamento: qual a percepção dos estudantes assistidos sobre as ações de assistência estudantil operacionalizada pela PRAPE/UFPB?

1.3 Objetivos

A fim de responder o referido questionamento, foi definido como norteador da pesquisa o seguinte **objetivo geral**:

- analisar a política da assistência estudantil na UFPB, no contexto da expansão do ensino superior, a partir da percepção dos discentes assistidos.

E os **objetivos específicos**:

- refletir sobre a expansão do ensino superior, no contexto das políticas neoliberais e da lógica da mercantilização da educação;
- caracterizar a implementação da política de assistência estudantil no Brasil e na UFPB com foco na materialização dos programas e projetos estruturados pela PRAPE/UFPB;
- conhecer a percepção dos discentes assistidos no que se refere a assistência estudantil realizada pela PRAPE/UFPB;
- propor ações de assistência estudantil, a partir da ótica dos estudantes assistidos, que fortaleçam a política e atendam às necessidades apontadas pelos discentes.

1.4 Procedimentos metodológicos

Para concretização do estudo, a abordagem foi do tipo qualitativa, que, de acordo com Cajueiro (2012, p.23) “prioriza as percepções de atitude e aspectos subjetivos dos objetos de pesquisa interagindo com seu grupo”. Para isso, os procedimentos metodológicos utilizados foram a pesquisa bibliográfica, documental e estudo de campo de cunho descritivo e exploratório. Gil (2008), nos diz que a pesquisa descritiva e a exploratória são desenvolvidas com o intuito detalhar e conhecer a realidade a ser investigada, proporcionando assim uma visão geral de determinado fato, como também as características da população.

A pesquisa bibliográfica consistiu num um estudo da arte sobre a expansão do ensino superior, a assistência estudantil, como também sobre as questões que envolvem a democratização do acesso e neoliberalismo, a fim de conhecer as discussões científicas acerca do tema e ter embasamento teórico para dar prosseguimento a pesquisa. As fontes foram livros, artigos científicos publicados em revistas bem avaliadas, os bancos de dados digitais das universidades que dispõem de dissertações de mestrado e doutorado acerca da assistência estudantil das instituições federais de ensino superior.

Já a pesquisa documental, foi realizada por meio de sites oficiais do governo federal, principalmente o site do MEC e da UFPB, que nos forneceram documentos que regulamentam a assistência estudantil no Brasil, que regem as políticas de democratização do acesso, além de dispor de diversos relatórios, decretos, resoluções, entre outros que subsidiaram a discussão e elucidaram de que forma estão regulamentadas as políticas públicas de expansão do ensino superior, a política de assistência estudantil no Brasil e como ela é aplicada na UFPB.

O estudo de campo é uma fase importante da pesquisa, pois é responsável pela extração de informações da realidade do objeto de estudo. Com ele, será possível traçar o perfil do aluno assistido, verificar quais foram as motivações que o levaram a buscar a assistência estudantil, quais as demandas que não estão sendo atendidas, assim como conhecer a percepção dele sobre as ações desenvolvidas, entre outros aspectos. A coleta de dados do estudo de campo, foi realizada por meio de questionários avaliativos que buscaram dar subsídios para a interpretação da realidade dos discentes assistidos e nortearam as respostas ao problema levantado na pesquisa. Com estes dados foi possível conhecer e apreciar melhor as demandas dos discentes assistidos e verificar como elas estão sendo atendidas pela instituição.

Tivemos por campo da pesquisa a Universidade Federal da Paraíba - UFPB que é uma instituição autárquica federal, vinculada ao Ministério da Educação, cuja estrutura é multi-campi com cursos nas cidades de João Pessoa, Santa Rita, Areia, Bananeiras, Rio Tinto e Mamanguape. De acordo com o último relatório de gestão 2020, a UFPB possui 124 cursos de graduação com aproximadamente 30 mil alunos matriculados. Segundo dados retirados em

julho de 2021 no SIGAA, a PRAPE fornece **6.690** auxílios estudantis, distribuídos da seguinte forma:

Tabela 1 - Quantitativo de auxílios ofertados pela PRAPE

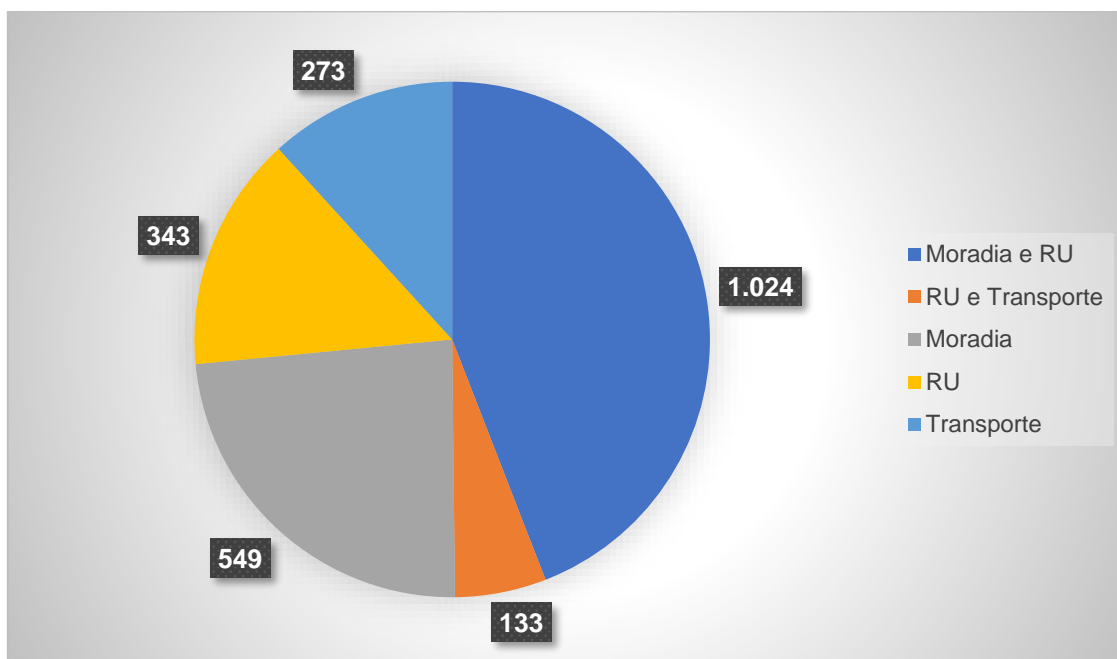
Auxílio Ofertados pela PRAPE	Valor do Auxílio (Campus I)	Quantitativo de discentes assistidos
Moradia	R\$600	1652
Residência Universitária	R\$940	343
Restaurante Universitário	R\$250	1506
Alimentação (Mangabeira e Santa Rita)	R\$360	259
Transporte	R\$ 90 a R\$360	448
Creche	R\$250	15
Auxílio Inclusão Digital	N/A	663
Auxílio Instrumental	R\$1.200	1.722
Auxílio Aluno Apoiador	R\$500	82
Total de auxílios ofertados	-	6.690

Fonte: Módulo de Assistência Estudantil – SIGAA/UFPB, 2021b. Elaborado pela autora.

Cabe ressaltar que estes números variam, pois tem alunos concluintes, editais que incluem novos alunos, alunos que trancam o curso e tem os auxílios cancelados, entre outras situações.

Segundo as regras dos editais da PRAPE, alunos que possuem auxílio-moradia, residência, transporte, creche, instrumental, inclusão digital e apoiador podem acumular com o auxílio-restaurante. Já alunos que possuem o auxílio-moradia, não podem acumular com o auxílio-transporte e nem com o auxílio-residência. Alunos residentes, não podem acumular o recebimento dos auxílios com o auxílio-moradia. O gráfico abaixo mostra os auxílios mais procurados da PRAPE, que são o auxílio restaurante, moradia e transporte e o número de alunos que acumulam mais de um benefício:

Gráfico 1 - Distribuição dos auxílios-moradia, transporte e RU



Fonte: Módulo de Assistência Estudantil – SIGAA/UFPB, 2021b. Elaborado pela autora.

Estes dados foram retirados do módulo de assistência estudantil SIGAA/UFPB, no intuito de descobrir qual o auxílio que mais acumula com outros e que teria o público mais diversificado de discentes, para aplicar o questionário e enriquecer a pesquisa. Do universo de **1.506** alunos assistidos com o RU apresentados na Tabela 1, **1024** acumulam o auxílio-RU com o auxílio-moradia, segundo dados apresentados no gráfico 1. Considerando essas informações, foi escolhido para aplicar a pesquisa, o grupo de alunos assistidos com o RU, pois se trata do grupo mais diversificado de alunos, com demandas distintas, variadas e que acumulam outros auxílios também, como exemplo, o auxílio-moradia e transporte.

Diante do distanciamento social imposto pela pandemia de Covid-19 e da incerteza do retorno às atividades presenciais, conforme anunciamos, o levantamento desses dados foi realizado por meio da aplicação de um questionário *online*, da plataforma *google*, semiestruturado, para um grupo de alunos assistidos com o RU no *campus* I.

A amostra da pesquisa foi obtida por meio de um mecanismo de auto seleção, em que todos os (as) 347 estudantes assistidos com o RU, do Campus I, contemplados no Edital 02/2019 – PRAPE/UFPB, tiveram acesso ao questionário e ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de modo *online*.

Este termo, é um documento no qual é explicitado formalmente o consentimento livre e esclarecido do participante sobre a pesquisa realizada, de forma escrita.

Para a obtenção do termo, o projeto deste estudo foi encaminhado ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da UFPB, por meio da plataforma Brasil, na qual os projetos são protocolados para análise do CEP da instituição ao qual o pesquisador está vinculado. Tal análise é realizada de forma minuciosa e o seu objetivo principal é proteger as informações das pessoas/participantes da pesquisa. (SIQUELLI, p.31).

Após a aprovação da pesquisa de campo pelo CEP-UFPB, foram selecionados os discentes assistidos com o RU por meio da plataforma do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), que é responsável por gerenciar o módulo de assistência estudantil e fornece os dados alunos assistidos pela PRAPE. O SIGAA forneceu os contatos eletrônicos dos discentes (o *e-mail*), para o recebimento do questionário *online*.

A identidade dos pesquisados foi mantida em sigilo, seguindo o elemento ético da pesquisa e os resultados da pesquisa serão disponibilizados aos que manifestarem interesse em recebê-lo, manifestação esta, que poderá ser requerida no próprio questionário da pesquisa.

A análise dos dados do tipo qualitativa, foi realizada por meio do método dialético, ao envolver questões diversas sobre o cotidiano dos discentes que integram as contradições do sistema capitalista e nos mostram como os fenômenos sócio-históricos, culturais, políticos, econômicos afetam a realidade dos discentes. Sobre o método dialético, Gil (2008) ressalta que:

A dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais [...] como a dialética privilegia as mudanças qualitativas, opõe-se naturalmente a qualquer modo de pensar em que a ordem quantitativa se torne norma (GIL,2008, p.14).

A análise do conteúdo dos dados coletados na pesquisa será feita também, a partir dos estudos Bardin (2016). Essa autora caracteriza a análise de conteúdo como referência principal de:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de

produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2016, p. 48).

A sua proposta divide a análise em três etapas cronológicas: a pré-análise; que visa organizar e explorar o material, fazendo o tratamento dos resultados iniciais buscando uma interpretação e sistematização; a exploração do material é a segunda etapa elencada pelo autor, consiste na materialização das decisões tomadas na fase da pré-análise na qual os dados brutos são transformado de forma organizada e agregadas em unidades que permitem uma descrição das características pertinentes do conteúdo; e a terceira etapa é o tratamento dos resultados caracterizada pelo tratamento estatístico simples dos resultados, permitindo a elaboração de tabelas que condensam e destacam as informações fornecidas pela análise.

1.5 Aderência ao Programa

Dentre as linhas de pesquisa existentes no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (MPPGAV), do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, a proposta de pesquisa apresentada, se concentra na área de Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, por se tratar da política de assistência estudantil da universidade.

Existem vários estudos sobre a assistência estudantil na UFPB, como exemplo temos a dissertação de Barbosa (2009), que pesquisou sobre a assistência estudantil prestada aos alunos residentes da UFPB contribuindo para discussão das políticas públicas desta área. Macedo (2017) que pesquisou sobre a eficácia do PNAES para os alunos cotistas, demonstrando a importância do programa para a aumentar as taxas conclusão do curso. Já os estudos de Silveira (2019) apresentaram os critérios utilizados para seleção de discentes a partir do PNAES e a dificuldade dos alunos em entenderem o processo seletivo.

Existe também uma pesquisa realizada por Albuquerque (2017), muito semelhante com a proposta desse estudo, que buscou desvelar a percepção dos discentes assistidos com a residência universitária da UFPB. A pesquisadora entrevistou 11 residentes do campus 1 no intuito de responder a seguinte questão: quais são as dificuldades e as possibilidades para a permanência dos alunos da graduação na UFPB, contemplados pela política de assistência

estudantil, e como estes avaliam essa política na supracitada instituição? A resposta encontrada foi a confirmação da importância da assistência estudantil para permanência dos discentes, uma vez que os discentes não possuem condições de continuar na graduação sem o apoio do Estado.

A pesquisa atual, pretende ampliar a categoria de análise, incluindo discentes assistidos com outros auxílios, a saber, auxílio moradia, restaurante e transporte, assim como ampliar as questões abordadas na pesquisa realizada por Albuquerque (2017), além de proporcionar uma autoavaliação atualizada da assistência estudantil fornecida pela UFPB na ótica dos alunos assistidos, fazendo com que esses dados subsidiem um aprimoramento das ações, programas e projetos da PRAPE como também, uma revisão da prática profissional de vários servidores de instituições federais, mas principalmente servirá para aqueles que, igual a mim, compõe à PRAPE.

Será possível também com esse estudo, realizar uma contextualização do momento histórico que estamos vivenciando desde 2019, com o governo do presidente Jair Bolsonaro, que implementou uma série de medidas que atacam os direitos sociais e que no campo da educação superior, provocaram o contingenciamento de recursos afetando diretamente a assistência estudantil, na lógica neoliberal.

No ano 2020, vivenciamos outra situação histórica que afetou o mundo inteiro e a vida de muitos os brasileiros, que foi e está sendo, a pandemia do covid-19. A pandemia têm gerado novas demandas para a assistência estudantil, demandas estas que serão levantadas no questionário aplicado aos discentes, como também, serão pontuadas pelo cotidiano da prática profissional que traz desafios diários para o enfrentamento da desigualdade social imposta pelo sistema capitalista e ressignificada com a pandemia.

Nesta perspectiva, Macedo (2017) faz a seguinte reflexão:

O PNAES na UFPB, portanto, é uma das políticas basilares para a Permanência de estudantes com vulnerabilidade na Educação Superior, sendo oportuno que haja o Monitoramento e avaliação para verificar se os seus objetivos estão sendo alcançados. Essas são etapas imprescindíveis no campo das políticas públicas, inclusive, no contexto das políticas sociais, pois elas possuem uma finalidade social de atender aos interesses de determinados segmentos da sociedade, mesmo com suas limitações de focalização e seletividade (MACEDO, 2017, p. 37).

Como produto desse estudo, conforme veremos adiante, vislumbra-se a sugestão de implantação de uma pesquisa de satisfação periódica realizada com os estudantes assistidos, a fim de avaliar a qualidade do serviço prestado pela PRAPE, pois conforme apontado por Macedo (2017), toda política pública deve ser avaliada e monitorada para seu aprimoramento. Pretende-se também, fomentar a criação de uma rede de atenção estudantil multiprofissional, com fluxo pré-estabelecido, desde o momento de ingresso do aluno no auxílio, até a formação dele, fazendo um monitoramento acadêmico para auxiliar o aluno na graduação, reduzindo assim as taxas de retenção e evasão e corroborando para permanência com sucesso na graduação.

Ao realizar a análise da percepção do discente sobre a política de assistência estudantil da PRAPE iremos ter como produto além da visão dos discentes, sugestões para que a política implantada seja aprimorada de acordo com as necessidades apontadas pelo seu público-alvo.

1.6 Estrutura da Dissertação

No que se refere a organização deste trabalho, ressaltamos que está dividido em quatro capítulos:

- o primeiro, intitulado de introdução, será possível conhecer um pouco da motivação para estudo do tema, a relevância, assim como os o problema da pesquisa, objetivos, metodologia utilizada e os resultados esperados;
- o segundo capítulo abordará a expansão do ensino superior e a política de assistência estudantil no Brasil, com ênfase na democratização do acesso e no desafio da permanência diante das políticas neoliberais, que promove a redução do Estado frente as políticas sociais;
- o terceiro capítulo contará com uma contextualização acerca assistência estudantil no Brasil e na UFPB, a fim de compreender de que forma foi concebida, conhecendo todo o processo histórico que gerou a política atual. Em seguida, apresentando de que forma é executada as políticas para a permanência dos discentes assistidos pela PRAPE/UFPB – conhecendo a legislação, os auxílios e serviços ofertados;

- o quarto capítulo é composto pelos resultados da pesquisa com os discentes assistidos, assim como, pelas reflexões sobre as questões apontadas.
- O quinto capítulo traz propostas para o aprimoramento da assistência estudantil da UFPB.
- Por fim temos as considerações finais e referencias.

2. EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Este capítulo aborda a expansão do ensino superior e a política de assistência estudantil no Brasil no contexto da redemocratização do Estado na década de 1990, com ênfase nas ações que propiciaram a democratização do acesso, como também naquelas ações que buscaram consolidar a permanência com sucesso dos discentes neste nível ensino. Serão vistos os desafios impostos pela lógica neoliberal, caracterizada pela retração e desresponsabilização do Estado frente às políticas sociais, nos quais a educação e, em contrapartida a assistência estudantil, passam a servir na perspectiva das necessidades do mercado.

Antes de abordar a expansão do ensino superior no Brasil, é necessário conhecer o cenário econômico e social que deram bases para sua implementação. Será possível conhecer em que contexto social, histórico e político emergiram as políticas de expansão, tendo como marco a crise do capitalismo nos anos 1970, a ofensiva neoliberal e as influências dos organismos internacionais, como a Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE), Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), agências da Organização das Nações Unidas (ONU), entre outros.

O estudo também aborda a Constituição Federal de 1988 que preconizou os direitos fundamentais, entre eles a educação e a consolidação da Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/96) – LDB, fruto da reforma do Estado e da crise do capitalismo, que proporcionou uma reorganização do ensino brasileiro, como também deu bases para expansão do ensino superior brasileiro.

Ao término deste capítulo, será possível compreender como surgiram e quais são as principais políticas de expansão do ensino superior no Brasil, assim como conhecer a política de assistência estudantil aplicadas nas IFES, sua relevância e os desafios impostos pela lógica mercantil.

2.1 O cenário da Expansão do Ensino Superior no Brasil e a influência da ideologia neoliberal

O sistema capitalista entrou em crise no final dos anos 1970 e nas duas décadas posteriores foi necessária a adoção de uma série de reformas

estruturais que provocaram um reordenamento do Estado brasileiro, cujos pontos principais se concentram na ideologia da hegemonia neoliberal que visa a redução do Estado, o desmonte das políticas de proteção social, a inserção do país na economia globalizada, privatização do setor público e desregulamentação dos mercados, entre outros pontos que são considerados indispensáveis para a retomada do desenvolvimento econômico. Para os neoliberais, o Estado protecionista, seria o principal responsável pela crise do modelo capitalista de acumulação.

Sendo o Estado, na ótica neoliberal, o principal responsável pela crise que alastrara a sociedade capitalista como um todo, deveria ser penalizado e foi assim que ocorreu. O Estado deixa de ser interventor para ser apenas regulador das relações socioeconômicas, e isso foi proporcionado pela redução do seu tamanho, através de alguns programas de privatização, terceirização, gerando uma contrarreforma, representando um desmonte dos direitos sociais conquistados. Assim, é possível afirmar que o Estado tem se colocado cada vez mais a serviço do capital e mínimo para as políticas públicas.

Sobre esta adesão ao Estado Neoliberal, Mota (1998) afirma que o objetivo é reduzir o papel do Estado na área das políticas de proteção social; pois ao submeter os direitos sociais e trabalhistas à lógica da funcionalidade do mercado, implementa-se uma estratégia de desvalorização da força de trabalho, neutralizando a dimensão ética do direito, fazendo prevalecer o critério de eficácia e produtividade.

Chaves (2018) nos diz que as reformas impostas pelo ajuste global do capitalismo visaram à abertura irrestrita ao mercado e à reorganização do espaço social provocando um movimento de reconfiguração das esferas pública e privada. Esse reordenamento do Estado traz desdobramentos que afetam as políticas sociais, e, conseqüentemente, àquelas voltadas para a educação superior. Nesta perspectiva, Arruda e Gomes (2015) afirmam que:

As políticas e reformas educacionais voltadas para a educação superior, implementadas nas últimas décadas em diferentes países, inclusive os da América Latina, têm como referências discursivas publicações das organizações internacionais, dado o financiamento de projetos, programas, documentos e produção de estudos desenvolvidos para as regiões. Organismos como o Banco Mundial (BM), Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), apontam diagnósticos,

estratégias de reformas e “lições” para resolução dos problemas enfrentados no campo da educação superior dos países.”. Tais referências não apenas norteiam o debate nos círculos acadêmicos, como influenciam na formulação de políticas nacionais implementadas no campo da educação superior”. (ARRUDA e GOMES, 2015, p. 546).

Esse movimento de reforma estatal no Brasil, como dito anteriormente, foi orientado pelos organismos internacionais que estabeleceram recomendações aos países como forma de adequá-los aos novos arranjos econômicos necessários para a reestruturação do sistema capitalista. Este estudo considera como marco dessa reorganização estatal os direitos estabelecidos na CF/1988 e, principalmente, a reorganização do sistema educacional brasileiro por meio da LDB/1996, como veremos a seguir.

O Estado tem como função social garantir aos cidadãos políticas públicas que visem o acesso aos direitos sociais estabelecidos na nossa Carta Magna. Dentre estes direitos, destacamos o direito a educação, estabelecido pelo art. 6º da CF/1988: “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados[...]”. Já o artigo 205 descreve a educação como direito universal, dever do Estado e da família, promovida e incentivada com a colaboração social, para o pleno desenvolvimento da pessoa, do cidadão e do trabalhador (BRASIL, 1988).

Com o intuito de colaborar no pleno desenvolvimento da pessoa, do cidadão e do trabalhador, conforme disposto no texto constitucional acima, temos a educação superior, que além de cumprir seu papel social no sentido de abarcar não só a formação humana e suas potencialidades, possui também a função de capacitar os cidadãos na construção de múltiplos saberes para superação das necessidades socioeconômicas referenciados com valores de justiça social.

Na perspectiva de consolidação do direito a educação estabelecido na constituição federal, foi sancionada em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/96) - LDB, lei que regulamenta como um todo a educação no Brasil, principalmente no que se refere a educação superior. O texto constitucional, enfatiza como dever do Estado apenas as ações da educação básica. No que se refere ao ensino superior, o artigo 213, § 2º, nos diz que “as atividades

universitárias de pesquisa e extensão **poderão** (*grifo nosso*) receber apoio financeiro do Poder Público” (BRASIL, 1988).

Analisando o texto constitucional acima, fica implícito que não há garantia efetiva do apoio financeiro ao ensino superior por parte do Estado. Somente com a LDB, em 1996, é possível verificar a garantia do financiamento das universidades por parte do poder público, pois ela organiza e regulamenta a estrutura da educação brasileira em todos os seus níveis de ensino, ou seja, da educação básica até a educação superior, garantia esta ressaltada no artigo 55 da referida lei: “Caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas.” (BRASIL, LDB,1996).

A LDB nos traz também a finalidade da educação superior que devem estar ancoradas no tripé ensino, pesquisa, extensão, elucidada no artigo 43, a saber, “[...] o estímulo do espírito científico e do pensamento reflexivo; a formação de diplomados em diferentes áreas do conhecimento; a promoção da extensão aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.” (BRASIL, LDB,1996).

Podemos perceber a influência do mercado no ensino superior quando a referida lei nos diz no artigo 7 que o “ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: [...] III - capacidade de autofinanciamento”. Como também abre a possibilidade nos artigos 45 e 46, da oferta e do funcionamento de instituições públicas e privadas de ensino superior, desde que estejam devidamente credenciadas, podendo ofertar cursos sequenciais, de graduação, pós-graduação e extensão (BRASIL, LDB,1996).

No que se refere aos trechos acima, Chaves (2018) faz uma análise na qual afirma que fica clara a política neoliberal a ser adotada em relação à educação, significando que a educação privada deve ser autofinanciada, cabendo à família arcar com seus custos e o papel do Estado será apenas de regulador.

Dessa forma, vimos de forma geral que a LDB colaborou para a intensificação da expansão do setor privado, ao autorizar a existência e o funcionamento de instituições privadas de ensino superior no Brasil, pois ao regular os direitos sociais educacionais o Estado abriu a possibilidade de

transformar a educação superior em mercadoria, devendo atender aos interesses de reprodução do capital, formando profissionais mais produtivos e acríticos. Nesta perspectiva, Chauí (1999) afirma que:

A reforma tem um pressuposto ideológico básico: o mercado é portador de racionalidade sócio-política e agente principal do bem-estar da república. Esse pressuposto leva a colocar *direitos* sociais (como a saúde, a educação e a cultura) no setor de *serviços* definidos pelo mercado. Dessa maneira, a reforma encolhe o espaço público democrático dos direitos e amplia o espaço privado não só ali onde isso seria previsível – nas atividades ligadas à produção econômica –, mas também onde não é admissível – no campo dos direitos sociais conquistados. (CHAUÍ, 1999, p.3).

Corroborando com o entendimento acima, Dourado (2002) afirma que a LDB foi influenciada pelos princípios neoliberais, por meio dos organismos internacionais, que estabeleceram recomendações aos países que deveriam articular a educação e a produção do conhecimento, por meio do binômio privatização e mercantilização da educação da população vulnerabilizada, como forma de adequá-los aos novos arranjos econômicos necessários para a reestruturação do sistema capitalista.

Assim, na década de 1990, no governo do presidente FHC, é possível verificar o reflexo dessas ações neoliberais nas universidades federais. Houve defasagem salarial, falta de verbas para manutenção, para o desenvolvimento de pesquisa, suscitando no êxodo dos professores das universidades públicas para as privadas. Também cabe destacar que houve a aposentadoria em massa dos docentes e técnicos administrativos e a não reposição de recursos humanos para ocupar as vagas que ficaram ociosas, sendo utilizado no caso dos docentes, a contratação de professores substitutos, com salários inferiores.

O resultado da atuação desse modelo de política neoliberal foi o sucateamento das universidades públicas e o aumento do número da expansão do ensino público privado e das matrículas nessas instituições, que recebiam verba pública através da multiplicação das fundações privadas nas IFES, além da ausência, ou pode-se dizer que, a inexistência de uma política efetiva de Assistência Estudantil.

É possível verificar, no mesmo período, a expansão do número de instituições privadas, fomentada pelas reformas estatais neoliberais que suscitaram na desoneração fiscal dos serviços educacionais privados, assim como políticas de financiamento estudantil do Governo de FHC, na qual

podemos citar, inicialmente, o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), criado pela Medida Provisória nº 1.865-4, de 26 de agosto de 1999, cujo objetivo era fornecer empréstimos estudantis a estudantes de baixa renda e conseqüentemente aumentou o número de instituições de ensino privadas incorporando o neoliberalismo às políticas de expansão do ensino superior. Confirmando esse cenário, os estudos de Chaves e Amaral (2016), nos mostram que:

O período dos governos de FHC (1995-2002) foi marcado pela redução do número de IES públicas (-7,1%) e pelo aumento das IES privadas (110,8%). Em relação a matrículas, observa-se um crescimento nos dois setores, com predominância no setor privado que expandiu 129,8% no número de estudantes matriculados, enquanto o setor público cresceu 55%." (CHAVES, AMARAL, 2016, p. 56).

A partir desses dados é possível verificar que a medida em que as IES privadas recebem incentivos e crescem exponencialmente, há um declínio das IES públicas, assim como um sucateamento das universidades federais com a diminuição dos recursos do governo federal e uma série de ações contrárias ao pleno desenvolvimento das instituições de ensino federais.

Boaventura de Sousa Santos (2005) nos traz a seguinte reflexão sobre o investimento do Estado na educação privada na lógica do BM em detrimento do fortalecimento das universidades públicas:

Qual é o retorno social de pensar o longo prazo, de dispor de espaços públicos de pensamento crítico ou mesmo de produção do conhecimento para além daquele exigido pelo mercado? Na lógica do Banco Mundial, a resposta é óbvia: o retorno é nulo, se existisse, seria perigoso e, se não fosse perigoso, não seria sustentável [...]. (SANTOS, 2005, p. 200).

A lógica do sistema capitalista exige sujeitos com competência técnica e subordinação, sujeitos acrícos e mais produtivos, que não questione ações, decisões, apenas execute a tarefa com perfeição. São esses sujeitos formados pela maioria das IES privada e de ensino técnico, modalidades de ensino bem quistas aos olhos da lógica neoliberal e desenvolvimentista que regem a economia global. As universidades públicas formam sujeitos pensantes, questionadores, capazes de criar, criticar, reivindicar por direitos sociais e se colocar de forma digna na sociedade.

Ainda no governo FHC, foi instituído o Plano Nacional de Educação (PNE) (Lei n. 10.172, de 9/1/2001) que é fruto das ações da sociedade brasileira para

garantir as disposições legais contidas na CF/1988 em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos¹ que fixou metas para educação superior nas quais visavam a ampliação do número de estudantes na educação superior, justificando que “há necessidade da expansão das universidades públicas para atender à demanda crescente dos alunos, sobretudo os carentes, bem como ao desenvolvimento da pesquisa necessária ao País” (BRASIL, 2001).

Neste sentido, o PNE surge no contexto da reforma da educação brasileira, em especial da reestruturação da educação superior que se consolida com a LDB de 1996. Esta reforma altera a estrutura legal, as diretrizes e bases do modelo instaurado com a reforma universitária de 1968. “[...] a LDB favorece as mudanças na organização acadêmica, no padrão de avaliação, de financiamento, de gestão, de currículo e de produção do trabalho acadêmico, com amplas repercussões no campo universitário e na identidade das IES” (AGUIAR, 2010).

Foram 35 objetivos e metas estabelecidas no referido PNE e dentre elas podemos destacar:

Prover, até o final da década, a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos (...); estabelecer uma política de expansão que diminua as desigualdades de oferta existentes entre as diferentes regiões do País (...); Criar políticas que facilitem às minorias, vítimas de discriminação, o acesso à educação superior, através de programas de compensação de deficiências de sua formação escolar anterior, permitindo-lhes, desta forma, competir em igualdade de condições nos processos de seleção e admissão a esse nível de ensino”(BRASIL, 2001).

No intuito de atingir as metas estabelecidas na LDB/1996 e no PNE/2001, o governo Lula deu continuidade às políticas neoliberais criadas pelo governo FHC, aprimorando-as, promovendo a expansão do ensino superior privado com o investimento no FIES e criando políticas para massificação e mercantilização do ensino superior privado, como exemplo o PROUNI.

O PROUNI é um programa do Ministério da Educação que oferece bolsas de estudos, integrais e parciais (50%) em instituições particulares de educação

¹ A Declaração Mundial sobre Educação para Todos é um documento fruto da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, foi realizada em Jomtien, Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990. Conscientes de que a educação é um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro, os participantes do Congresso proclamamos a seguinte Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem.

superior, oferecendo, em contrapartida redução e isenção de impostos àquelas instituições que participam do programa. E, para correr às bolsas integrais, o estudante deve comprovar renda bruta familiar per capita de até 1,5 salário-mínimo. Para as bolsas parciais, até 3 salários-mínimos. Além do critério da renda, é requisito não possuir diploma de curso superior e obter no mínimo de 450 pontos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). (BRASIL, 2005).

Mancebo (2015), faz a seguinte reflexão sobre as políticas de expansão das IES privadas:

É fundamental que se reforce que a expansão pela via privada não significou (e nem significa) a ausência de financiamento estatal, pois muitas dessas instituições privado-mercantis gozam de isenções fiscais e previdenciárias que as favorecem do ponto de vista patrimonial e de ampliação de sua liquidez. Elas beneficiam-se com as parcerias público-privadas, as famosas PPPs; como é o caso do Programa Universidade para Todos (PROUNI), ou ainda com a injeção de recursos públicos para a manutenção dos seus alunos, como é o caso do programa do Crédito Educativo, hoje transformado no Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES). (MANCEBO, 2015, p.4).

Dessa forma, percebemos que o dinheiro que poderia ter sido investido nas IFES foi e está sendo redirecionado para a iniciativa privada, com a justificativa de que a educação privada seria mais eficiente, teria baixo custo e estaria mais próxima às necessidades do mercado, além de ter uma pitada de “justiça social” na qual as camadas mais populares poderiam acessar essas instituições de ensino por meio de programas sociais como o PROUNI ou FIES. As reformas educacionais oriundas da LDB e PNE, propiciaram uma abertura irrestrita da parceria público-privado com o intuito de transferir a responsabilidade da educação para as instituições privadas e assim reduzir os gastos do ensino público, resultando numa precarização do ensino superior.

No que se refere a expansão da educação superior pública, no período de 2003 a 2007 foi implementado o programa de Expandir. Considerado como a primeira fase da expansão do ensino superior federal, o programa tinha como slogan de governo: “Universidade, expandir até ficar do tamanho do Brasil”. Sua meta primordial era levar da capital para os municípios as universidades e institutos federais, colaborando na democratizando o ensino superior, promovendo a redução das desigualdades regionais, do desemprego e impulsionando o desenvolvimento do país (BRASIL, 2012). Em 2007, esse programa foi ampliado e tornou-se o Decreto nº 6.096, de 24/4/2007, Programa

de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.

O objetivo do Reuni foi “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação [...]” (BRASIL, 2007). As ações desse programa se apresentam com o intuito de dirimir as desigualdades sociais no país, oportunizando o acesso à população mais pauperizada, fomentando a ampliação das vagas nos cursos de graduação principalmente os noturnos, combate a evasão e retenção por meio de ações pedagógicas e fortalecimento da assistência estudantil, entre outras. Foram definidas as seguintes diretrizes para o programa:

- I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
- II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;
- III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;
- IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;
- V – ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e
- VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica” (BRASIL, 2007).

Esse programa fomentou um investimento expressivo na expansão das vagas dos IFES por meio da interiorização, criando campi fora de sede, lançando vários concursos para professores e técnicos administrativos, aumentando a oferta de vagas de cursos noturnos, especialmente as licenciaturas. Os municípios que receberam as IFES e os circunvizinhos, tiveram um crescimento expressivo no seu desenvolvimento econômico social, pois houve um fomento da economia local que precisou se adequar e crescer para atender as demandas que surgiram com o novo público universitário (professores, técnicos e discentes). Foi possível verificar desenvolvimento no setor de comércio, serviços e principalmente do setor imobiliário.

Sobre o Reuni, Mancebo (2015) afirma que ele foi o maior projeto público de expansão da educação superior, sendo o responsável pelo aumento de aproximadamente 70% das matrículas presenciais na rede federal, entre 2007 (ano da criação do Programa) e 2013. Porém, a autora critica a forma com que

ele foi implantado (através de contratos de gestão) que trouxe consequências nos processos de ensino, pesquisa e extensão. Nesta mesma linha, Nascimento (2013) nos diz que:

A principal crítica feita ao REUNI, pelos analistas da educação, está na sua contribuição para perda de autonomia universitária (porque orientada por contrato de gestão) e instauração do ideário da produtividade acadêmica orientado por uma lógica mercadológica. Estas medidas inauguram o que Lima (2005) chamou de “fetiche da democratização” e estão direcionadas para a consolidação do modelo de “universidade operacional” a que se referiu Chauí (1999), ou, a universidade “neoprofissional, heterônoma e competitiva” de Saguissard (2009) - ambas empenhadas em transpor a lógica mercadológica para a esfera acadêmica (NASCIMENTO, 2013, p.14).

Mancebo (2015) destaca que a rede profissional, científica e tecnológica também passou uma expansão e por reformas por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 que transformou os CEFET's em IF's abrindo a possibilidade da oferta de cursos de ensino superior, como também por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) regulamentado pela Lei nº 12.513, em 26 de outubro de 2011, que se propõe à expansão, interiorização e democratização da oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional.

De forma geral, o Reuni propiciou uma democratização do ensino superior pela interiorização das vagas públicas. Ristoff (2016) observou em sua pesquisa que de 2003 a 2013 houve uma ampliação das universidades públicas, que eram 48 passando a ser 63, assim como houve aumento no número de campi, quase todos em cidades do interior do Brasil, cresceu 117%, passando de 148 *campi* para 312 no período.

Assim, é possível perceber que no período de 1996 a 2013 houve uma expansão significativa das vagas do ensino superior, fomentadas pelos programas FIES e PROUNI no que se refere a educação privada e o REUNI para a educação pública. Mancebo (2015) faz a seguinte reflexão sobre a expansão do ensino superior no Brasil:

Esse processo de expansão fez-se acompanhar de uma reorganização do modelo de financiamento público. Para a rede pública, o aumento do financiamento significou novas exigências de eficiência e eficácia empresariais, expansão com contingenciamento de gastos, precarização das condições de trabalho, introdução de metas e prazos sem sempre compatíveis com um ensino de qualidade ou com o desenvolvimento de pesquisas verdadeiramente inovadoras. De outro

lado, para o setor privado, foram criadas novas formas de transferir recursos públicos (isenções fiscais, financiamentos diretos, redução de encargos trabalhistas, compra de vagas) (MANCEBO, 2015, p.15).

Corroborando com a autora supracitada e fazendo uma reflexão crítica, é possível inferir que as políticas educacionais brasileiras são pautadas numa perspectiva de Estado Mínimo, pois esses programas citados acima, apesar de se colocarem como instrumentos da justiça social visando minimizar os efeitos do elitismo do acesso ao ensino superior, atendem também aos princípios do neoliberalismo para o desenvolvimento do capital, sem compromisso com a classe trabalhadora na qual a sua estratégia se limita a defender os interesses do mercado, manter a classe subalternizada e alienada transformando a educação em mercadoria.

Dessa forma, é nítido que um dos objetivos das políticas neoliberais é enfraquecer a universidade pública, tornando-a cada vez mais dependente e influenciada pelo capital, fazendo com que a produção do seu conhecimento seja direcionada em favor dos interesses mercadológicos, e, conseqüentemente se distancie da sua função social que é fornecer uma formação crítica e emancipadora.

No que se refere ao acesso, conclui-se que as políticas implantadas tiveram impacto na ampliação das vagas e propiciaram o ingresso da população mais vulnerável, porém as dificuldades financeiras dos estudantes, deixa-os distante do seu objetivo que é adquirir a formação acadêmica. Daí a importância da instituição de políticas públicas que visem garantir o direito ao acesso e permanência com sucesso.

Como este estudo, não pretende aprofundar a pesquisa da expansão da rede privada, no próximo tópico vamos abordar as políticas inclusivas de democratização do acesso e permanência da expansão do ensino superior pública, voltadas para as Instituições Federais de Ensino Superior, a saber PNAES, Lei de Cotas, entre outras.

2.2 Políticas Inclusivas de Democratização do Acesso e o Desafio da Permanência: a importância da Política de Assistência Estudantil

No tópico anterior, foi possível conhecer o contexto que emergiram as políticas de expansão da educação superior, frutos da redemocratização do Estado brasileiro e das influências dos organismos internacionais. No que se refere à expansão das instituições públicas, o Programa Expandir e o Reuni são tidos como principais políticas de fortalecimento desse segmento.

As IFES que no início da década de 1990 estavam sucateadas e com muitos problemas orçamentários, se expandiram devida a adesão ao Programa Expandir e ao Reuni. Essa adesão fez com que as instituições recebessem incentivos financeiros que proporcionaram uma reestruturação com construções ou readequações da infraestrutura, assim como a contratação de recursos humanos e equipamentos necessários ao funcionamento das novas atividades decorrentes desse plano de expansão.

As possibilidades de acesso à educação superior da população mais vulnerabilizada, também foi possível com a implementação do Reuni, que tinha como um dos seus objetivos a ampliação das vagas de ingressos, se tornando uma política educacional de grande relevância para uma maior democratização do acesso ao nível superior.

As pesquisas revelam que só democratizar o acesso não foi suficiente para garantir os objetivos e diretrizes do Reuni. É necessário investir na ampliação de políticas de inclusão e de assistência estudantil. Neste sentido, Vasconcelos (2010) vê a assistência estudantil como um mecanismo de direito social que tem como objetivo prover os recursos necessários para a transposição dos obstáculos e superação das barreiras que interferem no bom desempenho acadêmico, minimizando as taxas de abandono e trancamento de matrícula do curso.

Com o intuito de fortalecer o Reuni e ampliar as possibilidades de permanência dos alunos em vulnerabilidade à educação superior, foi instituído o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), por meio da Portaria Normativa nº 39 do MEC, de 12 de dezembro de 2007, que tinha como objetivo promover a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade social nas universidades federais, bem como viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho

acadêmico.

O PNAES hoje é regulamentado pelo Decreto 7.234, de 2010 e suas ações de assistência estudantil devem abranger as áreas de “moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação” (BRASIL, 2010). No tocante a gestão do PNAES, cada IFES é responsável pelas formas de execução das ações do programa, em consonância com as áreas delimitadas pela política que visa construir um padrão de proteção social amplo.

O Reuni e o PNAES foram importantes na mudança do perfil dos alunos ingressantes das IFES, pois historicamente esse acesso era um privilégio exclusivo das elites. Se fazia necessário a adoção de políticas públicas mais direcionadas a população vulnerabilizada, políticas afirmativas que ampliem as possibilidades de acesso da população excluída a este nível de ensino. Prestes e Junior (2016), concordam que a expansão deu subsídios para a democratização do ensino superior com a criação das políticas inclusivas de acesso e permanência e buscaram atender diferentes público, como exemplo o portador de deficiência, procedente de escola pública, com baixa renda familiar, etnias específicas, como negros, quilombolas, indígenas etc. Nessa mesma linha, Macedo (2017) reflete que:

A adoção de ações afirmativas na Educação Superior é uma das estratégias utilizadas nas políticas públicas para reduzir as desigualdades sociais e regionais as quais foram construídas e reproduzidas historicamente. Destarte, esses modelos de políticas somente foram implementados em governos intitulados de centro-esquerda com uma perspectiva de gestão governamental que atendessem às particularidades e a essa diversidade da população brasileira (MACEDO, 2017, p. 44).

Desse modo, o Estado brasileiro passou a adotar políticas inclusivas e de ações afirmativas a fim de proporcionar igualdade de condições no acesso ao ensino superior com o intuito de dirimir a desigualdade social e mudar o perfil dos discentes nas IFES. Em 2012 é sancionada a política de cotas, por meio da Lei nº 12.711/2012, considerada uma das políticas afirmativas que mais possibilitam a democratização do acesso e uma expressiva mudança no perfil dos discentes das IFES.

A lei de cotas prevê que as universidades públicas federais e os institutos técnicos federais reservem, no mínimo, 50% das vagas para estudantes pretos, pardos e indígenas, que tenham cursado todo o ensino médio em escolas da rede pública, como também que tenham renda familiar per capita de até 1,5 salários-mínimos. Essa reserva de vagas foi feita gradualmente e atualmente, quase 10 anos após a instituição de referida lei, metade das vagas das IFES são reservadas para alunos cotistas.

Fica claro que a política de cotas não se limitou apenas a atender o aspecto racial, considerou também o aspecto socioeconômico condizentes a renda e a origem dos alunos, dando mais oportunidades àqueles oriundos de escola pública e com renda familiar per capita inferior a 1,5 salário-mínimo.

Macedo (2017) acredita que as ações afirmativas e o cumprimento da reserva de vagas, através das Cotas, previstos na Lei de Cotas, necessitam de avaliação e monitoramento para que seja observado o impacto social gerado por estas políticas de democratização do acesso à Educação Superior. A avaliação irá proporcionar novos caminhos para verificação dos limites da política, quais foram os avanços, entraves e as possibilidades de melhoria e aperfeiçoamento, na perspectiva da inclusão social e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Democratizar o acesso ao nível superior por meio das cotas, foi um passo importante para possibilitar o ingresso de alunos oriundos da escola pública, negros, pardos, indígenas, entre outros, porém, essa ação isolada não garante que este público tenha condições suficientes para conseguir se manter na universidade e alcançar a conclusão o curso. A realidade dos estudantes cotista é difícil, além das dificuldades acadêmicas inerentes do novo mundo universitário, muitos desses estudantes precisam trabalhar para se manter, como também muitos tem que garantir a manutenção de sua família. Por isso, a política de cotas precisa estar alinhada a uma política de assistência estudantil consolidada, que possibilite além do ingresso a permanência com sucesso na universidade.

Nesta perspectiva de fortalecimento da permanência dos cotistas, em especial indígenas e quilombolas, o governo federal cria o Programa Bolsa Permanência. Instituído pela Portaria nº389 de 9 de maio de 2013, tem o objetivo de viabilizar a permanência na graduação dos discentes em situação de

vulnerabilidade social por meio de um auxílio financeiro que tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para permanência e diplomação dos estudantes de graduação indígenas e quilombolas, reduzindo assim as taxas de evasão estudantil (BRASIL, 2013). Cabe observar, que este programa é financiado pelo MEC e apesar de ter o mesmo objetivo, a permanência na graduação, não tem vinculação financeira com o PNAES, como ressalta Dutra e Santos (2017):

Com a compreensão de que o Pnaes não é capaz de suportar sozinho toda a demanda por condições de permanência no Ensino Superior público, em 2013, através da Portaria nº 389, de 09 de maio de 2013, o MEC cria o Programa de Bolsa Permanência – PBP. Alinhado com a política nacional de AE do país, o programa refere-se à concessão de um auxílio financeiro que tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para permanência e conclusão de curso dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica e estudantes indígenas e quilombolas (DUTRA e SANTOS, 2017.p.159).

O programa bolsa permanência é um programa de assistência estudantil muito relevante, porém atende um público muito específico e limitado. Assim, emerge à importância de se pensar uma assistência estudantil com padrão de proteção social amplo, garantida por Lei, pois atualmente as políticas de assistência estudantil das IFES são custeadas pelo PNAES, que é um decreto instituído pelo Governo Lula, readequado no Governo Dilma e contingenciado no atual Governo Bolsonaro.

Com a transformação desse decreto em lei, esse programa deixaria de ser um programa de determinado governo, para tornar-se política de Estado consolidada e com recursos assegurados. Os alunos que acessam o ensino superior por meio das políticas inclusivas de democratização de acesso e de ações afirmativas, precisam de garantias e de ações concretas voltadas a superação das barreiras na perspectiva de inclusão social, barreiras que os impedem os de terem e êxito acadêmico, permanência com sucesso e qualidade de vida.

Barbosa (2019), faz a seguinte consideração no que se refere ao impacto das políticas de democratização do acesso na vida dos discentes em vulnerabilidade:

A entrada no mundo novo da universidade tem impactos importantes na vida desses jovens. Mais que efeitos econômicos, eles indicam que houve uma abertura para o mundo do conhecimento. A experiência da

vida universitária pode produzir mudanças no cotidiano desses jovens, alterando muitas vezes os roteiros previstos (BARBOSA, 2019, p. 248).

Assim, é possível verificar um duplo desafio que é democratizar o acesso ao ensino superior e ao mesmo tempo garantir a qualidade da educação para estes alunos. Neste sentido, nota-se a importância de se investir em políticas de assistência estudantil para possibilitar uma mudança na vida destes que veem a educação como única saída para vencer na vida e mudar o destino dos seus. Além disso, para cumprir as metas estabelecidas no Reuni no que se refere a redução das taxas de evasão e retenção se faz necessária a consolidação do PNAES como política de Estado que fortaleça a permanência dos discentes na graduação, além de criar condições objetivas para a permanência neste nível de ensino e assim reduzir as dificuldades daqueles que possuem vulnerabilidades sociais que interferem no rendimento acadêmico.

Paula (2017) fez um estudo sobre os desafios da democratização do acesso ao ensino superior, no qual chega à seguinte conclusão:

O processo de expansão e massificação da educação superior brasileira, com o incremento de ingressos e matrículas, nas últimas décadas, não tem significado necessariamente a inclusão social das camadas historicamente excluídas, pois pesquisas citadas indicam que os estudantes das classes sociais subalternizadas e as minorias étnicas têm menores chances de acesso e permanência [...]. Para isto, as políticas de ação afirmativa, expansão e interiorização com qualidade da rede pública, assim como de permanência e assistência estudantil devem ser intensificadas [...]. Além disso, as universidades federais devem se reestruturar internamente, abrir-se para as inovações pedagógicas, implodir sistemas de poder enrijecidos, romper com preconceitos, de forma a tornarem-se aptas para receber esta nova parcela da população historicamente excluída do ensino superior (PAULA, 2017, p.312-313).

Neste sentido, as ações de Assistência Estudantil das IFES devem ter um caráter de proteção social amplo, sendo capaz de responder as demandas estudantis, inerentes das contradições do desenvolvimento capitalista que geram a desigualdade social, como exemplo as problemáticas que interferem na saúde mental dos discentes, questões de gênero, de atenção à saúde, desemprego, subemprego, pobreza extrema, ou seja, demandas que incidem diretamente o desempenho acadêmico dos discentes.

Muitas destas demandas ultrapassam os limites das respostas formuladas pela assistência estudantil, pois são refrações da questão social que dependem de outras políticas públicas para obter sua resposta. Mas são

questões que chegam para a assistência estudantil responder também, e é por isso, que se faz necessário traçar estratégias para a materialização de ferramentas que possibilitem a assistência estudantil fazer parte de uma rede ações integradas que forneçam respostas às refrações da questão social que interferem na permanência do aluno, visando a garantia e a efetivação dos seus direitos sociais e a superação dos obstáculos que interferem na sua permanência com sucesso na graduação.

A criação do PNAES é considerada um marco na história da assistência estudantil no Brasil, pois pela primeira vez os recursos para este tipo de política pública são garantidos por decreto, porém o fato é que os recursos investidos no programa não cresceram na mesma proporção da mudança do perfil dos alunos nas IFES, pós Lei de Cotas, em 2012. Atualmente 50% dos alunos ingressantes nas IFES são cotistas e possuem o perfil de alunos em vulnerabilidade que deveriam estar sendo atendidos pelo PNAES. São estudantes oriundos de escolas públicas, com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio, pretos, pardos, indígenas ou quilombolas, que só pela forma de ingresso deveriam ter assistência estudantil garantida, sem passar por editais de seleção de auxílios estudantis.

Nascimento (2013) ressalta que as iniciativas de assistência estudantil visam a “democratização” da educação superior, representando ganhos reais para os estudantes de classes sociais menos favorecidas. No entanto, o modelo de “democratização” perseguido pelo Estado se aproxima muito mais de um projeto educacional burguês, estreito a interesses de classe, que um projeto educacional crítico e emancipador.

Os recursos investidos no PNAES não acompanharam essa democratização do acesso por meio da lei de cotas. A realidade é eles são insuficientes para atender a esta nova demanda. Isso faz com que a assistência estudantil das IFES seja uma política pública focalizada e super seletiva, tornando o acesso aos auxílios concorridos, com critérios de ingresso cada vez mais rígidos, burocráticos e excludentes, fazendo com que a política chegue somente àquele segmento comprovadamente mais pauperizado e vulnerável.

Outra questão que merece destaque é a transformação do Exame

Nacional do Ensino Médio (ENEM) em Sistema de Seleção Unificada (SISU)², como modalidade única de ingresso às IFES. Esta modalidade aumentou significativamente a demanda por assistência estudantil, principalmente no que se refere a moradia e alimentação, pois estudantes de todo o Brasil podem concorrer a vagas nas IFES simultaneamente, fato que repercute numa grande quantidade de alunos nas universidades fora do seu domicílio de origem, mas com vulnerabilidades iguais e/ou ainda maiores do que os estudantes locais, pois estão longe de sua família, sem moradia, alimentação, apoio psicológico e demandando ações mais amplas da assistência estudantil.

Diante do novo público ingressante nas IFES, possibilitado pela implementação do Enem/SISU e da Lei de Cotas, o MEC justifica que fomentou o orçamento destinado à assistência estudantil nas IFES, entretanto esse aumento foi irrisório face à crescente demanda trazida pelos referidos programas. Sobre esses dados do orçamento do PNAES, Dutra e Santos (2017) afirmam que:

Para 2013, por exemplo, o Fonaprace propunha a ampliação dos recursos na ordem de R\$ 1,5 bilhão para atender aos 44% de estudantes que constituem público-alvo para AE no espaço universitário público brasileiro (FONAPRACE, 2012). Para 2014, a entidade propõe, através do ofício 005/2013-CN 2012/2013 encaminhado ao MEC, a disponibilização de recursos na ordem de R\$ 2 bilhões a fim de suprir as múltiplas demandas das ações de AE previstas no Pnaes. A UNE, por sua vez, por meio da campanha “Quem entrou quer ficar”, em defesa de mais AE nas universidades brasileiras, tem proposto a ampliação dos recursos destinados ao Programa para R\$ 2,5 bilhões. Entretanto, o MEC destinou cerca de R\$ 603 milhões em 2013, e para 2014 o valor de R\$ 742,7 milhões (BRASIL, 2015), ficando esses valores ainda muito abaixo do proposto pelo Fórum e a entidade estudantil (DUTRA e SANTOS, 2017, p.158).

Diante das considerações postas até aqui, fica nítido que os desafios para consolidação da democratização do ensino superior aliada a uma política de assistência estudantil são imensos. Perpassam desde ações instituídas pelo governo federal, assim como as políticas aplicadas em cada IFES para responder as questões sociais apresentadas pelos estudantes que interferem na

² Regulamentado pela Portaria Normativa nº 2, de 26 de janeiro de 2010, o Sistema de Seleção Unificada, é um sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação, para seleção de candidatas a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas de educação superior dele participantes. Esse sistema possibilita que as instituições de ensino selecionem seus estudantes em fase única, ampliando as possibilidades de mobilidade para inscrição nos cursos de graduação das instituições entre os estados da federação. (BRASIL, 2010)

permanência com qualidade na graduação. Essas ações tentam diminuir a desigualdade social instalada na sociedade capitalista orientada pelo neoliberalismo, mas para eliminar de fato a vulnerabilidade do estudante, pressupõe mais investimento nas políticas sociais de todas as áreas (saúde, habitação, alimentação, educação etc.) assim como o aumento dos recursos para a assistência estudantil representada pelo PNAES, aumento este que deve ser proporcional às novas demandas oriundas dos programas de expansão e democratização do acesso, principalmente o REUNI, ENEM/SISU e Lei de cotas.

Outro fato relevante é que a categoria permanência é complexa e envolve uma série de fatores como por exemplo, fatores subjetivos como identificação com o curso, dificuldades de origem pedagógica, social, econômica, cultural; assim como aspectos que vão além das necessidades básicas de moradia de alimentação, que são as principais áreas atendidas pelo PNAES. Este estudo, considera que os auxílios da assistência estudantil devem ir além das necessidades básicas, pois existem mais dimensões que interferem na permanência do aluno, como as dificuldades pessoais, familiares, acadêmicas, financeiras, psicossociais e profissionais, que poderão ser observadas mais a fundo com o resultado da presente pesquisa.

No próximo capítulo será possível conhecer de forma mais detalhada como surgiu o PNAES, conhecendo um pouco do seu processo histórico, fruto das investidas dos movimentos sociais, em especial o movimento estudantil representado pela UNE, como também das discussões do FONAPRACE. Num segundo momento, será possível verificar como é realizada a assistência estudantil na UFPB, apresentando de que forma as ações são executadas ela conhecendo a legislação, os auxílios e serviços ofertados.

3. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES) NO BRASIL E NA UFPB

Este capítulo tem por objetivo contextualizar a assistência estudantil no Brasil e na UFPB, a fim de compreender quais foram os desdobramentos históricos, políticos e socioeconômicos, que suscitaram na política pública de assistência estudantil atual: o PNAES. Para isso, o ponto de partida será o final da década de 1980, palco da redemocratização do Estado, intensificação dos movimentos sociais e promulgação da carta magna, como foi visto no capítulo anterior. Foi escolhida a década de 1980, pois é considerada a segunda fase³ da assistência estudantil no Brasil. Antes disso, a assistência estudantil não tinha uma política de grande relevância, suas ações eram focalizadas, pontuais, exigia contrapartida de trabalho discente e não era tida como dever do Estado.

Será possível também conhecer como foi implementado o PNAES na UFPB, que demandou a criação de uma pró-reitoria específica para tratar dos recursos destinados à assistência estudantil: a Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante (PRAPE).

Por fim, saberemos como é operacionalizada a assistência estudantil da UFPB, apresentando de que forma é executada as políticas para a permanência dos discentes assistidos pela PRAPE/UFPB – conhecendo a legislação, os auxílios e serviços ofertados, para a partir desse conhecimento prévio aplicar a pesquisa aos discentes assistidos a fim de verificar qual a percepção deles sobre a política ofertada pela UFPB e assim propor novas ações para o seu aprimoramento.

3.1 Contextualização da Assistência Estudantil no Brasil

No capítulo anterior, foi possível conhecer e refletir sobre o cenário que deu origem a assistência estudantil atual, com toda uma ideologia controversa na qual utiliza o discurso de “justiça social” para propagar as ações do neoliberalismo, que mercantiliza a educação superior de forma tão peculiar,

³ A autora Kowalski (2012) dividiu a história da assistência estudantil em 3 fases: a primeira fase (1928-1970), cuja assistência estudantil era restrita a classe médica e foi iniciada com a criação da primeira universidade no país em 1928; a segunda fase (1987-2004), marcada pela redemocratização do Estado Brasileiro e intensificação dos movimentos sociais, promulgação da carta Magna e o reconhecimento da importância da implementação de uma política de assistência estudantil e a terceira fase e última fase iniciada em 2007, com a conquista do PNAES e em curso até os dias atuais.

massificando o seu ingresso ao passo que este nível de ensino fique refém das necessidades do mercado.

Foi possível inferir também, que a ideologia neoliberal não ficou restrita às instituições de ensino superior privadas, foi refletida também nas IFES que são cobradas por produtividade acadêmica, taxas de conclusão de curso, investimento em cursos e em pesquisas de alto prestígio, de retorno imediato e declínio do aporte financeiro nos cursos das áreas de humanas. As políticas neoliberais, tornam a assistência estudantil focalizada e excludente a medida em que os recursos destinados não crescem proporcionalmente a demanda oriunda dos programas de democratização do acesso ao ensino superior, como exemplo a Lei de Cotas que hoje traz um público extremamente vulnerável para as universidades, que precisam de políticas capazes de dar subsídios para estes alunos concluírem o curso com êxito.

Percebe-se que a assistência estudantil começou a ser uma política de relevância a partir da década de 1980, momento histórico brasileiro marcado pela redemocratização do Estado, efervescência dos movimentos sociais que levantaram a bandeira de luta de várias políticas públicas, entre elas a política da educação, com ênfase nas questões que envolvem democratização do acesso e permanência.

O FONAPRACE, órgão assessor da ANDIFES, criado em 1987, foi responsável por várias conquistas alcançadas para a assistência estudantil obter status de direito social, com recursos pré-estabelecidos e garantidos por decreto pelo governo federal. Fruto de intensos movimentos sociais, este fórum passou a realizar encontros sistemáticos com reitores de todas as IFES do Brasil e representações dos movimentos estudantis, composto principalmente pela UNE. Produziram documentos e pesquisas que apontava a necessidade da formalização de uma política pública de assistência estudantil.

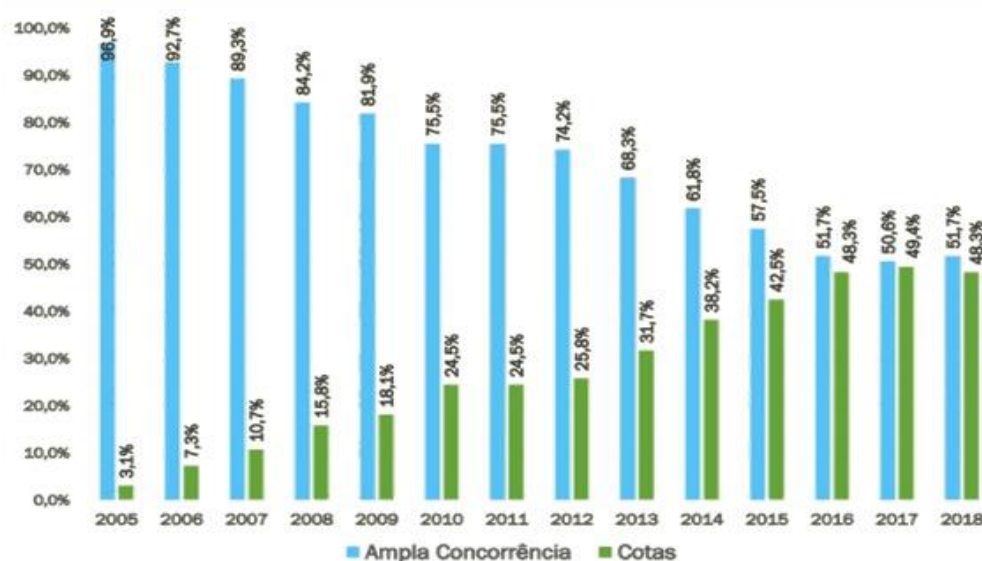
As pesquisas evidenciam a mudança no perfil dos discentes, mostrando e qualificando as heterogeneidades, as dificuldades socioeconômicas, culturais desse novo perfil para permanecer com um bom desempenho acadêmico e ter sucesso em sua graduação, revelando que as políticas atuais não estão avançando em igualdade com a mudança do perfil. As políticas de inclusão precisam de ampliação para que atinjam de fato a democratização do acesso a este nível de ensino (FONAPRACE, 2019).

Foram realizadas pesquisas que delineavam o perfil dos discentes das IFES em 1996, 2003, 2010, 2014 e 2018, sendo que as duas últimas mostram mais nitidamente os impactos das políticas de democratização do acesso, que tornou o ensino superior mais diversificado, inclusivo, acessível e popular, principalmente pós-lei de cotas, em 2012.

A quinta pesquisa do FONAPRACE do perfil socioeconômico e cultural dos alunos da graduação, aplicada em 2018 com 63 Universidades e 2 CEFETs – MG e RJ fez um levantamento a fim de traçar o perfil social e econômico dos discentes detalhando dados referentes a cor ou raça, sexo, idade, estado civil, nacionalidade, escolaridade dos responsáveis, renda, trabalho, bens e moradia, além de realizar um levantamento dos indicadores educacionais e acadêmicos anteriores e posteriores ao ingresso dos estudantes nas universidades (FONAPRACE, 2019).

Um dado importante apresentado pela referida pesquisa é que 52% dos alunos das IFES em 2018, responderam que tiveram vontade de abandonar o curso por dificuldades financeiras. Outras dificuldades foram apontadas, mas considerando a desigualdade social que assola o nosso país, o aporte financeiro é o que mais afeta os índices de evasão. Fato que demonstra a relevância do aumento do investimento no PNAES. Esta pesquisa mostrou também a evolução da mudança do perfil dos discentes das IFES, como podemos observar no gráfico abaixo:

Gráfico 2 - Evolução das formas de ingresso (2005-2018)



Fonte: FONAPRACE. V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos graduandos das IFES (2019).

Percebe-se que em 2007, ano de implementação do PNAES, estudantes cotistas ocupavam apenas pouco mais de 10% das vagas das IFES. Após a lei de cotas, em 2012 esse número teve um aumento significativo e praticamente 50% dos alunos são cotistas e já chegam nas IFES com o perfil de aluno em vulnerabilidade e com demandas específicas que poderiam ser respondidas pelas ações do PNAES. São alunos oriundos de escolas públicas, com renda per capita inferior a um salário-mínimo e meio, autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, alunos que necessitam de um aporte acadêmico e socioeconômico que subsidie sua permanência na graduação. Neste sentido, Silva e Costa (2018) realizaram uma pesquisa na qual chegam à seguinte conclusão:

[...] a cobertura dos programas de proteção social a estudantes vulneráveis está longe de alcançar a demanda existente. Estudantes cotistas, oriundos de escolas públicas, ou autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, ou com renda per capita de até um e meio salário-mínimo, entendidos como público-alvo do PNAES, estão majoritariamente fora dos programas de bolsa alimentação, transporte, moradia e material didático. Isto posto, os dados comprovam um descompasso entre as políticas de expansão e democratização do acesso, geradoras de demanda para a assistência estudantil, e as políticas de permanência responsáveis pela proteção social que garantiria um vínculo com qualidade para estudantes vulneráveis. (SILVA e COSTA, 2018, p.190).

Moraes e Spessatto (2020), ao corroborar com tal afirmação, afirmam que os recursos do PNAES não acompanharam o processo de mudança de perfil dos discentes apontado pelas pesquisas do FONAPRACE, conforme tabela 2.

Tabela 2 - Orçamento para assistência ao estudante de graduação

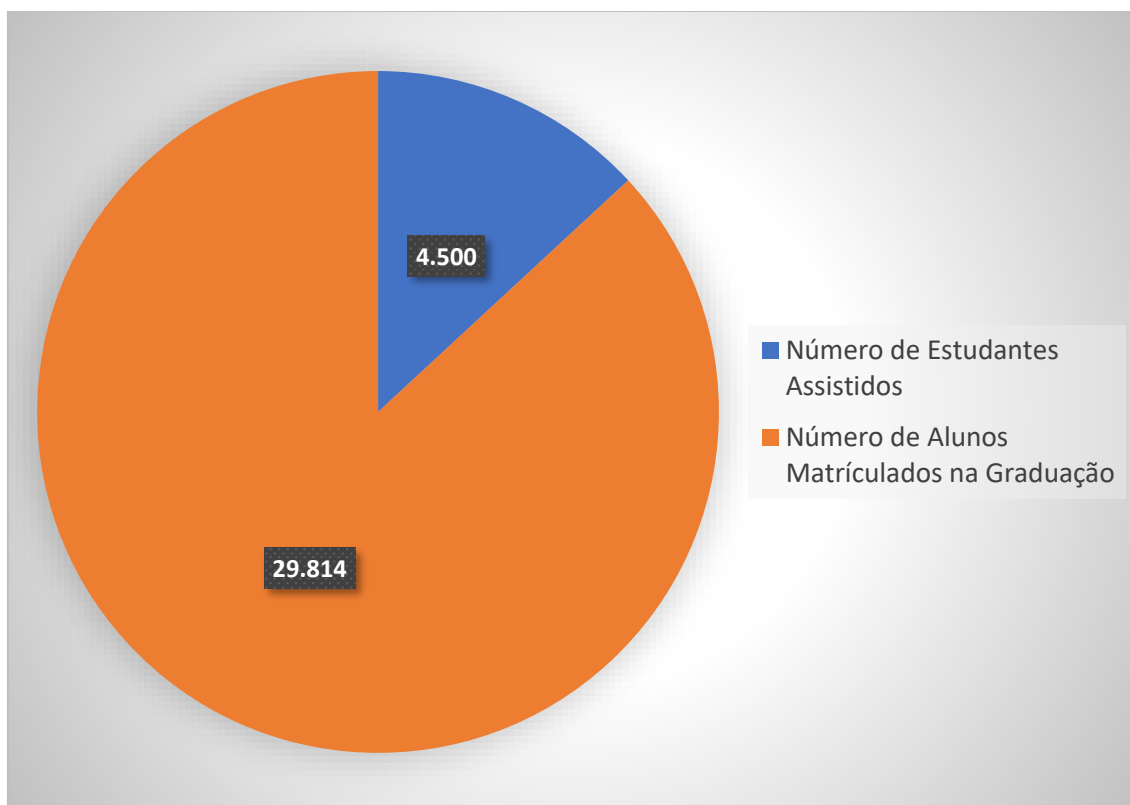
Ano	Ação	Dotação inicial (R\$)	Empenho (R\$)	Líquido (R\$)	Pago (R\$)
2010	4002	318.934.441	307.450.212	209.935.368	206.595.864
2011	4002	424.828.735	401.113.697	296.538.546	293.209.077
2012	4002	551.993.605	512.809.339	389.126.243	379.915.096
2013	4002	686.188.015	637.604.349	519.321.458	505.878.705
2014	4002	808.032.704	713.567.760	621.855.687	615.971.693
2015	4002	978.960.405	843.707.334	713.169.617	687.981.062
2016	4002	1.016.094.062	951.874.877	814.251.944	810.103.868
2017	4002	987.484.620	953.696.764	823.465.717	811.011.108
2018	4002	957.178.952	956.886.046	833.433.889	817.181.527
2019	4002	1.070.444.459	1.053.038.222	881.594.895	867.390.893

Fonte: Painel do Orçamento Federal (BRASIL,2010) *apud* Moraes e Spessatto. (2020)

Os autores supracitados chamam a atenção que os dados da tabela acima mostram que entre 2010 e 2019, os valores dos recursos para a assistência estudantil tiveram um aumento de 319%. Porém, a partir de 2016 houve uma estagnação dos recursos que não acompanharam o processo de mudança de perfil dos alunos ingressantes pelas cotas e pelo novo sistema de seleção de alunos, SISU. A pesquisa do FONAPRACE apontou a necessidade de uma “dotação inicial de R\$ 2 bilhões para a Ação 4002, valor superior aos R\$ 808.032.704,00 dotados naquele ano”. Necessidade apontada também nos outros anos: “Em 2019, embora a dotação orçamentária tenha sido de R\$ 1.070.444.459,00, ainda muito aquém do necessário, apenas R\$ 867.390.893,00 foram efetivamente pagos às instituições”. (MORAES e SPESSATO,2021, p.31).

Outro dado importante para demonstrar a questão da insuficiência do financiamento da assistência estudantil é o número apresentado pelo Relatório de Gestão 2020 da UFPB. Sabemos que atualmente 50% dos alunos ingressantes nas IFES são alunos cotistas com perfil para assistência estudantil. O gráfico abaixo mostra o universo de alunos na graduação e a quantidade de auxílios estudantis financiados pelo PNAES e ofertados pela UFPB em 2020:

Gráfico 3 - Nº de alunos matriculados na graduação X Nº Estudantes Assistidos



Fonte: Relatório de Gestão da UFPB, 2020, p.16. Dados da PRAPE. Elaborado pela autora.

Vemos no gráfico acima que, na UFPB, apenas 15% dos alunos são assistidos, porém, após a Lei de Cotas, sabemos que mais de 50% destes discentes possuem vulnerabilidades e necessitam de assistência estudantil também. Cabe ainda ressaltar que o número exposto no relatório de gestão da UFPB (2020) se refere ao número de auxílios ofertados (7.245) e não o número real de discentes assistidos, pois existem auxílios que podem ser acumulados com os outros. Mas, em consulta à coordenação da COAPE, até julho de 2021, tínhamos, aproximadamente, 4.500 (quatro mil e quinhentos) alunos assistidos, ou seja, pouco mais de 15% dos discentes matriculados na graduação são assistidos.

Diante dos dados expostos, é possível afirmar que a assistência estudantil fornecida pelas IFES é insuficiente, para o público que se apresenta, tornando suas ações pontuais e focalizadas além de fazer com que os índices de evasão sejam altos.

Considerando as fases da assistência estudantil no Brasil elencadas pela autora Kowalski (2012), Silveira (2019, p.44) caracteriza a segunda fase da AE período que compreende o ano 1987 até 2004, da seguinte forma:

[...] uma época que viveu realidades distintas no início e no fim, pois inicia em 1987, um período de abertura política pós-ditadura e de redemocratização, com a sociedade mais consciente do seu papel, buscando maior participação nas decisões políticas, um período propício para o fomento das políticas sociais no país, mas finalizou em uma época em que o país era regido por um governo neoliberal, fim dos anos 90, marcado, principalmente, pelo desmonte e precarização do serviço público e pelo sucateamento do ensino superior federal, com cortes no orçamento, precarização das carreiras de docentes e técnicos administrativos (SILVEIRA, 2019, p. 44).

Nessa perspectiva, observa-se que a orientação sociopolítica e econômica que os governos seguem, refletem diretamente nas políticas sociais implantadas para sua população. Os governos de esquerda veem a educação como investimento, já os de direita, apoiados na lógica neoliberal, veem como gasto público que deve ser contingenciado.

No caso da AE percebe-se um aumento de políticas e ações afirmativas no sentido de ampliar e garantir o acesso ao nível superior nos governos denominados de esquerda, com uma visão mais voltada ao social, garantia dos mínimos sociais, direcionados à emancipação humana e à cidadania. Depois dos governos Lula e Dilma, foi verificado algumas IFES utilizam outras verbas para

complementar a assistência estudantil, pois a demanda é crescente e os recursos destinados ao PNAES, vem sendo contingenciado a cada ano que passa, principalmente nos governos denominados de direita, cuja orientação neoliberal é o Estado Mínimo.

Foi observado na tabela 2 uma estagnação dos recursos no investimento da assistência estudantil a partir de 2016, “período em que o governo interino de Michel Temer intensificou o ataque às instituições de ensino federais com a aprovação das emendas constitucionais nº 93 e nº 95.” (MORAES e SPESSATO, 2021, p.26).

Tais emendas foram responsáveis por limitar os gastos públicos por 20 anos, principalmente no que se refere os direitos básicos, como saúde e educação, além de afetar todo o Estado Social de Direito, tornando a desigualdade do país ainda mais latente. Além das emendas supracitadas, herdadas do governo Temer, o governo que se sucedeu a ele em 2018, foi e está sendo um governo “direita”, que corroboram com a ideologia neoliberal, encolhendo o Estado, reduzindo e retirando os direitos, como exemplo, a estagnação dos recursos do PNAES.

Apesar do cenário atual ser preocupante e repleto de desafios, Santos e Freitas (2014) ressaltam que a aprovação do PNAES é uma conquista histórica para assistência estudantil:

De todo modo, há que se reconhecer, a aprovação do PNAES pode ser interpretada como um marco e um avanço positivo na afirmação da política de Assistência Estudantil, a partir do qual a assistência ao estudante passa a se desenvolver sob uma nova perspectiva e concepção, mais aproximada à de direito social. Mas, sua plena realização como direito social impõe como principal desafio retirar o seu caráter seletivo e focalizado para que, de fato, a universalidade do acesso e permanência na educação superior seja uma realidade. (SANTOS e FREITAS, 2014, p.198)

Até então, evidenciamos que o FONAPRACE foi protagonista na defesa e ampliação da assistência estudantil no Brasil. Criado em 1987, constituiu-se, como importante instância no processo de luta e articulação da política de assistência estudantil nas diversas IFES, vendo a assistência estudantil como um investimento e não despesa como coloca o BM. O FONAPRACE foi responsável por discutir, elaborar e propor ao Ministério da Educação (MEC) a política de Promoção e Apoio ao Estudante que resultou no PNAES (FONAPRACE, 2019).

Para elaboração do PNAES foram realizados vários debates no Fórum do FONAPRACE. Em 1997, o fórum propôs a institucionalização de um Plano Nacional de Assistência Estudantil que atendesse aos estudantes em vulnerabilidade que possibilitasse a redução das desigualdades sociais que refletem na graduação, como resposta a uma pesquisa realizada pelo fórum.

A pesquisa que buscou traçar o Perfil Socioeconômico e Cultural dos alunos de graduação das Universidades Federais brasileiras, no intuito de definir as áreas e programas de assistência estudantil capazes de atender às reais demandas dos discentes. Esta pesquisa foi iniciada em 1996, foi repetida em 2003, 2010, 2014 e 2018 por meio de questionários aos discentes que procuravam ter respostas aos aspectos socioeconômicos que interferiam na permanência do discente na graduação, aspectos como renda, moradia, raça, escolaridade dos pais etc. “Essa pesquisa é referência para a definição de várias políticas e ações no âmbito das nossas instituições” (FONAPRACE, 2019).

Após aprovação do Plano Nacional de Educação (2001-2010) que deu ênfase nas pautas estudantis, ao colocar como estratégia a questão da ampliação das políticas de inclusão e de assistência estudantil, além de objetivar atender às demandas levantadas na pesquisa do perfil dos alunos das IFES realizada pelo FONAPRACE, como também atender aos objetivos do REUNI, foi instituído em 2007, o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.

Assim, a assistência estudantil entra na sua terceira fase e passa a ter mais visibilidade, investimento e recebendo o status de política ao ser instituída em âmbito federal pela Portaria Normativa 39, de 12 de dezembro de 2007, que criou o PNAES, programa voltado para os estudantes de cursos de graduação presenciais das Ifes, sendo implementado a partir do ano de 2008. Trata-se de um marco histórico para a política de assistência por definir suas áreas de ação e ser o referencial para os programas e projetos realizados nas diversas Ifes do Brasil. Em 2010, torna-se Decreto Presidencial regulamentado pelo nº. 7.234 de 19 de julho de 2010.

Atualmente a assistência estudantil das IFES, de forma geral, é financiada pelo PNAES, que tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, democratizando as condições de permanência, minimizando os efeitos das desigualdades sociais, reduzindo assim as taxas de evasão e retenção. Este programa delimita as ações de

assistência estudantil, que devem ser desenvolvidas nas seguintes áreas: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010).

Cada IFES fica responsável por elaborar ações para corroborar com a permanência dos discentes, a partir das áreas estabelecidas pelo PNAES e da realidade de cada localidade que, em se tratando de Brasil um país continental e diversificado, varia de região para região. De forma geral, há em comum na maioria das IFES auxílios estudantis que colaborem nas necessidades básicas de moradia e alimentação, mas existem programas estudantis desenvolvidas nas áreas de cultura, inclusão digital, transporte, lazer, esporte, atendimentos de saúde mental, dentre outras, no intuito de contribuir para a formação integral do aluno prezando a qualidade de vida e capacitação acadêmica e profissional.

Sobre as áreas de atuação Melo e Freitas (2020) ressaltam que a assistência estudantil deve trabalhar também as necessidades mais complexas e subjetivas, conforme apontado a seguir:

Ratificamos a necessidade de se trabalhar as vulnerabilidades econômicas com os aspectos pedagógicos e psicossociais do/a estudante, pois é no contato diário com as realidades dos/as discentes que se identificam questões latentes que permeiam as relações sociais dos indivíduos, desde as suas necessidades mais básicas até situações mais complexas que perpassam relações familiares, dilemas sociais e culturais, que interferem no processo de ensino e de aprendizagem e que demandam intervenções qualificadas. Assim, é imprescindível a articulação entre a assistência estudantil e o processo educativo, justificando-se para isso a importância de uma equipe multi e interdisciplinar, composta por assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, enfermeiros, nutricionistas, entre outros, que trabalhe de modo integrado, a partir da compreensão do sujeito em sua totalidade (MELO e FREITAS, 2020, p.24).

Considerando que a nível nacional as IFES enfrentam desafios similares com a assistência estudantil no que se refere a demanda crescente e no declínio do aporte financeiro, no próximo item iremos conhecer a realidade da UFPB mostrando quais ações foram realizadas para atender as necessidades da assistência estudantil e adequar melhor a matriz orçamentária advinda da implantação do PNAES, 2007. Será possível entender como funcionava a assistência estudantil antes do decreto do PNAES e como é operacionalizada atualmente.

3.2 Implementação da Política de Assistência estudantil na UFPB

Em meados da década de 1970, a assistência estudantil da UFPB era realizada pela Fundação José Américo e contava com uma equipe de apoio administrativo além de profissionais do serviço social, da psicologia, da odontologia e da equipe médica. A fundação era responsável pela manutenção dos restaurantes universitários, residências universitárias, fornecia apoio didático e assistência médico-odontológica, bolsa trabalho, além de conceder isenções de taxas de inscrições no vestibular.

Segundo Barbosa (2009, p.54), no fim da década de 1980, as ações da assistência estudantil foram transferidas para Coordenação de Apoio e Promoção ao Estudante (COAPE), que era subordinada à Pró - Reitoria de Assuntos Comunitários (PRAC). A COAPE tinha como objetivo primordial assegurar a manutenção dos programas executados pela Fundação José Américo no que concerne à moradia estudantil, alimentação, bolsas e inscrições em eventos. As ações de assistência médica e odontológica continuaram sendo executadas pela fundação, até o ano de 2003, quando a verba foi cortada.

A COAPE criou programas para atender as demandas acadêmicas e comunitárias dos estudantes de baixa renda, com o intuito de diminuir as desigualdades sociais e contribuir para uma formação de excelência a estes discentes. Programas como: Programa de Alimentação Estudantil (PROAE), Programa de Moradia Estudantil Universitária (PROMEU), Programa Bolsa Trabalho e Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX), entre outros faziam parte das ações para criação de uma rede de assistência estudantil de qualidade.

Até o ano de 1988, a alimentação dos estudantes do *Campus I*, era realizada no restaurante universitário e o acesso era concedido por meio da apresentação da carteirinha estudantil, fornecida pelo DCE, ou seja, não tinha um prévio cadastramento. Somente em 1997, foi estabelecido o cadastro dos alunos de baixa renda pela COAPE e o acesso ao RU ficou restrito aos alunos que tinham a vulnerabilidade social comprovada pelos assistentes sociais.

A PRAC ficou responsável pela execução das ações de assistência estudantil e de extensão até o agosto de 2010, quando foi criada uma Pró-Reitoria específica para tratar os recursos do PNAES e consolidar uma política

de assistência estudantil na UFPB voltada aos objetivos expressados no decreto nº 7.234/2010 que institui o referido programa.

De acordo com Silveira (2019) com a criação da PRAPE a assistência estudantil na UFPB tornou-se uma política sistematizada, com áreas de atuação estabelecidas, previsão de orçamento específico para o desenvolvimento de suas ações, regulamentação em âmbito federal, diferente do que ocorrera antes quando era executada por meio de ações isoladas e não padronizadas em cada IFES e que dependia dos recursos não específicos. Segundo o autor supracitado:

[...] havia dois objetivos determinantes para o desmembramento da PRAC e criação de um novo órgão: o primeiro seria atender a legislação federal que orientava a necessidade de um setor dedicado exclusivamente à política de assistência estudantil para IES com mais de dez mil alunos; e o segundo objetivo seria garantir a política e os programas de assistência estudantil definidos no programa REUNI da UFPB (SILVEIRA, 2019, p. 60).

Considerando a demanda crescente resultado das políticas de democratização do acesso e a necessidade de dar mais efetividade as ações de AE, foi criada pelo Conselho Universitário (CONSUNI) por meio da resolução nº 29/2010, foi a Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante (PRAPE), cujo objetivo primordial é planejar, coordenar e controlar as atividades de assistência e promoção ao estudante. Dessa forma, dois subsetores da PRAC foram incorporados à PRAPE: A Superintendência de Restaurantes Universitários (SRU), cuja responsabilidade é supervisionar a execução dos programas de alimentação para estudantes da instituição e a Coordenação de Apoio e Promoção ao Estudante (COAPE) que era responsável pelas residências universitárias e demais programas de assistência estudantil desenvolvidos pela universidade.

No próximo tópico conheceremos de que forma é operacionalizada a assistência estudantil na UFPB, após a criação da PRAPE.

3.3 A política de assistência estudantil desenvolvida pela PRAPE/UFPB

A PRAPE tornou-se em 2010, a responsável por executar e administrar a política de assistência estudantil na UFPB, financiadas pelo PNAES. As ações da pró-reitoria passaram a ser efetivadas de acordo com o disposto no decreto

nº7234/2010 que dispõe sobre o PNAES, cujos objetivos são elencados da seguinte forma:

Art. 2º São objetivos do PNAES:

- I – Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV - Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (BRASIL, 2010).

Para cumprir os objetivos expostos acima, as ações da PRAPE visam construir programas e projetos no intuito de contribuir para o acesso ao mercado de trabalho aos estudantes da UFPB, acionar meios para garantir o desenvolvimento e implantação da política de assistência e promoção e Estudantis, no sentido de garantir a permanência dos discentes em vulnerabilidade social e desenvolver ações para integração estudantil com vista ao desenvolvimento acadêmico com mais qualidade e na perspectiva da produção do conhecimento em geral e respeito à cidadania e melhora na qualidade de vida dos assistidos (UFPB, 2010).

O decreto dispõe também sobre as áreas de atuação da assistência estudantil nas IFES, além de estabelecer que as ações devem ser direcionadas prioritariamente, para alunos oriundos da escola pública e com renda per capita de até 1,5 salário-mínimo, conforme disposto no Art. 5º:

Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior. (BRASIL, 2010).

Sobre as áreas de atuação foram elencadas pelo decreto dez áreas, nas quais as instituições poderiam ficar livres para criar programas e/ou projetos de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, no intuito de ampliar as condições de permanência dos jovens em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior.

Dessa forma, os programas e projetos da assistência estudantil da UFPB foram criados de modo a atender as áreas previstas no PNAES, que são áreas estratégicas, desenvolvidas a partir da pesquisa do perfil do discente, realizada pelo FONAPRACE que demonstrou as principais dificuldades dos jovens que se encontram em situação de vulnerabilidade social em permanecer na

universidade, fazendo com que o atendimentos daquelas áreas contribuam no sentido de que os discentes tenham a oportunidade de ingressar, permanecer e concluir um curso superior, corroborando para o seu desenvolvimento sociocultural e econômico, o habilitando para receber novos conhecimentos, competências, habilidades técnicas e científicas que são fundamentais para se inserir no mercado de trabalho e colaborar para construção de uma sociedade melhor.

Neste sentido na UFPB, os auxílios foram criados com base nas dez áreas de atuação: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. No quadro a seguir, será possível verificar quais as ações foram/são efetuadas para garantia do atendimento das referidas áreas:

Tabela 3 – Ações estudantis da PRAPE/UFPB de acordo com as áreas do PNAES.

	Área do PNAES	AÇÕES DESENVOLVIDAS NA UFPB
I	Moradia	Auxílio-Moradia e Auxílio Residência Universitária
II	Alimentação	Auxílio -Restaurante Universitário e Auxílio-Alimentação
III	Transporte	Auxílio-Transporte
VI	Atenção à Saúde	Atendimento Ambulatorial no Centro de Referência à Saúde da UFPB e Atendimento Psicológico.
V	Inclusão Digital	Auxílio – Inclusão Digital e Auxílio Instrumental
VI	Cultura	DAID - Auxílio Desporto, Artístico e Inclusão Digital
VII	Esporte	
VIII	Creche	Auxílio-Creche
IX	Apoio pedagógico	Atendimento de profissional da área de Pedagogia e apoio financeiro para viagens acadêmicas e congressos.
X	Acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos	PAED – Programa Aluno Apoiador

globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação	
---	--

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados do site da PRAPE/UFPB.

Com base nos editais da PRAPE foi verificado que na área correspondente à moradia a UFPB tem dois auxílios direcionados no atendimento dos discente: Auxílio-Moradia e Auxílio Residência Universitária. O auxílio-moradia é uma ajuda de custo no valor de R\$600 (seiscentos reais) mensais, para as despesas com habitação e destina-se aos estudantes que vieram residir na cidade sede do curso matriculado, exclusivamente, para cursar a primeira graduação. (UFPB, 2020a).

Atualmente, este é o auxílio que é mais concorrido entre os discentes que procuraram a assistência estudantil e é também o de maior valor financeiro. O último edital de concessão para o auxílio moradia, - Edital, 04/2020 – PRAPE/UFPB, conta com uma fila de espera de mais de 500 alunos, pois só foi disponibilizada 200 vagas para um universo de mais de 700 alunos que tiveram a solicitação deferida, ou seja, alunos com perfil para serem atendidos e sem previsão de serem convocados.

Já o auxílio-Residência Universitária é a concessão do acesso a um quarto na Residência Universitária Masculina e Feminina (RUMF), localizada no Campus 1 ou Residência Universitária Elizabeth Teixeira (RUFET), localizada no centro da cidade, na qual o discente tem acesso à água, luz, internet, banheiro privativo, cozinha compartilhada, biblioteca e sala de estudos com computadores e acesso à *internet*. Cada quarto comporta 2 discentes. Quem é contemplado com este auxílio tem acesso livre ao restaurante universitário, nos dias úteis, tendo direito a três refeições: café da manhã, almoço e jantar. Para os dias que o restaurante é fechado, os discentes recebem a bolsa no valor de R\$400 (quatrocentos) para custear a alimentação e outras necessidades básicas. Além da bolsa, as discentes que residem na RUFET recebem também auxílio-transporte para deslocamento UFPB-RUFET, que fica localizada no centro da cidade de João Pessoa-PB.

Em relação à área correspondente à alimentação, a PRAPE oferta dois auxílios: Auxílio-Alimentação e o Auxílio-Restaurante Universitário. O Auxílio-Alimentação é um auxílio financeiro, no valor de R\$ 360,00, direcionados aos

alunos das Unidades de Mangabeira, Santa Rita e Mamanguape, para ajuda no custeio da alimentação em dias letivos, devida a ausência de Restaurante Universitário nestas unidades acadêmicas.

Já o Auxílio-Restaurante Universitário - Auxílio RU, é concedido o acesso ao restaurante universitário em dias letivos e está condicionado aos dias e turnos em que o aluno está matriculado e ao tipo de auxílio que o aluno tem. Por exemplo, se o aluno for residente, ele tem direito ao café da manhã, almoço e jantar. O Auxílio-RU é o segundo auxílio mais procurado da PRAPE e atualmente a fila de espera do RU conta com 423 alunos, aprovados do último edital de seleção unificada de auxílios que é o Edital 04/2020 – PRAPE/UFPB.

O Auxílio-Transporte é a uma ajuda de custo aos discentes para custear a locomoção no trajeto residência-UFPB, dividida em faixas de valor que variam de R\$90 (noventa reais) a R\$ 360 (trezentos e sessenta) a depender da distância conforme disposto na tabela do Anexo I da Portaria PRAPE 01/2019 (Estudantes do *Campus I*) ou Anexo I da Portaria PRAPE 08/2019 (Estudantes do *Campus II, III e IV*) (UFPB, 2020a).

A atenção à saúde é disponibilizada pela PRAPE, por meio de profissionais da psicologia e da medicina. A psicologia da COAPE oferece escutas qualificadas e acompanhamento terapêutico aos discentes assistidos, por meio de consultas individuais e de plantões terapêuticos ofertados em dois espaços: na residência universitária do *Campus 1* e na sede da COAPE/PRAPE. A medicina da COAPE realiza atendimento ambulatorial de baixa complexidade aos discentes, por meio de consultas eletivas, com ênfase para ações educativas e preventivas de doenças e agravos, bem como na manutenção e na recuperação da saúde e encaminhamentos à rede de atenção em saúde, como exemplo, o Centro de Referência e Atenção em Saúde – CRAS e o Hospital Universitário.

O CRAS é situado no *Campus I* da UFPB, tem por objetivo prestar assistência à saúde de toda comunidade acadêmica da UFPB, foi criado em 28 de fevereiro de 2014, através da aprovação da Resolução nº 04/2014 do CONSUNI. Funciona em prédio próprio, ao lado da Residência Universitária, contando ainda com dois anexos, um no prédio do CCS e o outro anexo na antiga Prefeitura Universitária. O centro disponibiliza os seguintes serviços: atendimento de enfermagem, consulta médica, odontologia, cirurgia

bucomaxilofacial, nutricionista, psicólogo, exames por imagem e raio-x, entre outros (CRAS/UFPB, 2021c).

O Serviço Social da COAPE é responsável pelo acolhimento ao discente, prestando-lhes orientações sociais no que se refere ao acesso aos auxílios, aos direitos sociais e encaminhamentos à rede de atenção em saúde e psicossocial. Esses profissionais são responsáveis também pelas análises socioeconômicas dos discentes que solicitam os auxílios estudantis, assim como realizam acompanhamento dos que já são assistidos; planejam, elaboram, implementam, executam e avaliam as políticas estudantis; como também planos, programas e projetos no âmbito do Serviço Social, entre outras atividades do cotidiano profissional.

Em relação à área de inclusão digital, foram criados mediante o contexto da pandemia de covid-19, que suspendeu as atividades presenciais, os auxílios: instrumental e inclusão digital (Chips). O Auxílio Instrumental é uma ajuda pecuniária concedida em parcela única, no valor de R\$1.200 (mil e duzentos), tem por finalidade contribuir para que os estudantes, possam adquirir equipamento de tecnologia de informação (TI), tais como computador (*desktop* e *notebook*) ou *tablet*, para acompanhar as aulas em formato remoto. Já o auxílio inclusão digital fornece chips com pacote de dados para que os alunos tenham acesso à *internet* para acesso aos conteúdos acadêmicos e às aulas remotas. Esta ação de Inclusão Digital foi custeada com recursos do da União via parceria da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP/MEC (UFPB, 2021b).

No que se refere à cultura, esporte e inclusão digital a PRAPE criou uma bolsa no valor de R\$400 (quatrocentos reais), chamada de Auxílio Desporto, Artístico e Inclusão Digital. O objetivo geral do Auxílio DAID é estimular, por meio de manifestações artísticas, desportivas e de inclusão digital a integração ao meio acadêmico dos estudantes de graduação da UFPB. Atualmente não há na PRAPE nenhuma bolsa ativa nesta modalidade. O último edital deste auxílio foi realizado em fevereiro de 2019 e concedeu o pagamento de cinco parcelas aos estudantes que tiveram a inscrição deferida.

O Auxílio-Creche é a uma ajuda de custo para o pagamento de uma creche ou cuidador particular ao discente da graduação com filho com mais de 6 meses e menor de 4 anos de idade. O Valor do Auxílio-Creche será de R\$

250,00 (Duzentos e cinquenta reais) mensais e o discente precisa comprovar que reside com o filho para recebimento e manutenção do auxílio.

O apoio pedagógico é realizado na PRAPE por meio da concessão de auxílio financeiro para participação de alunos em congressos, eventos acadêmicos com pagamento de taxas de inscrição e a concessão de transporte terrestre ou aéreo para viabilizar o acesso do discente em vulnerabilidade aos eventos nos quais o discente apresentará algum trabalho acadêmico. É disponibilizado também orientações por meio de um profissional de pedagogia que acompanha os discentes assistidos. Cabe ressaltar que atualmente, a PRAPE só conta com uma profissional de pedagogia, fazendo com que suas ações sejam limitadas e focalizadas, dificultando também o acompanhamento acadêmico, visto que atualmente a PRAPE tem aproximadamente 4. 500 (quatro mil e quinhentos) assistidos no campus 1.

Para a área de atuação acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação foi criado pelo Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA) em parceria com a PRAPE, o Programa Aluno Apoiador (PAED), conforme definição abaixo:

O Programa de Apoio ao Estudante com Deficiência da Universidade Federal da Paraíba, desenvolver-se-á por meio da seleção/atuação de estudantes apoiadores que assumirão atividades junto aos estudantes com deficiência, respeitando-se as peculiaridades, as necessidades educacionais de cada área de deficiência ou alteração decorrente de sequelas física motora, auditiva, visual, de Transtornos Globais do Desenvolvimento/TEA (Transtorno do Espectro Autista), TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade) e outras demandas pedagógicas (UFPB, 2020b, p.01).

A PRAPE também é responsável pela execução do Programa Bolsa Permanência do MEC, que não tem vinculação financeira com o PNAES, mas corroboram do mesmo objetivo que é viabilizar a permanência na graduação dos discentes em situação de vulnerabilidade social por meio de um auxílio financeiro, no valor de R\$ 900 (novecentos reais) para um público específico, que são os indígenas e quilombolas.

A PRAPE estabelece em edital os critérios de manutenção dos auxílios que são verificados semestralmente. Os critérios são: Estar regularmente matriculado, na carga horária mínima exigida pelo Projeto Pedagógico do Curso (PPC) no semestre letivo em vigência; aprovação em no mínimo de 60% das

disciplinas matriculadas no semestre anterior ao vigente; permanecer dentro do perfil de renda familiar bruta per capita de até um salário mínimo e meio (1,5 Salário mínimo); possuir semestres suficientes para a conclusão do curso com base no tempo de duração do curso no cadastro do e-MEC, acrescido de 02 (dois) semestres.

Porém, desde março de 2020, início da pandemia do Covid-19, não é realizada essa verificação, o único critério mantido para recebimento dos auxílios é estar com a matrícula ativa e cursando alguma disciplina. Todos os auxílios continuam sendo pagos integralmente, durante a pandemia, exceto o auxílio-transporte, visto que atualmente as atividades acadêmicas estão ocorrendo de forma remota.

A atual equipe da COAPE/PRAPE é composta por 7 (sete) profissionais de apoio administrativo e pela equipe técnica, composta por 1 (um) administrador, 7 (sete) assistentes sociais, 4 (quatro) psicólogos, 1 (uma) médica e 1 (uma) pedagoga que operacionalizam todas as ações desenvolvidas pela pró-reitoria.

Atualmente a PRAPE está construindo sua política de assistência estudantil, pois desde 2010, os auxílios são regidos a partir dos editais, por meio de portarias, resoluções internas que regulamentam as regras para concessão e manutenção dos auxílios, acompanhamento pedagógico, entre outros. Ressalto que esta política deve ser construída em conjunto com o movimento estudantil da UFPB, representado pelo DCE e deve ser norteadas pela concepção de assistência estudantil como direito social e dever do Estado. No relatório de gestão foram listados os desafios e ações futuras da pró-reitoria:

Desafios

- Número limitado de servidores para fazer o acompanhamento dos discentes;
- Redução de repasse financeiro do Governo Federal;
- Redução no período para realização da seleção dos auxílios estudantis.

Ações futuras

- Necessidade de novos servidores, principalmente para a área de assistência social, visando aumentar a celeridade dos processos de seleção e o número de visitas domiciliares quando necessárias;
- Estudo de gestão de fluxo de processos para minimizar o tempo entre a inscrição do discente e o resultado divulgado. (UFPB, 2021a, p.65).

As dificuldades apontadas no último relatório de gestão para operacionalização da AE na UFPB, mostram que a falta de profissionais na área

de pedagogia. O contingenciamento dos recursos no âmbito do governo federal e o quadro reduzido de assistentes sociais e pedagogos são os principais fatores que impedem que a assistência estudantil seja mais completa e atenda as recomendações da CGU, no que se refere ao acompanhamento acadêmico e as taxas de alunos retidos. Além disso, pesquisas apontam que os alunos assistidos demoram mais para concluir o curso, devido à incerteza da inserção no mercado de trabalho e a necessidade de continuar se mantendo com o auxílio.

Outra grande dificuldade apontada é que o aluno ingressante que participa dos processos seletivos, demoram em média 4 meses entre a fase de inscrição e recebimento dos auxílios, tendo em vista que são muitos inscritos para um número reduzido de profissionais de serviço social que realizam toda a análise socioeconômica, que muitas vezes demandam de visitas domiciliares para sua conclusão. Essa demora na concessão dos auxílios, faz com que muitos discentes não consigam nem cursar o primeiro período, visto que necessitam de suporte financeiro para arcar os custos com transporte, alimentação, material de estudos e, para aqueles que são oriundos de outras cidades, ainda tem a questão da moradia que gera um alto custo.

Vimos até então que a política de assistência estudantil fornecida pela UFPB concentra-se na concessão de auxílios estudantis, num processo caracterizado como “bolsificação”. A assistência prestada é focalizada e seletiva, pois atende somente a uma pequena parcela da grande demanda existente e, apesar de ter financiamento garantido pelo PNAES, vem sofrendo contingenciamentos por parte do governo federal que atrapalham o seu pleno desenvolvimento. Porém, essa não é uma realidade apenas da UFPB, percebemos essa tendência em nível nacional, pois esta é a natureza da política de assistência estudantil e a insuficiência dos recursos para atendimento das crescentes demandas dos/as estudantes configura-se como o principal desafio das IFES frente ao governo neoliberal que comanda o país, que vê educação como despesa e não investimento.

Existe também uma fragilidade na atual política do PNAES que é o fato que ela é definida com base em um decreto presidencial. Carvalho (2020) afirma que esta situação torna a política de assistência estudantil das IFES delicada, uma vez que um decreto é ocasional e condicionado às intenções de governos, que são transitórios. A autora supracitada afirma que:

Consolidar a AE como política pública necessita transformar-se em Lei, elevando-a a uma hierarquia normativa caracterizada como uma política de Estado e não de governo oferecendo, assim, uma maior segurança para a sua existência. (CARVALHO, 2020, p.60)

Assim, até então foi possível conhecer como é desenvolvida as ações de AE na UFPB, apreciamos os programas e projetos estruturados, como é formada a equipe e quais os principais desafios impostos para materialização de um AE de qualidade, que atenda os objetivos do PNAES e dos discentes. No próximo capítulo, iremos conhecer qual a percepção dos discentes obre as ações desenvolvidas pela PRAPE para a partir daí propor reflexões para o seu aprimoramento.

4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo se debruça sobre a análise e descrição dos resultados da pesquisa, que consistiu na realização de um estudo de campo com os discentes assistidos pela PRAPE por meio da aplicação de um questionário avaliativo. As perguntas que foram realizadas neste estudo, auxiliaram no processo de aquisição de informação sobre o perfil do aluno assistido, sobre as motivações que o levaram a buscar a assistência estudantil, quais as demandas que não estão sendo atendidas, além de conhecer a percepção deles sobre as ações desenvolvidas, verificando se existem e quais são as debilidades do programa de auxílio estudantil da UFPB.

Conforme exposto no percurso metodológico desta dissertação, foram selecionados no módulo de assistência estudantil do SIGAA, 347 (Trezentos e quarenta e sete) alunos assistidos com o RU, aprovados no último edital 02/2019 de seleção unificada de auxílios. Foi escolhido os aprovados desse edital, pois são alunos que usufruíram do RU de forma física, antes do estado de calamidade imposto pela pandemia de Covid-19. Atualmente, o auxílio está sendo disponibilizado aos alunos por meio de pecúnia, devido ao distanciamento social e o fechamento temporário do restaurante. Dentre o grupo mencionado, foram considerados alunos apenas com *status* de matrícula ativa, reduzindo assim a amostra para 329 (trezentos e vinte e nove).

Desta forma, foram coletados o endereço de *e-mail* da plataforma de Acompanhamento Acadêmico do Discente, do módulo de assistência estudantil do SIGAA. A partir dos dados coletados, foi criada uma mala direta no *e-mail* da pesquisadora, na qual foi possível o envio dos questionários *online* redigidos no *google forms*. Antes de iniciar o questionário, foi apresentado ao discente o termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), na qual a pesquisa só prosseguiria após da leitura e do consentimento dele.

Cabe ressaltar, que houve dificuldade no processo de aquisição das informações. Foi encaminhado aos alunos *e-mail* no dia 21/10/2021, na mesma data em que a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFPB. Nessa primeira remessa, apenas 30 discentes responderam. Foi encaminhada na semana posterior outro *e-mail* e até o dia 03/11/2021,

obtivemos um total de 59 (cinquenta e nove) respostas, aproximadamente 20% da amostra.

O questionário foi dividido em duas partes, a primeira foi possível traçar o perfil socioeconômico do estudante assistido e na segunda parte foi possível inferir qual a percepção deles sobre as ações de assistência estudantil desenvolvidas pela PRAPE. A seguir, veremos o detalhamento das questões abordadas e as propostas para o aprimoramento da assistência estudantil da UFPB. Ao término deste capítulo vamos conhecer as ações propostas para o aprimoramento da assistência estudantil da universidade.

4.1 Caracterização dos dados sociodemográficos dos estudantes assistidos pela PRAPE

Este tópico tem por objetivo apresentar a caracterização do perfil do aluno assistido pela PRAPE, no sentido de compreender qual o público que está sendo atendido, conhecer um pouco da realidade socioeconômica que ele está inserido, além de pontuar as questões dificultam sua permanência e o levam a procurar da assistência estudantil. Será possível conhecer o curso, a renda familiar per capita, o sexo/gênero, a faixa etária, a raça/cor, se possui filhos, se contribui para a renda da família, com quem reside, onde cursou o ensino médio e se possui algum tipo de deficiência.

Para traçar o perfil foram feitas 13 (treze) questões sendo 11 (onze) de múltipla escolha que retrataram a realidade socioeconômica do discente e 2 (duas) abertas nas quais o aluno forneceu as informações de que curso está matriculado e qual a renda familiar per capita. As análises das questões fechadas foram realizadas a partir dos gráficos e dados gerados pelos *google forms*. Já as duas questões abertas desta seção foram categorizadas: a que se referia ao curso do discente foi feito um gráfico demonstrando as áreas de estudos que apareceram na pesquisa e a segunda informação referente a renda do aluno foi analisada caso a caso para verificar se o aluno assistido ainda possui o perfil de renda estipulada pelo PNAES que é 1,5 salário-mínimo e meio.

Foi observado que a maioria dos discentes assistidos na UFPB são dos cursos da área das humanas, pois 50% dos alunos que responderam ao questionário são desta área, enquanto a área de saúde tem 26% e área de exatas 24% dos alunos assistidos. Esses dados corroboram com os dados

levantados na V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (ANDIFES, 2019, p. 24).

Os cursos da área de humanas são cursos que possuem mais vagas nas IFES e por serem cursos que demandam pouco investimento da instituição, em tese não precisam de grandes equipamentos, materiais de insumo, entre outros. A maioria dos assistidos é oriunda dessa área por supostamente exigir pontuação menor para ingresso via Enem/Sisu e tendo em vista que os discentes assistidos vêm da rede pública de ensino, rede esta que possui muitos entraves e dificuldades de ensino.

A V Pesquisa do Fonaprace (2019) revela que a maioria de discentes na graduação é composto pelo sexo feminino, perfil este que se confirma em todas as pesquisas realizadas pelo Fórum desde 1996. Porém, na UFPB o público-alvo dos discentes assistidos é majoritariamente composto pelo sexo masculino (55,2%), enquanto 44,8% são do sexo feminino. Esse dado demonstra que as mulheres precisam ter mais subsídios para continuar na graduação. Muitas dessas alunas têm filhos para cuidar, afazeres domésticos e ainda carregam o preconceito enraizado em nossa sociedade e enfatizada pelo momento político atual, que mulher deve ficar em casa cuidando da família. Todo esse contexto vem fazendo com que as mulheres percam os espaços socialmente construídos na educação. A assistência estudantil precisa ter um olhar diferenciado para as estas mulheres e fornecer apoio para que elas não evadam e consigam permanecer com qualidade na universidade.

Em relação a faixa etária dos estudantes contemplados com os auxílios, a pesquisa demonstra que 84,5% têm entre 18 e 30 anos, 10,3% têm entre 30 e 40 anos e 5,2% têm entre 40 e 60 anos. Verificamos que a maior parte dos assistidos têm a idade escolar correspondente com a meta 12⁴ do Plano Nacional da Educação (PNE). Também é possível observar que aproximadamente 15% deste público é composto por discentes de ingresso tardio na graduação (30 a 60 anos), demonstrando que a educação ainda é o melhor caminho de inserção com qualidade no mercado de trabalho e que a

⁴ META 12: Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público (PNE, 2014).

assistência estudantil é de grande relevância para concretização desta nova realidade almejada por este público.

Dos discentes que responderam à pesquisa observa-se que 83,1% são oriundos da escola pública, 10,2% da escola privada e 6,8% bolsista em escola privada. Deste público, 69% são alunos ingressantes por meio de cotas, enquanto 29,3% ingressante por meio de ampla concorrência. São 56,9% de discentes que se declaram pardos, 17,2% negros, 24,1% brancos e 1,7% são indígenas. Além disso, 94,9% não possuem deficiências e 5,1% declaram possuir algum tipo de deficiência.

Raedeli (2013) afirma que “com a ampliação do acesso das camadas populares à universidade proporcionada pelo REUNI, é imprescindível que esse acesso seja acompanhado por políticas de permanências, claras e eficientes” (RAEDEL, 2013 p.21).

Assim, os dados refletem que o PNAES está corroborando para permanência de alunos que foram contemplados com as políticas de democratização do acesso, como exemplo, a Lei de Cotas, lei nº 12.711/2012. A pesquisa mostra que a maior parte dos assistidos são cotistas, aproximadamente 70% deles são pretos, pardos, indígenas ou deficientes, ou seja, público-alvo da lei de cotas. Castelo Branco e Nakamura (2013) fazem a seguinte consideração sobre o tema, ratificando a importância de programas que garantam a permanência do discente:

É importante considerar que a adoção de um sistema de reversa de vagas traz para a ordem do dia a necessidade de adoção de programas de acompanhamento e de garantia da permanência de alunos nas IFES, assim como um trabalho de reconhecimento da diversidade cultural e das identidades, de políticas de reparações e de valorização de culturas, de ações afirmativas [...] (CASTELO BRANCO; NAKAMURA, 2013, p.355).

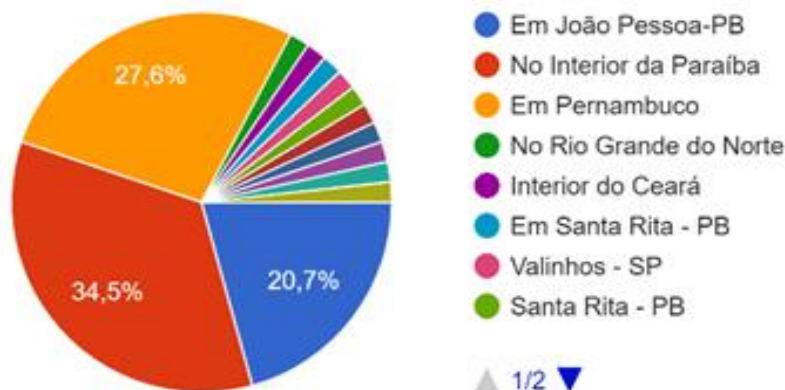
Em relação ao local de origem dos discentes assistidos podemos observar que majoritariamente eles são oriundos da região nordeste, sendo que 58,6% são do estado da Paraíba, seguido de Pernambuco com 27,6%. Percebe-se também que, dos alunos da Paraíba, 20,7% são oriundos do município de João Pessoa e quase 80% são de outras cidades demonstrando a heterogeneidade do público atendido pela política e evidenciando que a maior parte deles necessita de uma rede de proteção da social mais abrangente, capaz de fornecer

apoio para ficar na cidade sede do curso, conforme distribuição do gráfico abaixo:

Gráfico 4 – Local de Origem dos Discentes Assistidos

7. Onde você morava antes da graduação?

58 respostas



Fonte: Dados da pesquisa (2021). Elaborado pela autora.

Quando perguntado com quem reside os discentes assistidos durante a graduação, a maioria deles respondeu que não mora com a família, aproximadamente 60% residem sozinhos ou com amigos, enquanto 35% residem com os pais ou algum familiar, confirmando a informação anterior de que majoritariamente eles migraram da sua cidade de origem para cursar a graduação em João Pessoa-PB, conforme detalhado no gráfico a seguir:

Gráfico 5 – Onde reside o discente assistido durante o período de graduação.

9. Durante o período da graduação você reside com:

58 respostas



Fonte: Dados da pesquisa (2021). Elaborado pela autora

Com relação a faixa de renda bruta familiar per capita⁵ dos pesquisados, observa-se que 44% dos pesquisados possuem a renda acima de zero até meio salário-mínimo, 16% têm renda acima de meio até um salário-mínimo, 10% entre um e um e meio salário-mínimo, 6% declararam ter renda zero e sobrevivem auxílios estudantis e/ou de Programas Sociais, como exemplo o Programa Bolsa Família. Nota-se que 8% declararam ter renda per capita superior ao teto estabelecido pelo PNAES⁶ que é até um salário-mínimo e meio, podendo indicar um erro de digitação ou que estes alunos perderam o perfil de alunos assistidos, fato este que indica uma falta de acompanhamento do perfil do discente assistido por parte da PRAPE. Deste público, 13,6% têm filhos e 29,3% contribuem para a renda da família.

Corroborando com os dados apresentados, Ristoff (2013) indicou em seus estudos que as políticas de expansão, de acesso e permanência implementadas nos últimos governos, como exemplo, o Reuni, PNAES e a Lei de Cotas, suscitaram numa mudança de perfil dos alunos da graduação, que era composto basicamente pela elite branca, quando ele afirma que:

O campus brasileiro como um todo torna-se menos branco; o percentual de pretos começa a se aproximar mais dos percentuais da sociedade; mais pardos frequentam os cursos universitários e mais pessoas baixa renda conseguem chegar à educação superior. [...] Cresce ano a ano o número de estudantes na educação superior oriundos da escola pública de ensino médio. Na quase totalidade dos cursos, aumenta a presença de estudantes filhos de famílias de mais baixa renda (de 2004 a 2009, houve um aumento de 11% de estudantes com renda familiar de até três salários-mínimos), diminuindo a distância entre os percentuais do campus e da sociedade (RISTOFF, 2013, p.31).

Neste sentido, verificamos o aumento da demanda de estudantes por assistência estudantil, assim como a necessidade de ampliação e consolidação desta política, representada pelo PNAES. Nesta mesma linha, notamos o quão é importante traçar o perfil do aluno para que as ações implementadas respondam de fato às demandas estudantis, pois a realidade social é dinâmica.

⁵ Renda bruta per capita é a soma de todos os rendimentos brutos divididos pelos membros que dependem dela.

⁶ Art. 5 Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior (BRASIL, 2010).

Assim, garantimos o acesso e permanência dos estudantes que se encontram em vulnerabilidade social, contribuindo para inclusão e justiça social.

4.2 Caracterização dos dados sobre a percepção dos discentes acerca da Assistência Estudantil da UFPB

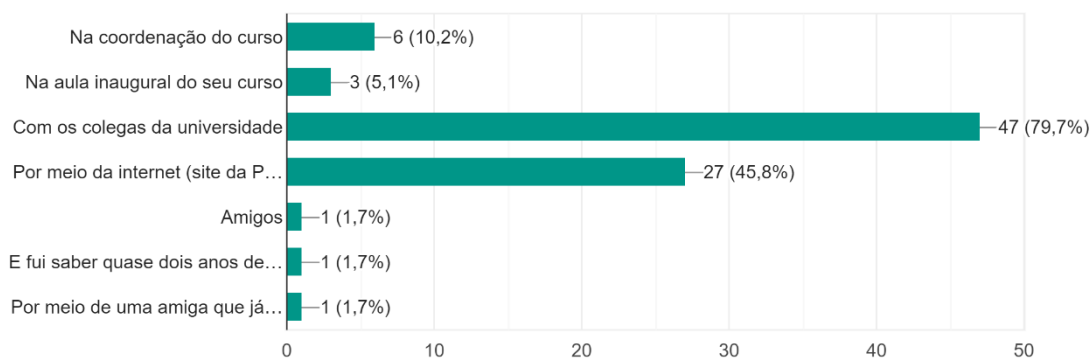
Para realizar a análise da percepção dos discentes acerca da assistência estudantil da PRAPE/UFPB foram aplicadas 13 questões, sendo 9 questões fechadas (múltipla escolha) e 4 questões abertas (respostas dissertativas). As respostas foram analisadas por meio de gráficos gerados pelo *google forms*, tabelas organizadas e categorizadas a luz da análise de conteúdo de Bardin (2016) e elencadas a partir da frequência das respostas.

A primeira questão abordada nesta pesquisa, no que se refere a assistência estudantil da UFPB, foi como o discente assistido teve obtido informação sobre a existência de assistência estudantil: aproximadamente 80% responderam que obtiveram a informação com colegas da universidade, 45,8% relataram que foi por meio da internet, 10,2% na coordenação do curso e 5,1% na aula inaugural do curso. Contudo, na aba de respostas intitulada 'outros' tivemos uma resposta que chamou a atenção: a pessoa relata que só soube da existência da assistência estudantil após dois anos de ingresso no curso. Como pode ser observado no gráfico abaixo:

Gráfico 6 – Como o(a) discente teve acesso à informação acerca da A.E

13. Como você teve informação acerca da assistência estudantil da PRAPE/UFPB? (pode marcar mais de um, se for o caso)

59 respostas

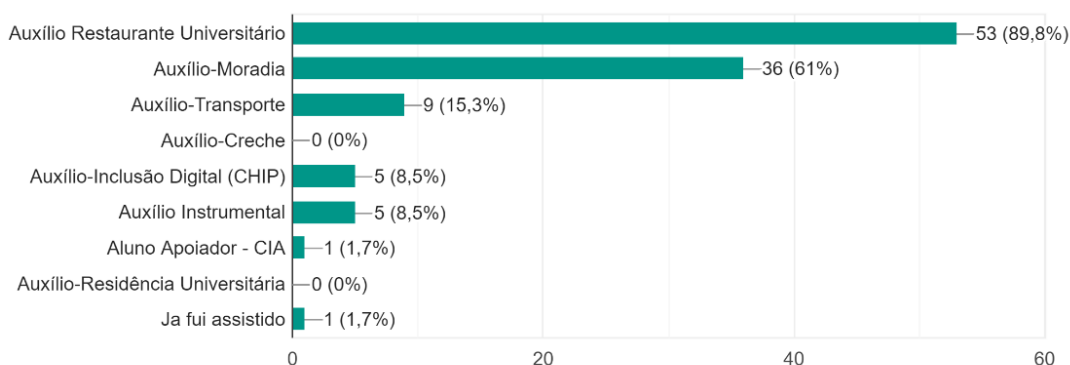


Fonte: Dados da pesquisa (2021). Elaborado pela autora.

Esse dado reflete que a instituição deve divulgar mais seus serviços de assistência estudantil em espaços frequentados por alunos, como exemplo biblioteca, corredores, nas coordenações e principalmente na aula inaugural de cada curso, pois este é o momento mais oportuno para conhecer o aluno ingressante e apresentar as opções de apoio ao estudante que chega à universidade. Percebemos que este papel está sendo feito pelos discentes que já estão na universidade, o que por um lado é bom, pois observamos que eles buscam acolher o ingressante, demonstrando empatia do grupo. Mas não é suficiente, a PRAPE deve divulgar mais amplamente às ações de assistência estudantil, principalmente nos espaços frequentados pelos discentes, além de investir na comunicação e divulgação nas redes sociais.

Gráfico 7 – O auxílio que o(a) discente é assistido (a)

14. Atualmente você é assistido (a) com que auxílio? (pode marcar mais de um, se for o caso)
59 respostas



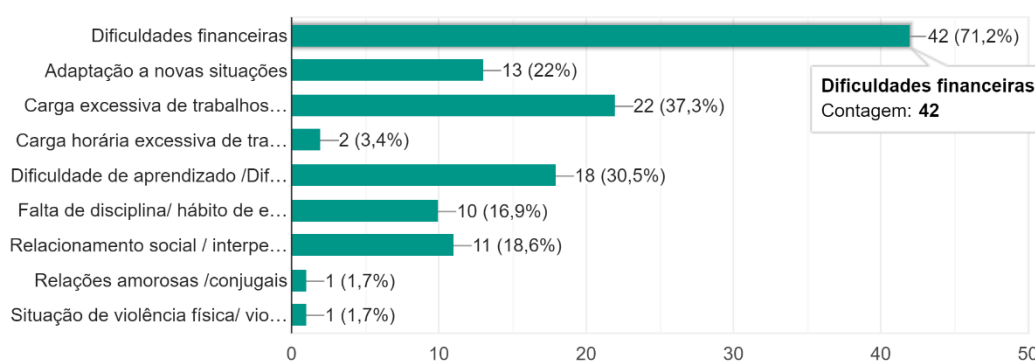
Fonte: Dados da pesquisa (2021). Elaborado pela autora.

A pesquisa foi aplicada a um grupo de alunos contemplados com o restaurante universitário, porém percebe-se que destes alunos, 61% acumulam o RU com o auxílio-moradia, 15,3% com o auxílio-transporte, 8,5% com o auxílio instrumental e com o auxílio-inclusão digital (chip), entre outros que podem ser observados no gráfico 7. Essa informação confirma a diversidade das demandas do público que respondeu a pesquisa, pois os estudantes pesquisados têm necessidade de moradia, transporte, alimentação, inclusão digital, entre outras áreas estratégicas do PNAES, relatadas no Artº3 inciso 1º do decreto que estabelece o referido programa (BRASIL,2010).

Quando perguntados quais os fatores que impactam mais no desempenho acadêmico, percebe-se que as dificuldades financeiras são um dos fatores que mais impactam tanto no desempenho acadêmico, quanto na permanência do aluno na universidade, pois 71,2% relataram que este é o principal fator de que impactam no rendimento. A questão de carga excessiva de trabalhos acadêmicos é o segundo fator com 37,3% e logo em seguida aparece a questão de dificuldade em assimilar o conteúdo, em aprendizagem com 30,5%. A pesquisa do Fonaprace (2019) já apontava essas questões que devem ser trabalhadas de forma conjunta e não envolve somente a assistência estudantil, engloba ações que envolvem os docentes, as coordenações dos cursos, programas de extensão, demonstrando assim que o aluno necessita de uma rede articulada para vencer todos os obstáculos postos pela universidade. Abaixo podemos observar outras questões que impactam no desempenho acadêmico que apareceram com a pesquisa:

Gráfico 8 – Fatores que impactam no desempenho acadêmico

17. Marque as principais dificuldades que impactam no seu desempenho acadêmico:
59 respostas



Fonte: Dados da pesquisa (2021). Elaborado pela autora.

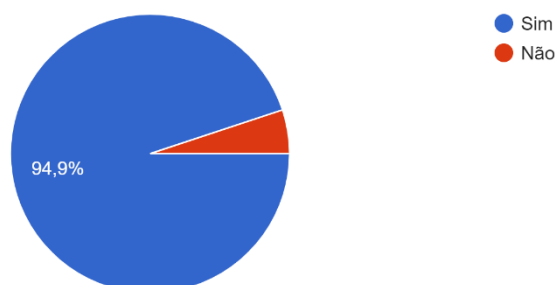
No que se refere ao valor do auxílio, se é suficiente para garantir a permanência na graduação 50,8% disseram ser insuficientes. Quando perguntados se conseguiriam cursar a graduação sem a assistência estudantil, aproximadamente 95% responderam que não conseguiriam permanecer sem os auxílios. E quando perguntados se tem colegas de turma que não conseguiram acesso à assistência estudantil e tiveram que abandonar o curso, 50,9% disseram que tem amigos que evadiram por este motivo. Esses dados

demonstram que apesar do valor do auxílio ser insuficiente para as demandas apresentadas no cotidiano dos discentes, sem o ele a maior parte dos discentes pesquisados não conseguiria permanecer na universidade, pois mesmo com dificuldades, quando perguntado se a assistência estudantil está colaborando com a permanência na graduação foi respondido que sim, conforme o expõe o gráfico seguinte:

Gráfico 9 – Assistência Estudantil da PRAPE/UFPB está colaborando para permanência.

21. Os programas da assistência estudantil disponibilizados pela PRAPE/UFPB estão contribuindo para a sua permanência no curso/instituição?

59 respostas



Fonte: Dados da pesquisa (2021). Elaborado pela autora.

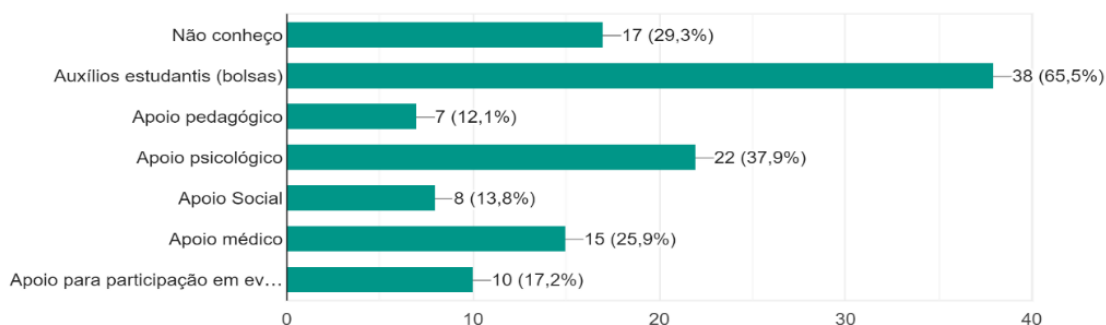
Neste sentido, com as respostas obtidas até então, verificamos que as políticas de expansão democratizaram o acesso, mas a permanência dos estudantes das classes sociais subalternizadas e as minorias étnicas dependem de ações afirmativas e de uma intensificação da assistência estudantil, conforme relatado por Paula (2017).

Com relação aos serviços oferecidos pela PRAPE, foram feitas duas perguntas: a primeira questionava se os alunos sentiam dificuldades em entender os editais de concessão de auxílios estudantis e foi verificado que apenas 16,9% sentem dificuldade, enquanto 83,1% não sentem. A segunda questão foi no sentido de saber se os alunos conhecem os serviços da PRAPE e ficou evidente que os discentes resumem a assistência estudantil a concessão de auxílios/bolsas, pois 65,5% deles afirmam que dos serviços oferecidos eles conhecem somente o acesso às bolsas, 37,9% conhecem o apoio psicológico, enquanto 29,3% dizem não conhecer os demais serviços ofertados.

Gráfico 10 – Serviços da PRAPE que os discentes conhecem.

24. Você conhece os serviços ofertados pela PRAPE, além da concessão de auxílios ao estudante?
Marque aqueles que você conhece.

58 respostas



Fonte: Dados da pesquisa (2021). Elaborado pela autora.

Os dados acima refletem mais uma vez que a PRAPE precisa divulgar mais suas ações e serviços junto à comunidade acadêmica, pois a rede de serviços ofertados pela Pró-Reitoria tem o intuito de auxiliar o aluno em suas múltiplas áreas que podem perpassar pelo apoio acadêmico, social, psicológico, apoio em saúde e financeiro.

No início do ano de 2020, fomos surpreendidos pela pandemia de Covid-19, na qual fomos submetidos ao isolamento social para preservar a vida, até que se achasse a cura da doença ou a vacina que imunizasse a população. Com este cenário, as aulas na UFPB seguiram a tendência mundial e passaram a ser ofertadas de modo remoto. Professores, técnicos administrativos e discentes tiveram que se reinventar para fazer com que esse novo modelo de ensino, não planejado, fluísse e desse certo. E de modo geral, acredito que conseguiu atingir a maior parte dos discentes, principalmente aqueles que tinham uma estrutura mínima de *internet* e computador em casa.

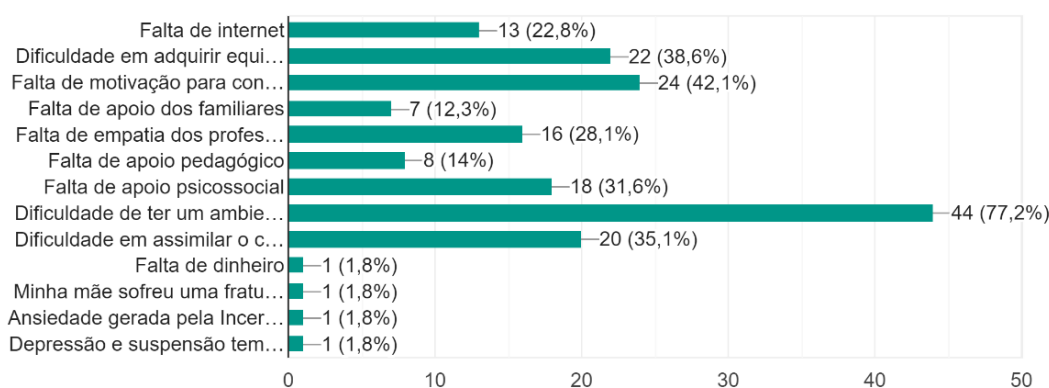
Como as aulas foram ofertadas de modo optativo, por considerar as múltiplas situações, principalmente de ordem financeira que impediriam as aulas *online*, sabemos que muitos optaram por não seguir com as aulas remotas. Alguns trancaram os cursos, por não ter condições de assistir aula online.

Considerando esse cenário, perguntamos aos discentes assistidos quais foram as principais dificuldades que os discentes tiveram durante a pandemia de Covid-19, como pode ser observado a seguir:

Gráfico 11 – Dificuldades para permanecer na graduação durante a pandemia de Covid-19.

19. Marque abaixo as dificuldades que você teve para permanecer na graduação durante a pandemia de Covid-19 (pode marcar mais de uma, se for o caso):

57 respostas



Fonte: Dados da pesquisa (2021). Elaborado pela autora.

A informação acima reflete que a pandemia afetou muito a vida acadêmica dos discentes assistidos, pois além das dificuldades financeiras que impactam na realidade social, observamos que uma das maiores dificuldades apresentadas pelos discentes que responderam à pesquisa foi a dificuldade de ter um local propício para assimilar o conteúdo disponibilizado de modo remoto. Esta questão perpassa a assistência estudantil, mas deve ser olhada de modo macro, principalmente em conjunto com as coordenações de curso.

Sobre as outras dificuldades apontadas, ao longo da pandemia, a PRAPE procurou fornecer respostas às demandas apresentadas. No que tange a dificuldade em adquirir equipamentos eletrônicos que possibilitassem o acesso às aulas remotas e a dificuldade em acesso à internet, a PRAPE durante a pandemia lançou editais com o intuito de diminuir os entraves apresentados, como exemplo a disponibilização de um auxílio instrumental no valor de R\$1.200 e um auxílio inclusão digital.

Foram feitas 4 questões abertas que foram categorizadas da seguinte forma: a dimensão, que é a pergunta a ser analisada; a unidade de registro, que são os temas mais recorrentes nas respostas; a unidade de contexto que é a transcrição de algumas respostas que caracterizam a unidade de registro e a quantidade de vezes que aquela resposta apareceu, denominada unidade de frequência.

Quando perguntados sobre quais foram os motivos principais que levaram o discente a procurar a assistência estudantil obtivemos as mais variadas respostas, expressas na tabela abaixo as que se repetiram com maior frequência:

Tabela 4 - Motivos que levaram os estudantes à busca de assistência estudantil.

Dimensão	Unidade de Registro	Unidade de Contexto (Respostas frequentes)	Unidade de Frequência
Principais dificuldades dos discentes assistidos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dificuldade financeira 	<ul style="list-style-type: none"> - “Falta de renda na família” - “Dificuldade financeira” - “A falta de emprego” - “Renda Baixa.” - “Necessidade.” - “Baixa renda e impossibilidade de trabalhar para conseguir estudar.” - “As condições financeiras para se manter em João Pessoa.” - “Dificuldades financeira para me manter em João Pessoa” 	55
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Família sem condições financeiras para arcar com a graduação em outra cidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - “Família sem condições de me dar assistência aqui em João Pessoa” - “Não tenho condições de morar em João Pessoa sem uma assistência.” - “Meus pais não tinham condições em me manter aqui.” - “Meus pais são do interior de PE e não possuem condições de me sustentar aqui. E meu curso é integral.” 	31
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Curso integral, impossibilidade de trabalhar. 	<ul style="list-style-type: none"> - “curso integral, deslocamento, custo com alimentação” - “O fato do curso ser integral e precisar estar na UFPB praticamente o dia todo, e a dificuldade financeira de transporte (uso transporte público e o auxílio me ajuda em boa parte desse gasto).” 	15

Dimensão	Unidade de Registro	Unidade de Contexto (Respostas frequentes)	Unidade de Frequência
Principais dificuldades dos discentes assistidos		- “A possibilidade de me dedicar de forma integral a universidade”	
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Despesas com transporte 	<ul style="list-style-type: none"> - “Transporte: O transporte foi o principal já que é o que mais pesa e o que mais assustava na época, não ter certeza se seria possível dar conta dos custos com transporte era algo que sempre estava incomodando e gerando muita aflição.” - “necessidade para passagem de ônibus” 	13
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Para permanecer na universidade 	<ul style="list-style-type: none"> - “Necessidade de manter minha permanência na UFPB. Sem o auxílio transporte e a possibilidade de me alimentar no RU quando passo o dia, seria inviável dar continuidade aos meus estudos.” - “Redução do custo de permanência na graduação.” 	10
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Para ter dignidade 	“Estudar dignamente; poder dedicar-me aos estudos acadêmicos de forma exclusiva. Não sacrificar minhas horas de estudo e minha saúde física e mental em função do trabalho é um benefício ao qual expresso gratidão diariamente. Caso contrário, eu teria que retornar à minha cidade de origem.”	5

Fonte: Dados da pesquisa (2021). Elaborado pela autora.

Percebe-se que a principal motivação para a busca pela assistência estudantil é a dificuldade financeira, que se repete em 93,2% de todas as respostas, de forma direta ou de forma subliminar. Em segundo lugar, aparece de forma muito recorrente a questão da família sem condições financeiras para arcar com a graduação em outra cidade, contando com aproximadamente 55% das respostas. E em terceiro aparece a categoria curso integral e impossibilidade de trabalhar para se manter, representando 25,4% do total das respostas.

Esse dado confirma a pesquisa realizada por Vasconcelos (2010), quando ele afirma que só democratizar o acesso não é suficiente e a assistência estudantil deve ser um mecanismo de direito social que tem como objetivo prover os recursos necessários para a transposição dos obstáculos e superação

das barreiras que interferem no bom desempenho acadêmico, minimizando as taxas de abandono e trancamento de matrícula do curso.

Nesta mesma linha Prestes e Junior (2016) e Macedo (2017), concordam que a expansão deu subsídios para a democratização do ensino superior com a criação das políticas inclusivas de acesso e permanência e que o PNAES é primordial para a consolidação da democratização. Assim, verificamos que políticas de inclusão precisam de ampliação para que atinjam o público-alvo e promovam de fato a democratização do acesso e permanência a este nível de ensino.

A próxima questão a ser analisada retrata os pontos positivos e negativos dos discentes no que se refere à assistência estudantil prestada pela PRAPE/UFPB. Para uma melhor visualização da percepção dos estudantes, segue abaixo uma tabela seguida de comentários dos temas mais recorrentes:

Tabela 5 – Pontos positivos e negativos da Assistência Estudantil da PRAPE/UFPB

Pontos Positivos	Pontos Negativos
- “Positivos. Sempre fui atendida e sanada minhas dúvidas quando precisei.”	- “Os maiores pontos negativos são, primeiro, a demora para sair editais e a demora para a finalização do processo de coleta de inscrições e divulgação dos resultados. Segundo: a demora para que o processo de transferência das bolsas para os alunos, que acontece mensalmente, possa ser finalizado e o dinheiro liberado. Terceiro: a falta de reajuste dos valores do auxílio.”
- “Os pontos positivos é assistir os estudantes que necessitam dentro das condições de cada um.”	- “Um ponto negativo é a forma que as informações são disponibilizadas. Não existe um canal específico (não que eu conheça) pra divulgar as informações de maneira acessível (como um número de whatsapp ou uma rede social).”
- “O maior ponto positivo é possibilitar o sustento de alunos locais e de outras cidades e estados para que eles consigam cursar as suas graduações.”	- “É difícil entender os editais, não são amplamente divulgados”.
- “Positivos: ajuda muitos estudantes que precisam.”	- “negativos é que o sistema de avaliação é falho, por exemplo: eu estudei em escola particular pois recebia ajuda da minha vó, porém agora não tenho essa ajuda”.
- “ A Prape oferece um bom apoio psicológico aos alunos, são raros os atrasos no pagamento da bolsa.”	- “O ponto negativo é o valor da bolsa, por fazer muito tempo que não tem um reajuste.”
- “ O ponto positivo é a própria permanência que a assistência possibilita aos estudantes, outro é a tranquilidade que se adquire ao poder contar com a	- “A demora em lançar os editais, a demora na análise, e os tipos de documentos pedidos”.

Pontos Positivos	Pontos Negativos
assistência, quando estou na UFPB sinto que minha única preocupação é com as aulas e atividades.”	
- “O ponto positivo é que faz com que seja possível que muitas pessoas que de outro modo não poderiam permanecer na universidade, possam ter uma chance de crescer.”	- “Atraso no pagamento dos auxílios; limitação na quantidade de vagas ofertadas para cada auxílio; falta de diálogo entre a PRAPE e os discentes.”
- “Positivos: ajudam muito os alunos assistidos a permanecerem em seus cursos.”	- “É muito burocrático, entendo que é necessário para que não ocorram fraldes, mas para quem é pobre é cansativo passar por vários processos para demonstrar sua pobreza.”
- “Pontos positivos: ajudar os alunos que não tem condições financeiras a cursar uma graduação fora de sua cidade e estado.”	- “O não reajustes dos valores, a oferta limitada e a baixa divulgação por parte da instituição.”
- “Os auxílios contribuem muito para que possa concluir o curso.”	- “O alcance poderia ser maior e os serviços divulgados com mais frequência, em apresentações ao feras, eventos da universidade, entre outros.”
- “Oportunidade do ingresso e manutenção de estudantes em situação de vulnerabilidade social.”	- “Negativo: processo muito complicado e muitas pessoas que são de baixa renda de verdade muitas vezes não conseguem.”
- “Com a Assistência torna-se possível sair do interior da PB (que não possui o curso que estudo) e permanecer pagando as despesas básicas, portanto, conseguir ficar estudando na UFPB (João Pessoa).”	- “Poucos editais e número de vagas restritas.”
- “Positivos: ajudar que não pode a se manter, mesmo não sendo o suficiente ajuda bastante.”	- “Negativos: valores dos auxílios insuficientes”.

Fonte: Dados da pesquisa (2021). Elaborado pela autora.

Ao analisar as respostas apresentadas, destacamos pontos positivos e negativos da Assistência Estudantil:

Positivos:

1. Permite a permanência de alunos que não possuem condições financeiras;
2. Oferece tranquilidade ao aluno para cursar a graduação;
3. Possibilita que os alunos de outras cidades consigam ficar na universidade;
4. Possibilita bom apoio psicológico.

Negativos:

1. Poucas vagas dos auxílios, demora em lançar e concluir os editais;
2. Atraso no pagamento dos auxílios;
3. Valores dos auxílios necessitam de reajuste;

4. Falta de um canal para comunicação com o discente, de fácil acesso e tenha divulgação das orientações/informações.

Merece ainda destaque que umas das insatisfações apontadas pelos discente foi a questão de ter que atestar sua condição de vulnerável. Sabemos que a educação é direito de todos e dever do Estado, e as políticas sociais são a consolidação deste direito. Como política social a assistência estudantil deveria ser acessada por todos, sem pré-requisitos e sem pontuação daquele que é mais vulnerável. Porém, essa realidade da ampliação do acesso aos direitos sociais, está longe de ser alcançada. No caso da assistência estudantil os recursos são escassos e a demanda é crescente, por isso há priorização no público-alvo, fazendo com que o processo seja mais burocrático e que o acesso seja alcançado somente por aqueles com vulnerabilidade social.

Nesse sentido, Pinheiro (2016) reflete que:

A presença deste mecanismo assistencial nas políticas sociais, atestando o “grau” de carência, risco, vulnerabilidade econômica e pobreza determinada basicamente por triagens economicistas, que passa ser a principal preocupação que ratifica o ingresso do discente dentre o aparato das exigências institucionais (PINHEIRO, 2016, p.3).

Foi ressaltado também pelos alunos como um dos principais pontos negativos o fato da demora no lançamento dos editais, assim como as poucas vagas que são disponibilizadas e o tempo demasiado entre a inscrição e o acesso de fato ao auxílio (pagamento). Essas questões perpassam por diversos problemas que vão desde o pouco orçamento para a assistência estudantil diante a grande demanda. Passam pela questão da retenção, pois durante a pandemia vários discentes ficaram retidos em seus cursos, não gerando novas vagas para os assistidos. E outro problema é o número grande de inscritos para poucos profissionais de serviço social realizarem a análise socioeconômica. O número é tão elevado que os profissionais não conseguem nem realizar entrevista ou visita domiciliar, instrumentos essenciais para realizar a emissão de pareceres sociais. Essa questão é grave e necessita de um olhar especial da gestão, pois a demora entre a inscrição e o acesso prejudica diretamente o aluno assistido. Vemos que muitos deles não conseguem permanecer sem esse auxílio e evadem da universidade.

Como ponto negativo também foi ressaltado na pesquisa a questão de reajuste nos valores dos auxílios. A PRAPE está realizando estudos e

reivindicações junto ao MEC para que haja um aumento no orçamento a fim de que seja possível assistir mais alunos e reajustar os valores dos auxílios vigentes.

Quanto a comunicação com os discentes, durante a pandemia foi disponibilizado aos discentes um número de *WhatsApp* para que a comunicação seja mais fluída e rápida. Também foi criada uma rede social a (*Instagram*), na qual são postadas as atualizações referentes à pagamento, editais, atualizações, orientações, entre outras. A página da pró-reitoria também está passando por atualizações na sua interface para que as informações fiquem mais de fácil acesso. A cada nova informação importante para o discente, os assistentes sociais da Coape/Prape encaminham a orientação via *e-mail* cadastrado no SIGAA.

Porém, apesar de todos esses esforços para ficar mais próximo da realidade do discente, a pesquisa aponta que essas novas ações e meios de comunicação da PRAPE não atingiram todo seu público-alvo. Ao que parece, os *e-mails* dos discentes não estão atualizados no SIGAA ou simplesmente os discentes não o acessam com frequência. A nova rede social da PRAPE, tem pouco mais de 2.000 (dois mil e quinhentos) seguidores, quando sabemos que atualmente temos mais de 4 mil (quatro mil) alunos assistidos. Então, é preciso criar estratégias, estabelecer parcerias para que a comunicação com o discente ocorra de fato.

Apesar dos pontos negativos apresentados, verificamos que de forma geral os alunos consideram que a assistência estudantil oferecida pela Prape está fornecendo subsídios para que o aluno permaneça na universidade, pois os alunos apontam na pesquisa como pontos positivos o bom apoio psicológico, a questão de permitir a permanência dos discentes e de dar tranquilidade para que o discente se concentre nas demandas da graduação.

Quando perguntados sobre qual serviço e/ou auxílio eles criariam para contribuir na melhoria da assistência estudantil da PRAPE/UFPB, obtivemos as seguintes respostas:

Tabela 6 – Sugestões dos discentes para a criação de novos serviços ou auxílios

Dimensão	Unidade de Registro	Unidade de Contexto (Respostas frequentes)	Unidade de Frequência
Sugestões dos discentes para a criação de novos serviços ou auxílios	▪ Auxílio-Xérox e internet	<p>- “Pode parecer até sem fundamento, mas auxílio xerox. Eu consigo minhas cópias, mas tenho amigos que não tem condições muitas vezes de ter acesso a todos os materiais impressos porque a demanda é grande e o preço também. Não sei se a PRAPE oferece algo nesse sentido, mas se não, poderia ser pensado alguma maneira de ajudar os estudantes nesse sentido”.</p> <p>- “Auxílio permanência, uma quantia no valor de uma bolsa, para ajudar o aluno com: xerox, na compra de material escolar/livro, farda, lanche, produtos de higiene pessoal entre outros. Ou seja, ajudar nas despesas que que um ser humano tem, que vão além de almoço e passagem”.</p> <p>- “Algum auxílio para ajudar na compra de livros/xerox”.</p>	10
	▪ Acesso universal ao Restaurante Universitário.	<p>- “RU para alunos que não conseguiram o auxílio e esses pagariam um valor simbólico pela alimentação, assim como outras federais do país”.</p> <p>- “Eu abriria novamente o RU para contemplar todas as pessoas matriculadas, ainda que fosse cobrando um valor simbólico de R\$2 ou R\$5 reais para aqueles que não são cadastrados no auxílio, penso que esse serviço seja essencial para todas as pessoas que estudam na universidade”.</p> <p>- “As mulheres mães poderiam levar seus filhos de mais de 5 anos para o Restaurante Universitário. Tenho uma filha de onze anos e vou almoçar e tenho que deixá-la do lado de fora nem como direito, ela só tem a mim”.</p>	8
	▪ Ampliação dos auxílios e reajuste no valor.	<p>- “Não criaria mais nenhum, apenas aumentar ia os valores que já estão defasados e não acompanham o aumento inflacionário”.</p> <p>- “Reajuste nos valores dos auxílios já existentes. Além de algum auxílio para a realização de inscrições em eventos científicos, visitas técnicas, submissões de trabalho acadêmicos em periódicos”.</p> <p>- “Iria aumentar o número de vagas do auxílio moradia”.</p> <p>- “nenhum apenas a ampliação do número de auxílios”.</p> <p>- “Apoio imediato à alunos que tenham se mudado de estado ou cidade”.</p>	8
	▪ Auxílio-farmácia	<p>- “Auxílio farmácia voltado para estudantes em qualquer tipo de tratamento onde os medicamentos não sejam ofertados na rede pública”.</p> <p>- “Auxílio remédio. Para se o estudante puder comprar um remédio que precise”.</p>	6

Dimensão	Unidade de Registro	Unidade de Contexto (Respostas frequentes)	Unidade de Frequência
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Auxílio-óculos 	- “Auxílio para aquisição de óculos, é uma necessidade de grande parte dos discentes e poucos tem recursos para efetuar a troca que é entre dois e três anos de uso e é fundamental para os estudos”.	3
Sugestões dos discentes para a criação de novos serviços ou auxílios	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Incentivo à atividade física e a socialização 	- “Considero importante o incentivo a alguma atividade física ou outra atividade qualquer para auxiliar na saúde e socialização dos estudantes, pois alguns estudantes não possuem habilidades sociais e exercitar essa área indiretamente seria perfeito para o desenvolvimento tardio dessa área.” - “Um programa de incentivo aos esportes universitários. Com ele, os estudantes poderiam usar a cota de bolsas para os esportes, poderiam ter estágios ligados às atividades esportivas da universidade e teriam também a oportunidade de prática e disputa contra outras universidades”	3
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Não souberam ou não responderam 	“Não tenho ideia”. “Não tenho um em mente”. “Não sei”.	31

Fonte: Dados da pesquisa (2021). Elaborado pela autora.

Os dados obtidos fornecem várias boas ideias para refletir sobre a criação de serviços e auxílios para corroborar com a permanência dos discentes e algumas das sugestões apresentadas, serão trabalhadas mais detalhadamente e subsidiarão o produto desta pesquisa no próximo capítulo.

Cabe ressaltar, que esta pesquisa não tem o intuito de esgotar o tema, pois as lacunas dos programas de assistência estudantis são grandes, variam de acordo com área estudada e precisam de um aprofundamento maior para que seja analisado com cautela os limites e possibilidades. O intuito deste estudo é trazer possíveis soluções tangíveis para as temáticas mais recorrentes e que mais impactam na realidade do discente.

A última pergunta realizada nesta pesquisa foi a seguinte: “Como você avalia a assistência estudantil fornecida hoje pela PRAPE?”. Obtivemos as seguintes respostas:

Tabela 7 – Como o estudante enxerga a assistência estudantil da UFPB.

Dimensão	Unidade de Registro	Unidade de Contexto (Respostas frequentes)	Unidade de Frequência
Como o estudante enxerga a assistência estudantil da UFPB.	Boa/Importante	<p>- “De modo geral (como comentei acima) eu gosto da assistência fornecida. Não é só para quem não é de João Pessoa ou é de extrema baixa renda. Ela atende as pessoas que realmente precisam daquele auxílio (como alimentação, transporte, moradia). Um ponto que eu melhoraria seria a divulgação das informações, principalmente atraso de pagamentos, editais, inscrições. Porque atualmente elas chegam pelos colegas, e nem sempre todo mundo sabe o que precisa ser feito”.</p> <p>- “acredito que o serviço disponibilizado pela prape é fundamental para a permanência dos alunos que não possuem condições financeiras suficientes para se manterem sozinhos, pois assim eles podem focar na sua graduação sem ter muitos problemas com fonte de renda, como trabalhos de carteira assinada, que provavelmente fariam o aluno perder o foco na graduação.</p> <p>-“Muito bom. No modo presencial eu podia contar com o acesso ao Restaurante Universitário e passar bastante tempo no campus, assistindo as aulas pela manhã e estudando na biblioteca (biblioteca central quando não estava em reforma) pela tarde, sem o auxílio transporte e o acesso ao RU não consigo imaginar como seria minha vida acadêmica”.</p> <p>-“A assistência tem contribuído para a minha permanência na universidade e é possível perceber o empenho da equipe da PRAPE em melhor nos atender”.</p> <p>- É boa, porém, vejo que é necessário ter mais bolsas, que precisa ter uma correção financeira no valor por que com a pandemia e com o mau governo que estamos tendo, o valor não é tão suficiente assim. Vejo também, que o PNAES deveria ter uma atenção maior e torna-se lei</p>	28
Como o estudante enxerga a assistência estudantil da UFPB.			

Dimensão	Unidade de Registro	Unidade de Contexto (Respostas frequentes)	Unidade de Frequência
		ou algo que o torne fixo, que não possa ser extinguido.	
Como o estudante enxerga a assistência estudantil da UFPB.	Regular/Insuficiente	<p>“- Os processos são muito lentos, por exemplo para quem vem do interior e precisa urgentemente do auxílio não tem como esperar o edital sair para concorrer e ver se ainda é possível. Tem que ser mais ágeis nesse sentido”.</p> <p>“- Talvez pudesse estar mais presentes nas redes sociais e junto aos centros estudantis, para que seus serviços sejam amplamente conhecidos e os alunos não fiquem desamparados em ocorrência de algum problema que possa ser resolvido pela assistência estudantil”.</p> <p>- “Talvez pudesse estar mais presentes nas redes sociais e junto aos centros estudantis, para que seus serviços sejam amplamente conhecidos e os alunos não fiquem desamparados em ocorrência de algum problema que possa ser resolvido pela assistência estudantil”.</p>	8
	Ruim/Péssima	<p>- “Ruim, pois os auxílios não são bem divulgados, a consumição para resolução de problemas e péssima, geralmente tenho que recorrer a ouvidoria para solucionar alguma coisa pois através dos meios de comunicação fornecida não é possível obter êxito”.</p> <p>- “Regular!! Razoável. Péssima”.</p>	2

Fonte: Dados da pesquisa (2021). Elaborado pela autora.

Uma das respostas obtidas nos alertou sobre a fragilidade do programa PNAES ser regulamentado apenas por decreto presidencial, fato de extrema relevância. Carvalho (2020) nos diz que consolidar a AE como política pública a transformando em Lei oferece uma segurança para a sua existência, elevando-a a uma hierarquia normativa caracterizada como uma política de Estado e não de governo oferecendo.

Vários pesquisadores fazem esse alerta, principalmente pelo momento político que vivemos atualmente de desmonte das políticas públicas, redução do Estado, típicos dos governos neoliberais. Mota (1998), Chauí (1999), Santos (2005) e Chaves (2018) nos trazem reflexões sobre a lógica neoliberal cujo objetivo é reduzir o papel do Estado na área das políticas de proteção social e submeter os direitos sociais e trabalhistas à lógica da funcionalidade do mercado, fazendo prevalecer o critério de eficácia e produtividade. Assim, se faz necessário um esforço conjunto dos movimentos sociais estudantis, do Fonaprace entre outros órgãos que lutem para que o PNAES não seja extinto e/ou reduzido, e tenha recursos orçamentários garantidos por força de lei.

É possível inferir a partir das respostas colhidas na pesquisa de a maior parte dos discentes enxergam como boa/importante a assistência estudantil fornecida pela PRAPE. Porém, muitos relatam que esta assistência está regular ou insuficiente, apontando algumas lacunas que precisam ser revistas. Esses apontamentos realizados pelos discentes são extremamente importantes para que a Pró-Reitoria busque melhorar suas ações e assim conseguir atingir da melhor maneira possível as demandas dos alunos em consonância com os objetivos do PNAES e da Pró-Reitoria, que é fornecer uma permanência de qualidade aos discentes assistidos.

5. PROPOSTAS PARA O APRIMORAMENTO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFPB

Diante dos dados apresentados sobre a expansão do ensino superior, sobre as políticas de democratização do acesso e permanência e após o estudo de campo realizado acerca da assistência estudantil da UFPB, elencamos algumas ações que poderão aprimorar a assistência estudantil desenvolvida pela universidade. As propostas foram refletidas a partir das áreas de atuação do PNAES, de levantamentos de ações consolidadas e realizadas em outras IFES e em consonância com as demandas apresentadas pelos discentes que atualmente são assistidos pela PRAPE/UFPB.

Tais propostas serão apresentadas à Pró-Reitoria, no sentido de que elas subsidiem o planejamento do setor, para que em conjunto com todo o seu corpo técnico, sejam refletidas para garantir a materialização das ações que respondam às demandas apresentadas pelos alunos. As propostas serão apresentadas em cinco grandes ações distribuídas e denominadas da seguinte forma:

1. Pesquisa de Satisfação dos discentes atendidos pela assistência estudantil;
2. Criação do Auxílio Apoio Pedagógico;
3. Criação do Auxílio emergencial temporário para alunos que se deslocaram de outras cidades para cursar a graduação;
4. Institucionalização de uma rede de atenção estudantil multiprofissional;
5. Criação de um Fórum dos assistentes sociais da UFPB que trabalham com assistência estudantil.

1. Pesquisa de Satisfação dos discentes atendidos pela assistência estudantil.

Corroborando com Macedo (2017) que enfatiza que toda política pública precisa ser monitorada e avaliada para que possa verificar se os objetivos estão sendo alcançados mensurando assim o impacto das suas ações, sugerimos a implantação de uma pesquisa de satisfação periódica para ser aplicada junto aos discentes assistidos.

Tal pesquisa irá promover um conhecimento sobre os impactos e a efetividade das ações implementadas pela pró-reitoria e a partir dela realizar ajustes nos auxílios e/ou serviços implementados pela PRAPE ou até mesmo propor novas ações, mensurando assim a efetividade das ações e aprimorando-as para que atinja a necessidade dos discentes e corrobore com a sua permanência com qualidade na graduação.

A sugestão é que esta pesquisa seja feita ao menos uma vez ao ano, de preferência ao término do semestre acadêmico. Como modelo de questionário, será oferecido à PRAPE o mesmo instrumento que subsidiou este estudo para que a Pró-Reitoria utilize como base para iniciar a pesquisa.

Cabe ressaltar, que várias IFES utilizam este instrumento de coleta de dados para realização da pesquisa de satisfação dos usuários da assistência estudantil, dentre elas citamos a UFPE, UFT, UFRA, UFPI, UFU, entre outras. A UFRPE, que já vai na sua terceira pesquisa, relata que:

A pesquisa foi realizada visando conhecer o perfil e a satisfação dos usuários da política de assistência estudantil para subsidiar a melhoria das ações desenvolvidas, bem como oferecer elementos que permitam que sejam traçadas novas estratégias que visem aprimorar e qualificar, constantemente, a implementação de programas e projetos de apoio aos estudantes de graduação na instituição. (UFRPE, 2019, p.06)

Ao realizar a pesquisa periódica obteremos a percepção do discente sobre as ações promovidas pela PRAPE e sugestões para que a política implantada seja aprimorada de acordo com as necessidades apontadas pelo seu público-alvo, pois a realidade social é dinâmica e precisamos sempre estar atentos aos fatores que interferem na permanência do discente.

2. Criação do Auxílio Apoio Pedagógico

Magalhães (2013) aponta em sua pesquisa que o maior desafio dos ingressantes em vulnerabilidade social nas universidades é ter condições de permanecer:

A permanência na universidade e a realização do curso envolvem o atendimento a necessidades diversas que vão desde o apoio financeiro para se alimentar, para transporte e aquisição de material didático, até o suporte de acompanhamento de saúde, pedagógico e o atendimento de condições para alunos com deficiência (MAGALHÃES, 2013, p. 21).

Considerando que uma das áreas do PNAES se refere ao apoio pedagógico, e, considerando que esta temática foi a mais recorrente nas

respostas obtidas da pesquisa no que se refere a criação de serviços e/ou auxílios, sugerimos a criação de uma nova modalidade de bolsa auxílio: O Apoio Pedagógico.

O aluno sente a necessidade de custear despesas com xérox, livros, até mesmo acesso à internet para realizar pesquisas e assistir aulas, compra de algum material didático, entre outros que contribuem para o pleno desenvolvimento das atividades acadêmicas. Este auxílio seria acumulável com outros auxílios da assistência estudantil, funcionando de maneira complementar aos já existentes.

O valor pensando inicialmente foi de R\$200 (duzentos reais) mensais, com vagas concedidas semestralmente de acordo com a disponibilidade orçamentária da Pró-Reitoria. Dessa forma, estaríamos acolhendo uma demanda cotidiana do discente e estaríamos atendendo também uma das áreas estratégicas do PNAES que é a área de apoio pedagógico e com pouco impacto no orçamento, tendo em vista que o valor não é alto.

3. Auxílio emergencial temporário para alunos que se deslocaram de outras cidades para cursar a graduação.

Vimos no decorrer deste trabalho que as universidades têm recebidos novos perfis de alunos após as políticas de democratização do acesso e da nova estrutura do Enem/Sisu que possibilita que alunos oriundos de outras Cidades/Estados possam concorrer a vagas de graduação de todo Brasil. Dessa forma, uma das demandas mais crescentes da assistência estudantil de todas as IFES é a demanda por moradia e alimentação deste grupo de alunos que saem da sua cidade natal para cursar a graduação.

Semestralmente a UFPB lança editais para contemplar alunos que necessitem das diversas modalidades de auxílios. Porém, sabemos que entre a data de inscrição do auxílio até a data da concessão do pagamento vai praticamente todo um semestre. Sabemos que existem alunos que não tem como se manter longe de casa sem auxílio e terminam desistindo do curso por falta de condições de permanecer. Pensando neste grupo, sugerimos a criação de um auxílio emergencial temporário.

O auxílio emergencial temporário seria uma modalidade de bolsa permanente, que poderia ser solicitado a qualquer tempo via processo

administrativo (SIPAC), destinado a um grupo de alunos cuja vulnerabilidade social fosse comprovada pelo assistente social, por meio documentação previamente estabelecida, como também por meio de entrevista e/ou visita domiciliar.

A duração do auxílio seria até que o aluno fosse contemplado com os auxílios regulares (moradia e/ou residência) dos editais que são publicados semestralmente. O valor pensado seriam parcelas de R\$600 (Seiscentos reais), valor atual do auxílio-moradia.

Cabe ressaltar que este tipo auxílio é realidade em outras IFES, como exemplo temos auxílio-emergencial na UFPE, UFAM, UFRPE, entre outros. E essa modalidade tem colaborado para diminuição dos índices de evasão no primeiro semestre dos cursos.

Na UFRPE esse auxílio é denominado de Programa de Apoio ao Ingressante. O Programa é destinado aos alunos de primeira graduação presencial, com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio, que não sejam matriculados em outra instituição de ensino superior. Consiste na contemplação de auxílio estudantil de curta duração (6 meses) e possui valores e modalidades diferentes que dependem do tipo de necessidade do aluno ingressante.

4. Institucionalização de uma rede de atenção estudantil multiprofissional.

Percebemos ao longo desta pesquisa que há um esforço grande da Pró-Reitoria em assistir os alunos com bolsas e/ou auxílios, mas ao entrarem no auxílio nem todos os problemas do aluno são sanados, eles precisam de um acompanhamento psicossocial e pedagógico.

Neste sentido, sugerimos a criação de uma rede de atenção ao aluno desde o momento de ingresso na assistência estudantil até a sua formação, ampliando assim as condições de permanência do discente, como também contribuindo para a melhoria do seu desempenho acadêmico, agindo previamente nas situações que podem levar a evasão e retenção.

Esta rede seria composta por uma equipe multiprofissional composta por assistente social, psicólogo, pedagogo e/ou técnico em assuntos educacionais. Cada profissional com sua especificidade somada para o alcance das mais diversas demandas apresentadas pelo cotidiano do discente.

Com a criação desta rede, com fluxo pré-estabelecido, desde o momento de ingresso do aluno no auxílio, até a formação dele, será possível realizar um monitoramento acadêmico para auxiliar o aluno na graduação, com levantamento de dados referentes ao seu desempenho acadêmico, suas dificuldades em determinadas disciplinas, seu desenvolvimento psicossocial, entre outras ações que visem identificar as situações que podem interferir no rendimento acadêmico. Dessa forma, iremos proporcionar uma assistência estudantil de qualidade, reduzindo assim as taxas de retenção e evasão e corroborando para permanência com sucesso na graduação.

5. Criação de um Fórum dos Assistentes Sociais da UFPB que trabalham com assistência estudantil

É importante fortalecer o debate acerca da assistência estudantil, principalmente por parte dos profissionais de serviço social que trabalham diretamente com os discentes em vulnerabilidade e para isso se faz necessário que os profissionais se atualizem e troquem experiências a fim de que seja promovida uma reflexão crítica da prática profissional, assim como os avanços e retrocessos das políticas públicas e em especial, a política de assistência estudantil.

No cotidiano profissional, nos deparamos com situações que nos impõe resolução rápida e que muitas vezes nos impede de refletir o cerne da questão e de tentar solucionar o problema antes que ele aconteça. Por isso, é essencial levantarmos as demandas dos discentes e refletirmos em conjunto sobre elas.

A realização de um fórum dos assistentes sociais que trabalham diretamente com a assistência estudantil na universidade pode contribuir com o debate e fortalecer a política implementada, pois ao compartilhar experiências e iniciativas locais fomentamos a reflexão das ações executadas, no âmbito do ensino técnico, da graduação e da pós-graduação, discutindo as conquistas, os desafios impostos pelo cotidiano, os entraves que atrapalham na permanência do aluno.

A sugestão é que os profissionais se reúnam uma vez ao mês, com pautas pré-estabelecidas no sentido de compartilhar experiências, refletir as ações e buscar consolidar a política de assistência estudantil feita pela universidade, na sua pluralidade e integralidade. Dessa forma, pretende-se melhorar a qualidade

dos serviços prestados, fortalecer a categoria profissional e garantir a permanência com qualidade dos discentes assistidos.

Cabe ainda ressaltar que diversas outras questões apareceram no questionário, porém essa pesquisa não seria suficiente para esgotar os muitos apontamentos que os alunos demandaram e que necessitam reflexão e de respostas consolidadas por parte da gestão da universidade. Os alunos solicitam, entre outras questões:

- Divulgação dos canais de comunicação da PRAPE: os discentes relatam que a comunicação é muito falha e tem “ruídos”.
- Auxílio Farmácia: discentes solicitam algum subsídio no sentido de garantir medicações que o SUS não disponibiliza;
- Auxílio óculos: muitos alunos dizem que sentem dificuldade nos estudos por não ter óculos adequado e não ter condições para arcar com as despesas;
- Ampliação do número de auxílios;
- Reajuste nos valores dos auxílios;
- Apoio às discentes mães;
- Um programa de incentivo aos esportes universitários: com a realização de parceria com o curso de Educação Física com o intuito de atingir umas das áreas do PNAES que atualmente não está sendo contemplada que é a área de Desporto.

Espera-se desta forma, com os apontamentos apresentados, avançar na proposição de melhorias no programa de assistência estudantil da UFPB. Ressaltamos que as soluções apresentadas foram refletidas para que possam ser executadas sem dificuldades, pois são ações tangíveis e passíveis de materialização, estando assim de acordo com a realidade dos discentes, com as atribuições da Pró-Reitoria e com os objetivos e áreas de atuação do PNAES.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve por objetivo analisar a política da assistência estudantil na UFPB, no contexto da expansão do ensino superior, a partir da percepção dos discentes assistidos. O estudo foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica, documental no sentido de compreender o processo de expansão do ensino superior, conhecendo seus programas de ampliação do acesso como também a política de permanência dos graduandos que suscitou no PNAES. E com a pesquisa de campo realizada, foi possível conhecer a percepção dos discentes assistidos sobre a política de assistência estudantil fornecida pela UFPB.

Percebe-se que a expansão do ensino superior foi um movimento controverso, pois ele oportunizou o acesso das camadas mais pauperizadas ao ensino superior, contribuindo para “justiça social” ao tempo em que ele abriu este nível de ensino para as práticas mercantilistas, dando ênfase a ampliação da quantidade de vagas e não a qualidade do ensino, tornando a educação refém das demandas da lógica neoliberal ao destinar investimentos aos cursos que geram retorno financeiro rápido.

Mesmo assim, estudiosos consideram que as políticas de democratização, principalmente aquelas que incidiram no ensino público, como o Reuni e o PNAES foram importantes na mudança do perfil dos alunos ingressantes das IFES, pois historicamente esse acesso era um privilégio exclusivo das elites.

Vimos que o PNAES surgiu com a missão de consolidar os objetivos do Reuni⁷ ao almejar garantir a permanência e formação dos alunos da graduação em situação de vulnerabilidade social prevendo ações que visem contribuir para ampliação de possibilidades de permanência nas áreas de moradia,

⁷ O objetivo do Reuni foi criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior. As ações desse programa se apresentam com o intuito de dirimir as desigualdades sociais no país, oportunizando o acesso à população mais pauperizada, fomentando a ampliação das vagas nos cursos de graduação principalmente os noturnos, combate a evasão e retenção por meio de ações pedagógicas e fortalecimento da assistência estudantil, entre outras. (BRASIL, 2007).

alimentação, transporte, cultura, assistência à saúde, entre outras elencadas no decreto que o regulamenta.

No que se refere ao acesso, conclui-se que as políticas implantadas tiveram impacto na ampliação das vagas e propiciaram o ingresso da população mais vulnerável, porém as dificuldades financeiras dos estudantes, deixa-os distante do seu objetivo que é adquirir a formação acadêmica. Daí a importância da instituição de políticas públicas que visem garantir o direito ao acesso e permanência com sucesso.

Para a concretização do seu objetivo final, o PNAES necessita de mais aporte financeiro, alinhado ao crescimento de sua demanda principalmente após a implantação das políticas inclusivas de ações afirmativas, da política de cotas⁸ que propiciaram a mudança do perfil dos discentes nas IFES, que era elitizado, trazendo um grupo extenso de alunos vulneráveis economicamente e que necessitam de apoio para permanecer na universidade.

Dessa forma, pode-se afirmar que as políticas educacionais brasileiras são pautadas numa perspectiva de Estado Mínimo, pois os programas como Reuni, Pnaes e as políticas afirmativas, apesar de se colocarem como instrumentos da justiça social visando minimizar os efeitos do elitismo do acesso ao ensino superior, são disponibilizados de forma reduzida, impossibilitando o acesso de todo o seu público-alvo.

Os investimentos na educação superior atendem à lógica mercantilista para o desenvolvimento do capital, visando enfraquecer a universidade pública, tornando-a cada vez mais dependente e influenciada pelo capital, fazendo com que a produção do seu conhecimento seja direcionada em favor dos interesses mercadológicos, e, conseqüentemente se distancie da sua sem compromisso com a classe trabalhadora de fornecer uma formação crítica e emancipadora, pois a sua estratégia se limita a defender os interesses do mercado, mantendo a classe subalternizada e alienada.

Diversos estudos alertam que existe também uma fragilidade na atual política do PNAES que é o fato que ela é definida com base em um decreto presidencial. Há em discussão, no âmbito do governo federal, uma minuta de

⁸ Em 2012 é sancionada a política de cotas, por meio da Lei nº 12.711/2012, considerada uma das políticas afirmativas que mais possibilitam a democratização do acesso e uma expressiva mudança no perfil dos discentes das IFES.

alteração do Decreto 7.234/2010 que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. A proposta de alteração é do governo federal e propõe um novo documento que apresenta um texto meritocrático, excludente, de atendimento focalizado e que impõe condicionalidades para a permanência estudantil. O novo PNAES exclui o esporte, a cultura, a atenção à saúde e creche como modalidades de atendimento, além de retirar a autonomia das IFES no que se refere ao acompanhamento acadêmico, a atualização de valores praticados nas bolsas, a acumulação de auxílios, entre outros agravantes que restringem o atendimento aos mais vulneráveis, interditando assim as ações praticadas pelas instituições.

Sendo assim, o momento atual é de grande luta dos movimentos sociais, do FONAPRACE, ANDIFES, UNE para manutenção do PNAES e de suas áreas de atuação, no sentido de garantir um amplo debate com toda a comunidade acadêmica e público envolvido, para que assim, seja apresentada uma proposta de uma política de Assistência Estudantil realmente comprometida com os reais interesses e necessidades estudantis, na perspectiva do direito social, alinhada aos princípios de uma educação pública, gratuita, de qualidade e que atenda as reais necessidades dos estudantes.

No que tange a política de assistência estudantil fornecida pela UFPB, a partir do levantamento dos dados, confirmamos que as ações se concentram na “bolsificação” que concerne na concessão de auxílios estudantis por meio de pecúnia. A assistência prestada é focalizada e super seletiva, pois atende somente a uma pequena parcela da grande demanda existente. Esse fato ocorre devido sucessíveis contingenciamentos por parte do governo federal que atrapalham o seu pleno desenvolvimento, como também o investimento do PNAES que não acompanhou a mudança do perfil dos estudantes nas IFES. Porém, é nítido que essa não é uma realidade apenas da UFPB, percebe-se essa tendência a nível nacional, pois esta é a natureza da política de assistência estudantil e a insuficiência dos recursos para atendimento das crescentes demandas dos/as estudantes configura-se como o principal desafio das IFES frente ao governo neoliberal que comanda o país, que vê educação como despesa e não investimento.

No decorrer da pesquisa foi possível conhecer as dificuldades apontadas na operacionalização da AE na UFPB, que vão desde a falta de profissionais na

área de pedagogia e serviço social, ao contingenciamento dos recursos no âmbito do governo federal que impedem que a assistência estudantil seja mais completa e atenda as recomendações dos órgãos de controle e das necessidades apontadas pelos discentes. Além disso, pesquisas apontam que os alunos assistidos demoram mais para concluir o curso, devido à incerteza da inserção no mercado de trabalho e a necessidade de continuar se mantendo com o auxílio, gerando uma retenção na graduação e nos auxílios ofertados.

A pesquisa junto aos discentes assistidos proporcionou um conhecimento sobre o perfil dos alunos que recebem os auxílios estudantis, que são majoritariamente homens, que se autodeclararam pretos e pardos alunos oriundo de outras cidades, com renda familiar per capita de até 1,5 mínimo e meio, da faixa etária entre 18 e 30 anos e egressos da escola pública.

Os discentes que responderam à pesquisa informaram que as dificuldades financeiras são a principal motivação para a busca da assistência estudantil, demonstrando a importância do aporte financeiro na permanência. Porém, outras questões foram apontadas como aspectos determinantes para o pleno desenvolvimento e a formação dos discentes, como exemplo o apoio psicológico ofertado, ações de saúde e as orientações prestadas pela equipe de serviço social.

Ficou claro na pesquisa que a Pró-Reitoria precisa rever e repensar a questão da comunicação com o seu público-alvo, já que este assunto se repetiu de forma negativa em diversos momentos da pesquisa. Discentes apontaram que existe também a necessidade de se refletir sobre os valores dos auxílios que estão defasados, como também estudar e pressionar mais os órgãos competentes para aumentar os recursos do PNAES para que consigamos ofertar mais vagas, serviços e contratar mais profissionais para que seja realizada uma assistência estudantil mais completa que atenda as demandas dos discentes no intuito de auxiliá-lo em suas múltiplas áreas que podem perpassar pelo apoio acadêmico, social, psicológico, apoio em saúde e financeiro.

De forma geral, o objetivo da pesquisa foi concretizado, pois conhecemos a percepção dos discentes assistidos sobre a política de assistência estudantil fornecida pela PRAPE, sendo constatado que apesar de necessitar de alguns ajustes ela contribui de fato para a permanência, fazendo com que os assistidos

se dediquem aos estudos, se desenvolvam na universidade e não abandonem o sonho da formação profissional no ensino superior.

Diante de todo o exposto, chegamos à conclusão de que as ações de assistência estudantil desenvolvidas pela UFPB apesar de contribuir para a permanência, estão ainda rudimentares diante da realidade apontada pelo discentes e diante das diversas áreas estratégicas que o PNAES preconiza, pois as áreas de apoio pedagógico, cultura, esporte, lazer precisam de projetos e programas para se consolidarem.

Diversas questões apareceram e precisam ser desveladas e refletidas mais profundamente em um outro momento, pois são questões que vão além do objetivo da presente pesquisa. Neste sentido, foram sugeridas algumas ações no sentido de contribuir para o desenvolvimento e aprimoramento da AE, porém sabemos que para a sua materialização, dependemos de investimentos financeiros, como também de recursos humanos, assim como o desenvolvimento de ações que atendam as demandas postas pelos discentes.

Por fim, este estudo propiciou uma reflexão acerca da AE, propondo ações que visam contribuir para concretização e fortalecimento do acesso e permanência da população mais vulnerável, tendo em vista a consolidação de uma educação pública, gratuita e de qualidade.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcia Ângela Da S. Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: questões para reflexão. **Educação & Sociedade**, v. 31, n. 112, p. 707-727, 2010.

ARRUDA, Ana. GOMES, Alfredo. **Democratização da Educação Superior: Um estudo sobre a política REUNI**. Revista: Currículo sem Fronteiras, v. 15, n. 2, p. 543-561, maio/ago. 2015. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol15iss2articles/arruda-gomes.pdf> Acesso em: 15 jul.2020.

BARBOSA, Maria Ligia Oliveira. **Democratização ou massificação do Ensino Superior no Brasil?** Higher Education in Brazil: democratization or massification?. Revista de Educação PUC-Campinas, v. 24, n. 2, p. 240-253, 2019.

BARBOSA, Roseane de Almeida. A assistência ao estudante da residência universitária da UFPB. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo** - São Paulo: Edições 70, 2016. 3 reimp. da 1ª edição de 2016.

BRASIL. Constituição Federal. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm >. Acesso em: jan.2020

_____. Presidência da República **Decreto n. 7.234 de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES**. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 07 jan. 2020

_____. **Lei n. 10.172, de 9/1/2001. Estabelece o Plano Nacional de Educação**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2001

_____. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, df, 23 dez. 1996.

_____. **Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos (Prouni)**. Diário Oficial da União, Brasília, df, 14 jan. 2005.

_____. **Decreto 6 096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)**. Diário Oficial da União, Brasília, df, 24 abr. 2007.

_____. **Portaria nº389 de 9 de maio de 2013. Institui o Programa Bolsa Permanência do MEC**. Diário Oficial da União, Brasília, df, 9 mai 2013.

_____. **Análise da Expansão das Universidades Federais 2003 -2012**. Brasília, DF: Ministério da Educação. 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192 Acesso em 10 out.2020.

_____. **PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - LEI N° 13.005/2014**. Fonte: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014> Acesso em: 03 nov/2021.

BRANCO, Castelo; VELOSO, Uyguciara; NAKAMURA, Paulo Hideo. Reflexões sobre a expansão de vagas na educação superior. A UFPB e os desafios da inclusão. **Políticas de Educação Superior no Brasil: expansão, acesso e igualdade social**. João Pessoa: UFPB, 2013.

CAJUEIRO, Roberta L. Pimentel. Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos: guia prático do estudante. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2012.

CARVALHO, Evelyn Sarmiento. **Permanência Na Educação Superior: Contribuições Da Política De Assistência Estudantil Do Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia Da Paraíba – Campus Cabedelo**. Dissertação (MPPGAV/CE) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

CHAUI, M. **A universidade operacional**. Avaliação, Campinas, v. 4, n. 3, p. 3-8, 1999. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/941379/mod_resource/content/0/Marilena%20Chaui.pdf Acesso em: 30 jan.2021

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; AMARAL, Nelson Cardoso. **Política de expansão da educação superior no Brasil-o PROUNI e o FIES como financiadores do setor privado**. Educação em Revista, v. 32, n. 4, p. 49-72, 2016.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios. **Educação & Sociedade**, v. 31, n. 111, p. 481-500, 2010.

DOURADO, Luiz Fernandes. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. In: **Educação e Sociedade**, v. 23, n. 80. Campinas, 2002, p. 234-252. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12931.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2021

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Assistência Estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. Ensaio: Aval. Pol. Públ., Rio de Janeiro, v. 25, n.94, p.148-181, jan./mar. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v25n94/1809-4465-ensaio-25-94-0148.pdf>>. Acesso em: 18 jun 2021.

FONAPRACE. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018**. Brasília: Fonaprace, 2019. Disponível em: https://www.ufes.br/sites/default/files/anexo/v_pesquisa_do_perfil_dos_graduandos_16_de_mai_o.pdf Acesso em 23.abr.21

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

IMPERATORI, Thaís Kristosch **A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n129/0101-6628-sssoc-129-0285.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2020.

KOWALSKI, A. V. Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos. 2012. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/5137> Acesso em: 12 mai 2021.

MAGALHÃES, Rosélia Pinheiro de. **Assistência estudantil e o seu papel na permanência dos estudantes de graduação: a experiência da Universidade Federal do Rio de Janeiro**. 2013. 205p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2013.

MANCEBO, Deise. **EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: EXPANSÃO E TENDÊNCIAS (1995-2014)**. 37ª Reunião Nacional da Anped, Florianópolis-SC, 2015. Disponível em: <https://anped.org.br/biblioteca/item/educacao-superior-no-brasil-expansao-e-tendencias-1995-2014> Acesso em: 22 mar.2021

MELO, Claudenira Cavalcante; FREITAS, Isaurora Cláudia Martins. A Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal do Ceará do Campus de Tauá. **Inovação & Tecnologia Social**, v. 2, n. 4, p. 15-25, 2020, P.24.

<https://revistas.uece.br/index.php/inovacaotecnologiasocial/article/view/4765> Acesso em: 12 mai 2021.

MOCELIN, Cassia Engres. Assistência estudantil como política de proteção social: uma possibilidade de seguridade social ampliada e intersetorial. **O Social em Questão, Ano XXII**, n. 45, p. 239-260, 2019. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_45_art_11.pdf Acesso em: nov.2020

MOTA, Ana Elizabete (org.). **A nova fábrica de consensos**. Ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao serviço social. São Paulo, Cortez, 1998.

MORAES, Jesus de; Nidia; SPESSATTO, Marizete B. Ensino superior público no Brasil: o percurso histórico e o papel da assistência estudantil no acesso e permanência dos estudantes. **ScientiaTec**, v. 7, n. 4, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/ScientiaTec/article/view/4746> Acesso em: 13 mai 2021.

MOREIRA, Larici Keli Rocha; MOREIRA, Laine Rocha; SOARES, Marta Genú. Educação Superior no Brasil: discussões e reflexões. **Educação Por Escrito**, v. 9, n. 1, p. 134-150, 2018.

NASCIMENTO, Clara Martins do. **Assistência estudantil e contrarreforma universitária nos anos 2000**. 2013. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11438> Acesso em: 07 abr.2021

PAULA, Maria de Fátima Costa de. Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 22, n. 2, p. 301-315, 2017.

PINHEIRO, Ellana Barros, O caráter das Políticas de Assistência Estudantil nas Universidades Públicas. *Revista Mundi Sociais e Humanidades*. Curitiba, PR, v. 1, n. 2, 11, jul./dez., 2016.

PRESTES, Emília M. T; JUNIOR, Luiz S. Expansão e financiamento da educação superior no contexto de crise econômica e de ajuste fiscal. *Revista Educação em Questão*, v. 55, n. 46, p. 161-187, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/13296/9007> Acesso em: 23 mar. 2021

RADAEELLI, Andressa Benvenuti. **Permanência na educação superior: uma análise das políticas de assistência estudantil na Universidade Federal da Fronteira Sul**. 2013. 166p. Dissertação (Mestrado em Educação) - UNIOESTE, Cascavel, PR, 2013. Disponível em: <<http://tede.unioeste.br/handle/tede/868>>. Acesso em: 10 nov 2021.

RISTOFF, Dilvo. **Democratização do Campus: Impacto dos Programas de Inclusão Sobre o Perfil da Graduação**. Caderno go GEA, v.9, p. 9-62, 2016. Disponível em: http://flacso.org.br/files/2017/03/Caderno_GEA_N9_Democratiza%C3%A7%C3%A3o-do-campus.pdf Acesso em 16 jul.2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. **Educação, Sociedade & Culturas**, n. 23, p. 137-202, 2005. Disponível em: https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/42125/1/A%20Universidade%20no%20S%C3%A9c.%20XXI_Para%20uma%20Reforma%20Democr%C3%A1tica%20e%20Emancipat%C3%B3ria%20da%20Universidade.pdf

SANTOS, Gabrielle; FREITAS, Leana Oliveira. Ensino superior público brasileiro: acesso e permanência no contexto de expansão. **Argumentum**, v. 6, n. 2, p. 182-200, 2014.

SILVA, L. B. e; COSTA, N. C. D. Acesso e permanência em desproporção: as insuficiências do Programa Nacional de Assistência Estudantil. **Agenda Política, [S. l.]**, v. 6, n. 2, p. 166-192, 2018. DOI: 10.31990/10.31990/agenda.ano.volume.numero. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/208>. Acesso em: 10 maio. 2021.

SILVEIRA, Hélio Pereira da Mota. **Política de assistência estudantil na Universidade Federal da Paraíba e os critérios para concessão do auxílio Restaurante Universitário no Campus I**. Dissertação (MPPGAV/CE) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

SIQUELLI, Sônia. Revisão ética de projetos de pesquisa: aspectos normativos Uberlândia. Ética e pesquisa em Educação: subsídios. Rio de Janeiro: ANPEd, 2019. 133 p.; v.1. Disponível em: https://anped.org.br/sites/default/files/etica_e_pesquisa_em_educacao_-_isbn_final.pdf acesso em: 11 jan. 2021.

VASCONCELOS, Natália. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. Revista da Católica, , v. 2, n. 3, p. 399-411, 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/12381/7197>. Acesso em: 7 jan. 2020.

Universidade Federal da Paraíba. RESOLUÇÃO Nº 29/2010 - Cria e estrutura a Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante. Conselho Universitário da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa: UFPB, 2021. Disponível em: <<https://www.ufpb.br/cia/contents/editais/edital-cia-08-2020.pdf>> acesso em: 23 de jun.2021.

_____ Edital Nº 04/2020 - Seleção Unificada Para Auxílios Estudantis - PRAPE/COAPE/UFPB de 23 de julho de 2020. João Pessoa-PB, de 23 de julho de 2020. UFPB, 2020a. Disponível em <<http://www.ufpb.br/prape>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

_____ Edital nº 08/2020 – Seleção Programa Aluno Apoiador – PAED. João Pessoa: UFPB, 2020b. Disponível em: < <https://www.ufpb.br/cia/contents/editais/edital-cia-08-2020.pdf>> acesso em: 23 de jun.2021.

_____ Relatório de Gestão UFPB – 2020. João Pessoa: UFPB, 2021a. Disponível em: < <http://www.proplan.ufpb.br/proplan/contents/menu/ploplan/relatorio-de-gestao>> Acesso em: 23 de jun.2021.

_____ Edital nº 01/2021 – Seleção para o Auxílio Inclusão Digital. João Pessoa: UFPB, 2021b. Disponível em: <<https://www.ufpb.br/prape/contents/processo-seletivo/outros-processos-seletivos/edital-prape-01-2021-selecao-para-o-auxilio-inclusao-digital-chips-de-dados-moveis> > acesso em: 23 de jun.2021.

_____ Apresentação sobre o CRAS-UFPB. João Pessoa: UFPB, 2021c. Disponível em: <<https://www.ufpb.br/cras/contents/menu/quem-somos>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

_____ Consulta ao módulo de Assistência ao Estudante do SIGAA. João Pessoa: UFPB, 2021d. Acesso em: 01 jun. 2021.

UFRPE. **Pesquisa de satisfação dos usuários dos Programas de Assistência Estudantil da Pró-Reitoria de Gestão Estudantil e Inclusão - PROGESTI / PROGESTI**. – 1. ed. - Recife: EDUFRPE, 2019.

APÊNDICE

Prezado(a) Estudantes,

Estamos desenvolvendo uma pesquisa intitulada “EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: análise a partir da percepção dos discentes assistidos na UFPB”, com o objetivo de analisar a política da assistência estudantil na UFPB, no contexto da expansão do ensino superior, a partir da percepção dos discentes assistidos no período de 2019 - 2021. A pesquisa está sendo orientada pela Profa. Dra. Maria da Saete Barboza de Farias, vinculada ao Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas Gestão e Avaliação da Educação Superior – PPGAES. Para isso, solicitamos a sua valiosa colaboração no sentido de fornecer as informações que seguem de forma totalmente voluntária. Não haverá identificação dos respondentes.

Desde já agradecemos por sua atenção.

() Aceito participar da pesquisa

I - Dados sociodemográficos

1. Curso: _____

2. Sexo/Gênero: () Feminino () Masculino () Outro: _____

3. Faixa etária:

- () Até 18 anos
- () Maior de 18 até 30 anos
- () Maior de 30 até 40 anos
- () Maior de 40 até 60 anos
- () Mais de 60 anos

4. Raça ou Cor

- () Amarela
- () Branca
- () Indígena
- () Preta
- () Parda

5. Possui filhos? () Sim Quantos? _____ () Não

6. Qual a renda bruta per capita mensal da sua família? (Para o cálculo, somar todas as rendas bruta, sem o desconto e dividir pelo número de pessoas que dependem dela)

7. Onde você morava antes de cursar a graduação?

- Em João Pessoa-PB
- No interior da Paraíba
- Em Pernambuco
- No Rio Grande do Norte-RN
- Outros

8. Você contribuiu para renda mensal de sua família? Sim Não

9. Durante o período da graduação você mora com:

- Mora Sozinho (a)
- Mora com Conjugue
- Mora Pais/responsáveis
- Mora com Parentes
- Mora na Residência Universitária
- Mora com Amigos
- Outros : _____

10. Você cursou o Ensino Médio em uma escola:

- Pública Particular Ambas Particular com Bolsa Outra _____

11. Qual a forma de seu ingresso na UFPB?

- Por meio de cotas Ampla concorrência Outros

12. Possui algum tipo de deficiência?

- Sim Não

II - Dados sobre a Assistência Estudantil da UFPB

13. Você é assistido com qual auxílio estudantil na UFPB?
(pode marcar mais de um, se for o caso)

- Restaurante Universitário
- Auxílio-Alimentação
- Auxílio-Moradia
- Auxílio-Transporte
- Residência Universitária
- Auxílio-Creche
- Auxílio-Digital (Chips)
- Auxílio-Instrumental
- Auxílio- Aluno Apoiador (CIA)

14. Como você teve acesso/conhecimento sobre os auxílios estudantis da PRAPE?

- No ato da matrícula
- Na aula inaugural do seu curso
- Na página da universidade
- Nas redes sociais
- Outros Quais? _____

15. Quais foram os motivos principais que te levaram a procurar a assistência estudantil?

16. Você conseguiria cursar a graduação sem a assistência estudantil?

- Sim
- Não

17. Marque as principais dificuldades que impactam no seu desempenho acadêmico:

- Dificuldades financeiras
- Adaptação a novas situações
- Carga excessiva de trabalhos estudantis
- Carga horária excessiva de trabalho
- Dificuldade de aprendizado /Dificuldades de acesso a materiais
- Falta de disciplina/ hábito de estudo
- Relacionamento social / interpessoal
- Relações amorosas /conjugais
- Situação de violência física
- Situação de violência psicológica / assédio moral

18. O auxílio estudantil que você recebe atualmente é suficiente para garantir sua permanência?

- Sim Não

19. Marque abaixo as dificuldades que você teve para permanecer na graduação durante a pandemia de Covid-19:

- Falta de internet
- Dificuldade em adquirir equipamento eletrônico para assistir as aulas remotas
- Falta de motivação para continuar o curso
- Falta de apoio dos familiares
- Falta de empatia dos professores
- Falta de apoio pedagógico
- Falta de apoio psicossocial
- Dificuldade de ter um ambiente propício para assistir as aulas
- Dificuldade em assimilar o conteúdo disponibilizado de forma remota

() Outros ____

20. Você tem colegas de turma que não conseguiram acesso à assistência estudantil e tiveram que abandonar o curso?

() Sim () Não

21. Os programas da assistência estudantil disponibilizados pela PRAPE/UFPB estão contribuindo para a sua permanência no curso/instituição?

() Sim () Não. Por quê? ____

22. Você sente dificuldade em entender os editais da PRAPE/UFPB?

() Sim

() Não. Por quê? ____

23. Na sua percepção quais os pontos positivos e negativos da Assistência Estudantil da PRAPE/UFPB?

24. Você conhece os serviços ofertados pela PRAPE, além da concessão de auxílios ao estudante? Marque aqueles que você conhece.

() Não conheço

() Auxílios estudantis

() Apoio pedagógico

() Apoio social

() Apoio psicológico

() Apoio médico

() Apoio para participação em eventos (transporte e/ou inscrição)

24. Se você pudesse criar algum serviço e/ou auxílio para contribuir na melhoria da assistência estudantil da PRAPE/UFPB, qual seria?

25. Como você percebe a assistência estudantil para sua formação acadêmica?